

Márcio de Macedo

“AO CORRER DA PENA”:  
História e Representação dos Kaingang  
no Jornal *A Voz de Chapecó*. 1939 – 1953

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. (Mestrado Interinstitucional – Minter).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joseli Maria Nunes Mendonça

CURITIBA  
2010



Márcio de Macedo

“AO CORRER DA PENA”:  
História e Representação dos Kaingang  
no Jornal *A Voz de Chapecó*. 1939 – 1953

Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-  
Graduação em História, Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, da Universidade  
Federal do Paraná. (Mestrado Interinstitucional –  
Minter).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joseli Maria Nunes  
Mendonça

CURITIBA  
2010

Márcio de Macedo

“AO CORRER DA PENA”:  
História e Representação dos Kaingang  
no Jornal *A Voz de Chapecó*. 1939 – 1953

BANCA EXAMINADORA

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joseli Maria Nunes Mendonça (orientadora)

Prof. Dr. Euclides Marchi

Prof. Dr. José Augusto Leandro

Curitiba, 27 de outubro de 2010

## **Agradecimentos**

De maneira mais do que especial agradeço, em primeiro lugar a minha orientadora, Profª Drª Joseli Maria Nunes Mendonça pela dedicação, compreensão e competência que teve ao longo da construção da dissertação. Aos membros das bancas de qualificação e defesa, os professores Euclides Marchi, Maria Luiza Andrezza e José Augusto Leandro. Aos professores do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná que estiveram sempre dispostos a nos auxiliar nas dificuldades que enfrentamos. Ao professores Carlos Antonio Bonamigo e Ismael Antonio Vaninni, pela ousadia em levar o Mestrado em História para o sudoeste do Paraná. Aos meus colegas de curso pelo companheirismo e entusiasmo transmitidos nas horas de dificuldade. A todos esses um muitíssimo obrigado!

Aos meus pais, Valentim e Ivone de Macedo, minha namorada Gabriela Cristina de Jesus, aos meus irmãos, Moisés, Marcelo e Marines de Macedo e a toda minha família os mais ternos agradecimentos pelo carinho, apoio e compreensão que tiveram ao longo do tempo em que me dediquei ao Mestrado.

A todos, indistintamente, que de alguma forma fizeram parte desta jornada, os mais sinceros agradecimentos.

## Resumo

No na primeira metade do século XX, uma parte da região Sul do Brasil passou por um processo de intensa ocupação. Disputas territoriais entre Brasil e Argentina, e posteriormente entre Santa Catarina e Paraná, resultaram em políticas nacionais e estaduais de ocupação territorial do atual município de Chapecó. Uma grande leva de colonos foi deslocada do Rio Grande do Sul rumo à região que estava sendo ocupada. Aproveitando da situação, empresários riograndenses aderiram ao projeto da colonização, comprando extensas áreas de terra no oeste catarinense para venderem a colonos trazidos do estado vizinho. Com a ocupação das terras, índios que viviam na região passaram a enfrentar dificuldades, principalmente relacionadas à ocupação das áreas onde viviam.

Com o povoamento, surgiram alguns municípios, como Chapecó. Nessa cidade, um grupo criou, no ano de 1939, o primeiro jornal da região. Nele, o tema “índios” recebeu especial atenção de Antonio Selistre de Campos, um dos fundadores do jornal e dos seus principais articulistas. Ao tratar da questão, ele construiu, por meio de seus escritos, determinadas representações dos índios que habitavam o município. Nota-se, em seus escritos, grande empenho em contribuir com a melhoria de vida dos índios. Ao mesmo tempo, seus artigos sobre os indígenas expressam também a defesa de um projeto político e partidário, que partilhava com um grupo específico do município e do Estado. As representações que este articulista construiu sobre os indígenas e a relação desta construção com sua atuação política são as principais questões investigadas nesta dissertação.

**Palavras-chave:** Índios; Jornal; Colonização; Representação; Política; Chapecó.

## Abstract

In the first half of the twentieth century, a part of southern Brazil has undergone a process of intense occupation. Territorial disputes between Brazil and Argentina, and later between the southern Brazilian states of Santa Catarina and Paraná, resulted in national and state policies of territorial occupation of the current city of Chapecó, located in Santa Catarina. A great wave of settlers was moved from the state of Rio Grande do Sul heading to the region that was being occupied. Taking advantage of the situation, entrepreneurs from Rio Grande do Sul joined the colonization project, purchasing large patches of land in the western region of Santa Catarina in order to sell to the settlers brought from the neighboring state. With the occupation of the land, indians, who lived in the region, began to face difficulties, mainly those related to the occupation of the areas where they lived.

In decorrence of the settlement, some municipalities emerged, such as Chapecó. In 1939, at this town, a group created the first newspaper of the western region. The theme "indians", on this newspaper, received special attention from Antonio Selistre de Campos, one of the founders of the newspaper and one of its main contributors. In addressing to the question, he has built, through his writings, certain representations of Indians who inhabited the city. It is noticeable, in his writings, a strong commitment in contributing to improving the indians' lives. At the same time, his articles written about the Indians also express advocacy of a political and partisan project, who shared with a municipal and state group. The representations that this correspondent has built over the Indians and the relationship of this construction with their political activity are the main issues investigated in this dissertation.

**Keywords:** Indians; Newspaper; Colonization; Representations; Policies; Chapecó.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – A CIDADE E SEU JORNAL.....	16
1.1 Os que idealizaram e implementaram o jornal.....	25
1.2 O jornal e seu formato.....	31
1.3 O jornal: sua missão.....	40
CAPÍTULO 2 – OS INDÍGENAS EM LETRAS IMPRESSAS.....	49
2.1 Os indígenas na cidade .....	49
2.2 Os indígenas do Brasil nas páginas do jornal.....	58
2.3 Os índios de Chapecó nas páginas do jornal.....	63
CAPÍTULO 3 – SELISTRE E O SPI: INDÍGENAS DE CHAPECÓ DA PROTEÇÃO À PERSEGUIÇÃO .....	69
3.1. Um órgão para a defesa dos Índios.....	69
3.2. “Triste coisa é perder uma ilusão” .....	78
3.3. Selistre e o caso Berthier.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	104

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação estudamos as posições assumidas por Antonio Selistre de Campos em relação aos indígenas da cidade de Chapecó, na década de 1940. Tais posições foram expressas por meio de artigos que ele veiculou no jornal *A Voz de Chapecó*, do qual foi um dos fundadores e para o qual escrevia regularmente.

Antonio Selistre de Campos era Juiz de Direito da cidade e havia sido um dos fundadores de *A Voz de Chapecó*. No jornal ele escrevia sobre vários assuntos, entre eles a política nacional e internacional, legislação brasileira, assuntos referentes à organização política e social do município de Chapecó, e outros temas que, de alguma forma envolviam seu trabalho de magistrado. Neste trabalho, entretanto, escolhemos estudar os seus escritos sobre os indígenas da localidade. Selistre dedicou-se a este tema de forma constante e seus artigos posteriormente passaram a constituir fonte para o estudo desta população e de sua história, além de outros temas aos quais ele se dedicou. A grande frequência com que os pesquisadores buscavam os escritos do magistrado levou o arquivo que guarda os exemplares de *A Voz de Chapecó* a publicar alguns dos seus escritos.<sup>1</sup>

Tendo em vista o objetivo constituído, nossa fonte de pesquisa foi o jornal *A Voz de Chapecó*, publicado entre os anos de 1939 a 1953, sobretudo os artigos de Antonio Selistre de Campos sobre os indígenas.

Atualmente, a utilização dos jornais como fontes pelos historiadores é um procedimento completamente consolidado. Os jornais podem ser lidos pelo historiador no sentido de nele se buscar elementos peculiares de sua época, registros sobre formas de viver, e informações objetivas de uma determinada localidade. Como outros tipos de registros (como os cartoriais, notariais, paroquiais) os jornais, buscando informar uma determinada sociedade, podem informar o historiador sobre ela.

Desta forma, o uso de jornais pela pesquisa histórica proporciona várias inserções nas conjunturas de um determinado período, trazendo aspectos que colaboram para a compreensão de outras épocas. Segundo Capelato:

---

<sup>1</sup> Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. *A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos, 1939-1952*. Chapecó, SC: Argos, 2004.

É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses.<sup>2</sup>

O que a autora destaca é a natureza informativa do jornal. A imprensa, no entanto, não apenas registra o cotidiano, mas participa dele, comentando, opinando participando ativamente nos processos históricos. Seja na política ou em outros aspectos sociais, a imprensa pode ser considerada decisiva, seja por aquilo que tornava público, seja pelo silêncio decorrente da censura.

Um aspecto ressaltado por alguns autores diz respeito ao uso que os poderosos sempre procuraram fazer dos jornais, tornando-o uma força política aliada.<sup>3</sup> Estudiosos como Werneck Sodré consideram que a imprensa está sempre atrelada com determinado projeto econômico em um momento particular da História. Desta forma, segundo ele, “por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista.”<sup>4</sup> As colocações de Werneck indicam que a imprensa não está fora do contexto econômico da sociedade, mas, ao contrário, a partir dele se constitui.

Por isso, segundo Capelato, a imprensa, além de ser um importante instrumento para contextualizar determinado período no qual veiculou, é também “*instrumento de manipulação de interesses*”, onde se registra e comenta acontecimentos para a sociedade.<sup>5</sup>

Pode-se considerar, portanto, que os jornais, além de informar, se voltavam à formação de opinião. Por meio dele, procurava-se interferir nas formas de organização e percepção que a sociedade desenvolve acerca dos fenômenos por ela vivenciados. Segundo Barbosa, este meio de comunicação pode atuar na memória social, por isso, segundo ele:

Os modos de inscrição da memória na materialidade discursiva jornalística podem ser circunscritos nos textos em que o diálogo entre enunciado verbal e enunciado imagético funciona como um operador da memória social. É por esse viés que definimos a linguagem jornalística como um meio de acesso essencial à análise da história e dos conjuntos sociais da memória.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil / Maria Helena Rolim Capelato* - São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988, p. 13.

<sup>3</sup> Idem. p. 13.

<sup>4</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil / Nelson Werneck Sodré*. 4 ed. [atualizada]. - Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 1.

<sup>5</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 12.

<sup>6</sup> BARBOSA, Pedro Luiz Navarro. *Análise do Discurso e o Diálogo entre Jornalismo e História*. Mestrado em História. UFPR. 2008-2010, p. 1.

Quanto a isso, Barbosa lembra que:

O jornalismo exerce seu poder pelo saber que detém, saber esse que se realiza por intermédio de uma série de procedimentos do tipo “estratégias” – dispositivos, instrumentos, técnicas – que lhe confere um lugar próprio de onde intervém na sociedade, propondo a esta uma compreensão que pode ir desde o simples relato de um acontecimento até uma reflexão sobre os aspectos definidores de sua identidade.<sup>7</sup>

Neste sentido, o jornal, mesmo quando se propõe a ser um instrumento sobretudo informativo, cria representações sobre os aspectos que contempla. A imprensa atua muito mais construindo representações do que propriamente como um espelho da realidade. Isso significa dizer que os jornais, parte da imprensa, não atuam como refletores dos fenômenos sociais, mas representam, em suas páginas, imagens daquilo que concebem ter ocorrido, ou daquilo que comentam.<sup>8</sup>

Por isso, as reflexões sobre o papel jornalístico e as possibilidades que coloca ao historiador que o utiliza como fonte podem ser adensadas pela compreensão da noção de representação, formulada por Roger Chartier. Segundo este autor, o conceito de representação vem sendo trabalhado a partir de perspectivas de construção historiográfica nascidas da interação da história com outros campos de saber como a sociologia e psicologia. Nesse sentido, a representação dá novas diretrizes para a compreensão de fenômenos psicológicos e sociais que compõem a história.<sup>9</sup>

Para Chartier, a representação pode ser caracterizada como uma visão dos atores sociais sobre o mundo, pensando como ele é e como gostariam que ele fosse.<sup>10</sup> Trata-se de conjuntos de imagens produzidas pela capacidade imaginativa do indivíduo, que formula cenários sociais em sua mente a partir daquilo que ele conhece, daquilo que ele gostaria que fosse, ou ainda daquilo que lhe é transmitido por outros indivíduos através das diversas formas de ensinamentos, admoestações ou juízos. O autor considera ainda que, no passado, o conceito de representação tinha dois significados: um deles dizia de algo que estava ausente, longe ou fora daquilo que estava sendo representado, no outro significado, acusava uma apresentação ou uma exibição de algo.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> Idem, p. 05.

<sup>8</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988, p. 24.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>10</sup> Idem, p.19.

<sup>11</sup> Idem, p.20.

No Antigo Regime, segundo o autor, a representação tomava o significante como algo verdadeiro. Desta forma, médicos e doutores eram reconhecidos muito mais por suas vestes do que por aquilo que julgavam saber. Chartier aponta que por conta disso muitos foram enganados, pois se os médicos tivessem mesmo a arte da cura e os doutores detivessem o saber da verdadeira justiça, então não precisavam de nenhuma ornamentação para serem reconhecidos.<sup>12</sup> Nesse aspecto, o autor ainda considera que através da deturpação, a representação torna-se numa máquina que fabrica respeito e submissão, baseada na interiorização de constrangimentos, principalmente quando não se dispõe de violência mediata. Para ele, a representação torna-se uma forma de dominação que foge dos métodos de violência bruta, atuando pelo viés do simbólico. A representação, nesse sentido, visa a erradicação da violência através de um ordenamento do social, causando, por consequência, uma hierarquização da sociedade.<sup>13</sup>

Chartier aponta ainda que a representação pode se dar por meio da leitura de textos, e que estes podem afetar a forma com que o leitor analisa o mundo e se percebe nele. Segundo o autor, os textos geralmente criam universos que muitas vezes são aceitos pelo leitor e outras vezes são impostos a ele.<sup>14</sup> Por isso, a apropriação de discursos contidos nas escritas não pode ser interpretada considerando-se que existe um sujeito universal e desencarnado, mas sim que ela é feita por pessoas que são capazes operar a produção de sentido, ainda mais porque se inserem em grupos sociais e em contextos históricos específicos. Esses sujeitos podem receber informações, através da escrita, criando em suas imaginações novas visões sobre o mundo e a sociedade onde vivem. Essas visões constituirão os novos pontos de partida para sua ação em meio ao contexto em que se insere, podendo determinar ainda sua situação perante os grupos sociais, a manutenção de um *status* vigente ou a transformação da sociedade onde vive.<sup>15</sup>

Sendo assim, uma das potencialidades do estudo dos jornais é recuperar as representações sobre algum aspecto que são construídas por meio dos textos neles publicados. Outra é contemplar a forma como os sujeitos se apropriam destas representações. Este trabalho se restringirá ao primeiro aspecto, ou seja, procurará recuperar as representações que Selistre construiu sobre os índios nos artigos por ele escrito e publicados através do jornal. Ao fazer isso, buscamos compreender os índios

---

<sup>12</sup> Idem, p.22.

<sup>13</sup> Idem, p. 22 e 23.

<sup>14</sup> Idem, p. 24.

que eram tema deste articulista considerando que seus escritos não são ‘a verdade’ apenas registrada por ele no periódico, mas perceber que seus escritos estavam emoldurados por representações que o colunista expressava pelo periódico.

A partir destas questões acerca da relação entre a historiografia e a imprensa e entre a imprensa e a sociedade, nos foi possível reconhecer a possibilidade de usar o jornal como fonte para melhor compreender fatos, eventos, processos e também para buscar as representações que nele foram expressas e comunicadas, e tomando-o, assim, como fonte de conhecimento histórico.

Destacamos, contudo, que no periódico *A Voz de Chapecó*, as representações criadas sobre os índios foram construídas por um articulista em especial. O tema foi abordado apenas por Antonio Selistre de Campos. Nenhum outro artigo foi encontrado no jornal tratando do tema indígena a não ser aqueles escritos por Selistre. Dessa forma, era ele que, por meio de seus escritos, criava as representações sobre os índios no jornal.

Foi nesta perspectiva que estudamos o jornal *A Voz de Chapecó*, que, no contexto da cidade na década de 1940, adquire especial relevância como fontes, pois era o único veículo de comunicação da cidade. As notícias até então chegavam somente pelo correio, que trazia também periódicos de outras localidades. Alguns desses jornais que serviam para atualizar as informações transmitidas pelo periódico chapecoense vinham também de outros estados. É o caso do jornal *Brasil Novo*, que era editado no Estado do Espírito Santo,<sup>16</sup> e *A Noite*, editado no estado do Rio de Janeiro.<sup>17</sup> O próximo jornal da cidade - o *Jornal d'Oeste* - só seria criado em 1947 e a primeira rádio só seria inaugurada 10 anos depois, em 1949.<sup>18</sup> *A Voz de Chapecó*, assim, no período de estudo desta pesquisa, se configurava como veículo fundamental de informação e meio de expressão para os membros do grupo que o formou, composto por um juiz de direito, um advogado e um empresário colonizador.

O período coberto pela pesquisa vai de 1939 – ano em que o jornal começou a ser publicado - até 1953, último ano para o qual foram localizados exemplares no arquivo do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina), localizado no município de Chapecó, estado de Santa Catarina.

---

<sup>15</sup> Idem, p.26 – 27.

<sup>16</sup> “Brasil Novo” *A Voz de Chapecó*. 20 de agosto de 1939.

<sup>17</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 2 de junho de 1940.

<sup>18</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2000, p. 135-136.

Ao estudar o periódico, procuramos saber quem eram os personagens envolvidos na fundação do jornal, quem eram os sujeitos que nele escreviam, qual a história de sua inserção na cidade, quais eram suas posições políticas. Buscamos entender seus vínculos sociais, sua atuação na sociedade, seus ofícios; analisar as atividades econômicas destas pessoas, sua inserção nos partidos políticos. A ênfase da análise, entretanto, recai sobre a abordagem que o jornal - Selistre de Campos, sobretudo - fez da questão indígena. A história da cidade foi sempre marcada pela presença indígena que, em grande parte das vezes, era geradora de conflitos. Nas páginas do jornal, muitos artigos tinham como foco a questão indígena e tratavam das condições de vida desta população.

Nesta dissertação, em alguns momentos utilizamos o jornal buscando extrair dele informações sobre a sociedade na qual ele se inseria. Isto ocorreu principalmente no capítulo 1, que tem o jornal como fonte de informação para apresentar a cidade no contexto em que o periódico foi fundado. Nele destacamos as características da população, seus locais de sociabilidade, os costumes e outros aspectos que ajudam a entender como era o ambiente no qual o jornal era produzido e lido. Neste capítulo, também buscamos conhecer a forma de veiculação, a maneira como se mantinha financeiramente, a organização de suas colunas, modo de ser comercializado, as modificações que ocorreram ao longo do tempo. Ainda mais, buscamos destacar a função que seus idealizadores nele projetavam, vendo-o como instrumento de progresso para a localidade. Empreendendo campanhas, como por exemplo, a que envolveu a construção do hospital da cidade, o jornal procurava intervir na realidade na qual estava inserido.

Uma dessas intervenções do jornal diz respeito aos próprios indígenas. Por meio das páginas do periódico, Antonio Selistre de Campos escreveu narrativas sobre os índios, defendeu um projeto específico de proteção a essa população, procurando modificar a realidade por ela vivida. É a análise dessas narrativas e desta proposta de intervenção que fazemos nos capítulos 2 e 3 da dissertação.

Praticamente todo o segundo capítulo está voltado à questão indígena. Nele buscamos entender a presença indígena na região, os primeiros contatos com os colonizadores, as conseqüências da colonização e a situação vivida pelos índios no período em que o jornal *A Voz de Chapecó* circulou. Para tanto, nos servimos de fontes secundárias produzidas por estudiosos sobre a região que investigamos. Nesse mesmo

capítulo, buscamos também recuperar as representações que o periódico construiu sobre os indígenas, sobretudo por meio dos escritos de Selistre de Campos.

No terceiro capítulo, abordamos a relação de Antonio Selistre de Campos com o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Nos anos iniciais da década de 1940, Selistre ocupou as páginas do jornal para defender a instalação de um posto do SPI na cidade. A partir do final da década, entretanto, sua posição era bastante crítica em relação ao órgão do governo. Essa mudança de posição, como procuramos indicar, esteve associada a questões relacionadas à política local e também a interesses particulares.

Este não é o primeiro estudo sobre *A Voz de Chapecó* nem o único a abordar os escritos de Antonio Selistre de Campos. Várias pesquisas já foram realizadas tomando como objeto de estudo o jornal e a figura de Selistre. Esses estudos, entretanto, apresentam questões bastante diversas das que orientaram a pesquisa para esta dissertação. Um desses, realizado por Francismar Petrolli, buscou analisar no jornal os discursos sobre civilidade, com vistas àquilo que o jornal construía acerca da memória, ordem e progresso.<sup>19</sup>

Outros estudiosos realizaram uma narrativa biográfica de Selistre de Campos, destacando suas obras, seus feitos. Estes utilizaram o jornal *A Voz de Chapecó* como fonte de informação acerca da pessoa do colunista. Dois destes trabalhos são monografias de pós-graduação. Foram realizadas por Mara Paulina Arruda, tratando de Selistre de Campos principalmente no que confere a sua atuação como magistrado na cidade de Chapecó.<sup>20</sup>

Dois trabalhos em especial se aproximam das discussões que nos propomos a elaborar nesta dissertação. Um deles foi elaborado por Cleusa Dileta Sottili Valcarenghi e Arlene Anélia Renk, que se debruçaram sobre a vida de Selistre e sua atuação em defesa da lei e da ordem.<sup>21</sup>

O trabalho desenvolvido por Cleusa Sottili é uma biografia de Antonio Selistre de Campos, construída a partir da metodologia da História Oral, por meio de entrevistas

---

<sup>19</sup> PETROLLI, Francismar. *Discursos sobre civilidade: “memória, ordem e progresso” através do jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1951)* – Chapecó: Argos, 2006, p. 12.

<sup>20</sup> Sobre a atuação de Selistre de Campos como magistrado na cidade de Chapecó ver: ARRUDA, Mara Paulina Wolff de; SILVA, Augusto da. *Antonio Selistre de Campos "O guardador da cidade"*. 202, 67 f.: Pós-Graduação (Parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista em História) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2002.

<sup>21</sup> VALCARENGHI, Cleusa Dileta Sottili; RENK, Arlene Anélia. *A história de vida de Antônio Selistre de Campos defensor dos Kaingans*. 1997, 60 f. : Monografia (Especialização em História e Museologia) Universidade do Estado de Santa Catarina, 1997.

com pessoas que conviveram com Selistre.<sup>22</sup> Já Mara Arruda procurou desenvolver sua pesquisa tomando Selistre como um dos responsáveis pela lei e pela ordem na cidade. Segunda as palavras da autora:

Utilizaremos o termo ‘Guardador da Cidade’ para Antonio Selistre de Campos no título deste trabalho biográfico, por entender que todo imaginário social produz “guardiões” do sistema que dispõe de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos fazendo com que os guardiões sejam parte dos elementos da história de cada lugar.<sup>23</sup>

Os autores acima citados procuram, em geral, construir uma memória de exaltação de Selistre. Sobretudo o trabalho de Mara Paulina Arruda<sup>24</sup> o caracteriza como o principal responsável pela manutenção da ordem e pelo respeito à lei na cidade de Chapecó no final da primeira metade do século XX.

Um outro trabalho que contempla de alguma forma o personagem Antonio Selistre, foi elaborado por Ninarosa Mosatto Manfroi.<sup>25</sup> Esta autora, entretanto, embora tenha procurado entender os escritos do articulista como construção de representações e elemento de intervenção na política regional (o que faremos ao longo deste trabalho), utilizou-os muito mais como via de acesso para estudar a história dos Kaingang. Nesse sentido, mesmo indicando que os jornais não seriam somente meios de informação – mas também de intervenção na vida social<sup>26</sup> – o uso que a autora faz do jornal é informativo. O jornal e os escritos de Selistre a informam sobre a história dos Kaingang.

Numa perspectiva diversa daquela apresentada pelos autores mencionados – mas utilizando pontualmente dos seus estudos, que trazem contribuições importantes – pretendemos, a partir dos escritos de Selistre, compreender sua atuação como jornalista e homem público, especificamente no tratamento que, ao longo dos anos 1940, dispensou à questão indígena na cidade em que viveu e atuou como magistrado e como homem público.

---

<sup>22</sup> Idem, p.14.

<sup>23</sup> ARRUDA, Mara Paulina Wolff de; SILVA, Augusto da. *Antonio Selistre de Campos "O guardador da cidade"*. 202, 67 f : Pós-Graduação (Parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista em História) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2002, p. 09.

<sup>24</sup> ARRUDA, Mara Paulina Wolff de; SILVA, Augusto da. *Antonio Selistre de Campos "O guardador da cidade"*. 202, 67 f : Pós-Graduação (Parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista em História) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2002

<sup>25</sup> MANFROI, Ninarosa Mozzato da silva. *A História dos Kaingáng da Terra Indígena Xaçapocó(SC) Nos Artigos De Antonio Selistre De Campos*. UFSC: Dissertação de Mestrado,. 2008.

<sup>26</sup> Idem, p. 38.

## CAPÍTULO 1 – A CIDADE E SEU JORNAL

No dia 03 do Maio de 1939, circulou pela primeira vez no município chapecoense o jornal *A Voz de Chapecó*. A fundação de um periódico era uma antiga aspiração de muitos moradores que consideravam que a imprensa periódica favoreceria o progresso da cidade.<sup>27</sup>

O município, cuja voz o jornal pretendia expressar, era então, naquele final dos anos 1930, uma cidade bastante jovem. Nos séculos XIX e durante as primeiras décadas do século XX, uma população Kaingang e cabocla habitara a região.

Os Kaingang talvez não tenham sido o primeiro povo a se instalar na região, mas foi o encontrado pelos primeiros colonizadores que ali chegaram. Segundo estudos do CIMI, embora a extensão original do “território tradicional” Kaingang não seja objeto de unanimidade, é consensual o fato de que as terras situadas entre os rios Iguazu e Uruguai fossem parte deste território.<sup>28</sup> Esta população indígena decresceu muito a partir das políticas de mão-de-obra implementadas ao longo do período colonial, que contou com a ação dos bandeirantes na captura de índios. Desde meados do século XVI grupos de bandeirantes, ligados aos produtores de açúcar de São Paulo, passaram a promover incursões no interior do Brasil buscando índios para servirem de mão-de-obra na produção de açúcar no planalto paulista. Entretanto, não foram apenas as capturas que dizimaram as populações indígenas. Os conflitos com os chamados índios ‘não mansos’, levou centenas desses a morte, bem como o contato com doenças transmitidas pelos colonizadores dizimou populações inteiras.<sup>29</sup>

As primeiras expedições bandeirantes que se estenderam para a região sul do Brasil só ocorreram por volta do século XVI. Nesse período passaram a ser atacadas as áreas das chamadas missões jesuítas, localizadas no Guairá, região central do atual estado do Paraná e também no Tape, atual estado do Rio Grande do Sul. Na região litorânea do atual território catarinense, as expedições bandeirantes foram anteriores às realizadas no Guairá e no Tape. Entretanto, essas expedições não alcançaram a região do atual oeste do mesmo estado.<sup>30</sup>

---

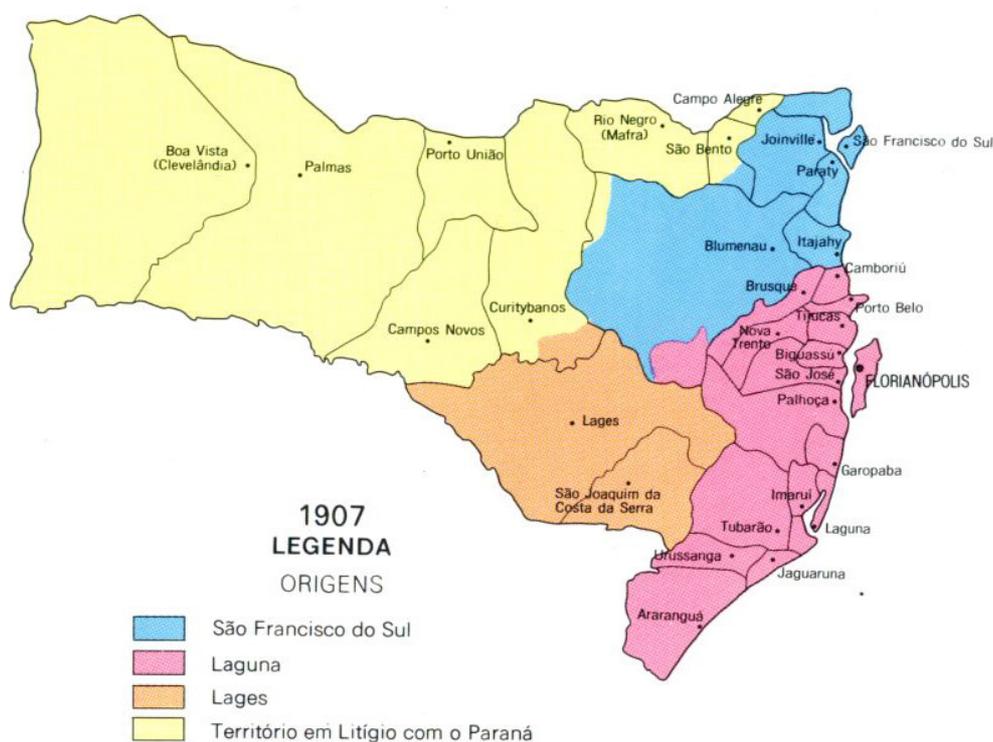
<sup>27</sup> *A Voz de Chapecó*. 1ª ed. 03/05/1939.

<sup>28</sup> CIMI. Conselho Missionário Indigenista – Região Sul - Toldo Chimbangue. *História e Luta Kaingang Em Santa Catarina*, 1984, p. 07.

<sup>29</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* – São Paulo : Companhia das Letras, 1994. p, 39.

<sup>30</sup> Monteiro p, 13.

Até as primeiras décadas do século XX não ocorreu um movimento significativo de povoamento e colonização do espaço onde posteriormente se configuraria a região oeste de Santa Catarina. Isso porque, naquele período intensos conflitos territoriais dificultaram a efetiva ocupação das terras. No século XIX, tais conflitos envolviam Brasil e Argentina e só foram resolvidos em 1895, por meio de atuação diplomática do Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores. No século XX, as disputas envolveram os governos catarinense e paranaense que, desde meados do século XIX, quando da criação da província do Paraná, disputavam a posse da região.<sup>31</sup>



Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

[:http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html](http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html)

. A contenda entre os dois Estados só se resolveu depois de uma sucessão de sentenças judiciais que deram ganho de causa a Santa Catarina – em 1904, 1909 e em

<sup>31</sup> Sobre as disputas envolvendo a região, ver: WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense. A Atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006; Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1977, p. 31 e PIAZZA, Walter Fernando, 1925. *A Colonização de Santa Catarina*. 2ª. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988. É importante registrar que as tensões não se restringiram às disputas entre governos dos dois estados, mas atingiram também a população local, no que ficou conhecida como a Revolta do Contestado. Sobre este movimento, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

1910 - e do acordo firmado em 1916 pelo qual o Estado do Paraná reconhecia ao rival a posse sobre o território até então disputado.<sup>32</sup>



Neste mapa do ano de 1919 já está delimitada a divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Pode-se observar que a linha em verde no mapa, no sentido Leste-Oeste, demarca os limites dos dois estados.

Coletânea de mapas históricos do Paraná. Disponível em:  
[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas\\_iap2.html](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap2.html)

Na segunda metade da década de 1910 foram tomadas medidas efetivas no sentido de desenvolver a região, promovendo a ocupação. De fato, quando o governo catarinense esteve certo de ter nas mãos a posse do aludido território, tratou logo de assegurar a permanência deste na formação territorial e política do Estado. Uma das

<sup>32</sup> WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense. A Atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006; p, 29.

primeiras ações governamentais nesta época foi a criação de vários municípios. Na região oeste do estado foi criada em 1917 uma sede administrativa na localidade de Passo Bormann. Por razões econômicas, foi transferida, ainda no ano de 1919, para outra localidade denominada Xanxerê. Em 1923 retornou a sede para o Passo Bormann e novamente para Xanxerê no ano de 1929. No ano de 1931, a sede administrativa foi transferida para uma localidade intermediária, denominada Passo dos Índios, onde, posteriormente fora dado o nome de Chapecó, cujo espaço se desenvolveu a atual cidade.<sup>33</sup>



Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

Para promover a ocupação da região, ainda no ano de 1917, o governo catarinense repassou grandes áreas de terra para empresas particulares que ficariam responsáveis em promover a colonização da região.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense. A Atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006; p, 29.

<sup>34</sup> Idem. p, 28.

Desta maneira, parte das terras destinadas à colonização foi entregue a Ernesto Francisco Bertaso, que, como veremos em seguida, foi o principal responsável pela criação da cidade de Chapecó e da colonização das terras da região.



Vista panorâmica do aterramento da Avenida Nereu Ramos em Chapecó na década de 1930.

Fonte CEOM. Chapecó – SC.

Disponível em: <http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php>

Deste modo, em 1939, quando o jornal foi fundado, a cidade apresentava algumas peculiaridades que indicavam seu curto período de existência. Algumas das características da localidade podem ser apreendidas pelo próprio *A Voz de Chapecó*. Segundo o periódico, em 1939, Chapecó era o maior município do Estado de Santa Catarina em extensão territorial, uma área de 13.958 km<sup>2</sup>.<sup>35</sup> No ano de 1939, a cidade tinha suas divisas organizadas da seguinte forma: ao Norte com o Estado do Paraná, ao Sul como Rio Grande do Sul, a Oeste com República da Argentina, e somente a Leste confrontava com terras catarinenses, dos municípios de Cruzeiro e Concórdia.<sup>36</sup>

A economia organizava-se basicamente na produção agrícola, criação de gado, a extração erva-mate e, sobretudo, da extração e indústria madeireira. O jornal da cidade, em uma de suas primeiras edições, divulgou dados estatísticos referentes ao desenvolvimento da cidade, apontando em números aspectos relativos, principalmente da produção agrícola.

No ano de 1947 o jornal circulava pelo município. Oito anos após o seu

---

<sup>35</sup> “Chapecó” *A Voz de Chapecó*. 24 de dezembro de 1939.

<sup>36</sup> Idem.

surgimento, a produção agrícola de Chapecó poderia ser representada principalmente pela produção de milho, cevada, trigo, uvas, entre outros produtos oriundos do cultivo da terra.<sup>37</sup>

Esses dados mostram que, mesmo que esta produção pudesse ser parcialmente destinada à comercialização, grande parte do que se produzia nas atividades agrícolas tinha como destino o consumo familiar ou sustento das propriedades, que em geral eram de pequeno porte. As atividades de extração, sobretudo da madeira – na maior parte exportada para a Argentina –, ao contrário, eram as principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Embora a grande oferta da madeira provocasse o baixo preço, o rendimento compensava pela abundante quantidade do produto.<sup>38</sup> Estima-se que durante as décadas de 1930 e 1940, mais de uma centena de empresas madeireiras estavam instaladas no município de Chapecó e nas suas proximidades. No ano de 1940, as firmas que atuavam no ramo madeireiro fundaram uma das maiores sociedades empresariais do oeste catarinense: a *Sociedade Madeireira Xapecoense*, que tinha vários sócios e um capital bastante considerável.<sup>39</sup>

Além da madeira, também a extração da erva-mate dinamizava a economia do oeste catarinense. Em um distrito próximo de Chapecó, chamado Vargeão, por exemplo, o principal estabelecimento comercial era uma firma de erva-mate.<sup>40</sup>

Apesar de ter menor representatividade na organização econômica, também havia na cidade um comércio ativo. No início de década de 1940, os moradores contavam com um comércio de atacadistas e varejistas, nos quais se somavam 66 estabelecimentos comerciais, sendo 50 varejistas e 16 atacadistas. O comércio local era mantido principalmente de produtos que vinham do Rio Grande do Sul.<sup>41</sup>

Todas estas atividades econômicas envolviam uma população que, considerando-se todos os distritos, era então composta por 18.067 habitantes, o que representava 1,69% da população do Estado, segundo informação de *A Voz de Chapecó*.<sup>42</sup> Com uma superfície absoluta de aproximadamente 14 mil Km<sup>2</sup> (14,44%

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> POLI, Jaci. “*Caboclo: pioneirismo e marginalização*”. Cadernos do CEOM. 1989, p. 97.

<sup>39</sup> BELLANI, Eli Maria. *Para Uma História do Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM. 1989, p. 131.

<sup>40</sup> RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense* / Arlene Renk. 2. ed. rev. – Chapecó: Argos. 2006, p. 16.

<sup>41</sup> Ver HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. 339, p. 106.

<sup>42</sup> “O Que Valemos” *A Voz de Chapecó*. 21 de maio de 1939.

relativa ao Estado), a densidade populacional era de 1,31 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>43</sup> Essa população era formada de indígenas e caboclos - os mais antigos moradores da região - e por colonizadores europeus ou descendentes de europeus que, a partir dos anos 1920, afluíram à região vindos do Rio Grande do Sul, chamados pelas oportunidades de acesso à terra e de prosperidade que a região parecia oferecer.<sup>44</sup> No caso de Chapecó, como nos municípios próximos de Xaxim, Caxambu, Guatambu e Faxinal dos Guedes, esta população era predominantemente de origem italiana; ao contrário de outras localidades da região – como Itapiranga, Mondai, Passarinho e São Carlos – em que a população era predominantemente de ascendência alemã.<sup>45</sup>

Chapecó, no ano de 1939 em diante, já contava com 25 escolas. Muitas delas estavam espalhadas nas pequenas vilas que formavam o município. Segundo uma estatística divulgada pelo próprio jornal *A Voz de Chapecó*, dessas 25 escolas, 8 localizavam-se na sede do município. As demais pertenciam às vilas como Xanxerê, Abelardo Luz, Guatambu, Itapiranga, dentre outras localidades do interior.<sup>46</sup> Apesar deste número, o jornal apontava que em Chapecó a educação estava passando por situações deploráveis, como dificuldade em contratar professores, falta de locais para ministrar as aulas, carência de materiais escolares, professores que abandonavam as escolas, prédios escolares degradados, dentre outros problemas.<sup>47</sup>

A população da cidade contava já no início da década de 1940 com espaços destinados às festividades e ao lazer. Um desses espaços era o Clube Esportivo Chapecoense, onde ocorria grande parte das festas realizadas na cidade. Este clube funcionou até 1940 de maneira um tanto improvisada, porém em março de 1940, como o jornal comunicou, novas estruturas foram erguidas para a construção de sua sede.<sup>48</sup> Neste clube realizavam-se as grandes festas, como o baile que, em 1940, elegeu a rainha

---

<sup>43</sup> Idem. Estes números informam a população de todo o território de Chapecó, considerando todos os seus distritos. Dados do IBGE informavam que, somente para o município, a população era de aproximadamente 5.786 habitantes; dos quais aproximadamente 801 viviam no perímetro urbano e 4.985 na zona rural. HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2000, p. 106.

<sup>44</sup> POLI, Jaci. “Caboclo: Pioneirismo e Marginalização”. Cadernos do CEOM. 1989, p. 73-74. O autor considera que o povoamento da região se deu em três fases: a primeira, seria representada pela ocupação indígena e ocorreu predominante até meados do século XIX; a segunda, a partir de meados do século XX, compreendeu uma população miscigenada – os chamados caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo; a terceira seria a fase da colonização, caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento de projetos de colonização e da exploração de madeira.

<sup>45</sup> “Chapecó” *A Voz de Chapecó*, de 03 de dezembro de 1939

<sup>46</sup> “Instrução Pública Municipal. *A Voz de Chapecó*, 6 de agosto de 1939.

<sup>47</sup> “Grupo Escolar” *A Voz de Chapecó*. 13 de agosto de 1939.

<sup>48</sup> “Clube Local” *A Voz de Chapecó*. 19 de março de 1940.

do carnaval daquele ano. Sobre este evento, noticiou o jornal:

Conforme anunciamos no nosso último número, realizou-se sábado passado, na sede provisória do clube, um animado baile, sendo eleita nesta ocasião à rainha do carnaval de 1940. Após um renhido pleito, saiu vencedora, por bastante maioria de votos, a senhorita Zina Pompermayer. Parabéns a rainha com os nossos votos de um feliz reinado.<sup>49</sup>

As festas que ocorriam no Clube Esportivo eram frequentadas principalmente pelos mais abastados na cidade. Segundo Mônica Hass, ao longo da década de 1940 cada vez mais a “elite” frequentava locais exclusivos, tornando mais evidente a diferenciação entre os grupos sociais. Para a autora, ao contrário das décadas de 1920 e 1930, quando a simplicidade era maior e a diferença entre os grupos sociais não era tão acentuada, a partir da década de 1940, com o incremento da urbanização e das atividades econômicas, os mais abastados passaram a frequentar lugares específicos, onde se promoviam muitas festas, jantares, almoços – nos quais se degustavam pato assado, champanhe, fumavam-se charutos. Havia também muitos bailes, animados por pandeiros, violinos e violões.<sup>50</sup> As senhoras promoviam festas, e bailes, chás de caridade, onde tudo era servido em louças muito finas. Nos anos de 1950, havia um clube formado pelas senhoras da cidade, o Grêmio Feminino Rosas do Sul.<sup>51</sup>

Essas festas em geral ganhavam grande visibilidade nas páginas do jornal *A Voz de Chapecó*, fazendo desta forma com que tais acontecimentos fossem destaques na vida local. Em 1946, por exemplo, o jornal comentava sobre um baile realizado:

Com invulgar brilhantismo, realizou-se no dia 28 do mês findo, nos salões do Clube Recreativo Chapecoense, o “Baile da Chita”.

As senhoritas que representam o escol da nossa sociedade, compareceram quase todas vestidas de acordo como programa anteriormente divulgado e por esta razão a diretoria da Simpática Sociedade da Praça Duque de Caxias, resolveu realizar um concurso para apuração do vestido mais bonito desta noite, que deixou vivas recordações a todos que assistiam.

Feito o julgamento, por uma comissão composta por três senhoras, coube o primeiro lugar a senhorita ODETE CUNHA, que recebeu o fino vidro de perfume, oferta gentil da Casa de Severino Trentin.

No decorrer das danças, foi realizada venda de votos para o concurso da rainha do Club, sendo a primeira apuração feita as 12:30 h. apresentando o seguinte resultado:

1º lugar – Jurema Lajus – 308 votos; 2º Leonilda Trentin – 62 votos; 3º - Alice Silva – 37 votos; 4º - Emida Breda – 20 votos; 5º - Odete Cunha – 14 votos; 6º - Terezinha Spilmer – 10 votos; 7º - Ilze Matto – 07 votos; 8º - Antonieta Tosseto – 05 votos.

Ainda por deliberação da diretoria, ficou marcado o dia 13 de Outubro para realizar-se a segunda apuração, dia 26 do mês em curso, para a terceira apuração por ocasião do baile, sendo o dia 16 de Novembro escolhido para a coroação da rainha, que será festejado com grande baile.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> “Rainha do Carnaval” *A Voz de Chapecó*. 04 de fevereiro de 1940.

<sup>50</sup> HASS, Mônica. *O linchamento que todos querem esquecer: Chapecó, 1950 – 1956* / Mônica Hass. – 2. ed. rev. e ampl. – Chapecó; Argos 2007, p. 67

<sup>51</sup> Idem, p. 70.

<sup>52</sup> “Baile da Chita” *A Voz de Chapecó*. 29 de setembro de 1946.

Além dessas festanças destinadas aos representantes do “escol” da sociedade, outras juntavam nos espaços públicos uma quantidade maior de pessoas. Era o caso da festa do padroeiro da cidade, Santo Antonio, que se estendia por 13 dias, contando com várias atividades religiosas e sociais e mobilizando as comunidades vizinhas, que por vezes recebiam o convite por meio do periódico da cidade:

Deve ter início no dia 1º de Junho, próximo vindouro, a festa de Sto. Antonio, padroeiro desta cidade.

São festeiros os Sr. Alves Damski e sua Exma. Senhora, os quais por nosso intermédio convidam a população desta cidade e povoações vizinhas, a assistirem as festividades que vão até o dia 13, havendo missas solenes e procissão, além de festejos populares.<sup>53</sup>

As atividades referentes ao esporte também ganhavam destaque na vida da população chapecoense. Eram realizados jogos de futebol, organizados em campeonatos locais, e a população também acompanhava os campeonatos estaduais, nacionais e até internacionais, cuja programação e resultados eram informados pelo jornal, que dispunha de uma coluna destinada ao esporte nas suas diferentes modalidades. No ano de 1940, foi criada uma sociedade com o objetivo de construir uma piscina para a prática de natação. Isso significava que a cidade de Chapecó, na década de 1940, já teria um espaço para a esta modalidade de esporte.<sup>54</sup>

No ano de 1943, foi construído o primeiro cinema, para o qual iam pessoas de outros lugares para assistir a clássicos como “E o Vento Levou”, dentre outros filmes da época.<sup>55</sup>

A cidade, na década de 1940, contava também com locais de prostituição e jogatinas. Esses locais, frequentados por muitos homens, de vez em quando eram palco de brigas e discussões por causa de mulheres e bebidas.<sup>56</sup> Para curar os pecados cometidos nesses locais, muitos acordavam cedo nos domingos de manhã para, às 6 horas, assistir à missa celebrada pelo padre Roberto.

Era nesta cidade, cujas características até aqui procuramos traçar brevemente, que se fundava o jornal *A Voz de Chapecó*, por iniciativa de alguns dos mais “ilustres” cidadãos da terra.

---

<sup>53</sup> “Festa” *A Voz de Chapecó*. 23 de maio de 1941.

<sup>54</sup> “Piscina” *A Voz de Chapecó*. 04 de janeiro de 1940.

<sup>55</sup> HASS, Mônica. *O linchamento que todos querem esquecer: Chapecó, 1950 – 1956* / Mônica Hass. – 2. ed. rev. e ampl. – Chapecó; Argos 2007, p. 71.

## 1.1 – OS QUE IDEALIZARAM E IMPLEMENTARAM O JORNAL

Entre as várias pessoas que idealizaram a existência de um jornal em Chapecó, três estiveram diretamente envolvidas na sua fundação: Ernesto Bertaso, Antonio Selistre e Vicente Cunha. Todas tinham um lugar de destaque na cidade, sendo figuras importantes no cenário político e social.



Foto do coronel Ernesto Francisco Bertaso na Itália em Maio de 1954.

Acervo do CEOM. Chapecó – SC.

Disponível em: [http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq\\_imagem=731&ficha=501](http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq_imagem=731&ficha=501)

Nascido em Verona, na Itália, Bertaso veio para o Brasil no ano de 1885 e instalou-se no Rio Grande do Sul, tendo residido em Santa Maria, Cachoeira, Canoas e Bento Gonçalves. Durante vários anos foi comerciante, viajando pelas estradas em lombo de mulas. No ano de 1918, juntamente com seus sócios Manoel Passos Maia e Agilberto Atílio Maia, constituiu a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., que

---

<sup>56</sup> Idem, p. 71.

comprou uma gleba de terra equivalente aproximadamente 51.000 hectares, até então pertencentes a alguns herdeiros paulistas da Baronesa da Limeira. Nestas terras, conhecidas como Campina do Gregório, foi erigida a cidade de Chapecó.<sup>57</sup>

A partir desta primeira aquisição, a empresa empreendeu ações bem sucedidas no ramo da colonização, adquirindo mais terras. Sendo assim:

Em Junho de 1920, por concessão do Estado de Santa Catarina, a empresa obteve posse da Fazenda Chapecó (atual Quilombo), com 53.818 hectares em troca da construção da estrada Passo do Goyo-En/Passo dos Índios, e da Fazenda Rodeio Bonito (atual Xaxim), com 28.820 hectares. Comprou também junto a Brazil Development & Colonization Co, a Fazenda Rio Saudades (atual São Lourenço do Oeste e Campo Erê), com 91.363 hectares. No total a firma chegou a controlar 224.924 hectares no Oeste Catarinense, todos utilizados para fins de colonização.<sup>58</sup>

As terras compradas pela empresa colonizadora dos coronéis Maia e Bertaso tinham como principal objetivo a divisão de lotes e a comercialização para colonos vindos do Rio Grande do Sul. Para tanto, o Estado cedia a terra e em troca o colonizador deveria abrir as estradas, doar lotes de terra para construir escolas, igreja e outros estabelecimentos públicos.

Considerado um pioneiro e tendo um grande poder econômico e político, Bertaso era uma das figuras centrais na cidade, influenciando decisões sobre projetos ligados ao município e também sobre os distritos da redondeza. O título de coronel<sup>59</sup> conferia *status* de homem a ser respeitado, principalmente num período em que o coronelismo era uma das principais forças políticas no Brasil. Como indica Leal, o coronelismo se caracteriza pela relação íntima entre o poder público e o privado, tendo como objetivo o fortalecimento das oligarquias rurais. As principais características do coronelismo são o mandonismo local, o falseamento de votos, o filhotismo<sup>60</sup> e a desorganização do serviço público. Ainda segundo o autor, nos municípios do interior,

---

<sup>57</sup> Idem, p. 65

<sup>58</sup> Idem, p. 65. A partir da segunda metade da década de 1910, quando se definiram as posses dos territórios em disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, formaram-se várias companhias colonizadoras destinadas a executar a colonização da região. A partir de então, implementou-se na região de forma ativa o povoamento e o desenvolvimento da produção na região, cujas tentativas anteriores, desde o século XIX, haviam sido malogradas. Sobre as tentativas de colonização empreendidas no século XIX, ver: PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. – 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

<sup>59</sup> Segundo informações de familiares, em fevereiro de 1941, Bertaso adquiriu a nacionalidade brasileira, e, sem que se saiba quando, comprou o título de militar – coronel – da Guarda Nacional, expresso por um diploma do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional. Ver HASS, Monica. *Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense: Um Estudo do Poder Local – 1945-1965*. Chapecó: Argos 2000, p. 67.

<sup>60</sup> O filhotismo se caracterizava pela participação de afilhados políticos ou pessoas de confiança do coronel nos cargos públicos do poder municipal.

no contexto do coronelismo, a figura de maior poder era o coronel, seja fosse pelo cargo político que ocupava, fosse pelos representantes que geralmente eram parentes ou aliados, por ser o dono das terras. O coronel era o que executava suas leis através do auxílio de capangas, empregados ou agregados, cumprindo assim a função policial. Muitas vezes esse poder também era usado para manipular votos de cabresto ou ainda resolver acordos políticos.<sup>61</sup>

Para se ter uma ideia do capital econômico e social do coronel Bertaso, basta considerar que ele foi responsável pelo deslocamento de mais de oito mil famílias que deixaram o estado do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina. As terras que os colonos compravam eram financiadas pelo próprio coronel, sendo que o comprador dos lotes dava uma entrada de 30% e o restante era dividido em parcelas semestrais, o que facilitava a comercialização dos lotes.<sup>62</sup> As ações paternalistas do coronel, doando coisas, patrocinando causas, organizando festas de integração comunitária, facilitando o pagamento de lotes, também serviam a aumentar a influência social que tinha na cidade. Segundo Mônica Hass, “Bertaso é lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como um coronel ‘bonzinho’ – ‘gente boa, um santo homem’”.<sup>63</sup> Sua inserção nas instituições políticas não se fazia de forma direta, mas por meio de aliados ou familiares, que exerciam funções políticas. Algumas delas eram José Luiz Maia, outra seu próprio filho Serafim, que assumiu o controle da prefeitura municipal em 1944.<sup>64</sup>

Outro dos fundadores do jornal era Antonio Selistre de Campos, o Juiz de Direito da cidade. Filho de José Cândido de Campos Jr. (Coronel da Guarda Nacional) e de Clarice Selistre de Campos, Antonio Selistre de Campos nasceu no dia 28 de Abril de 1881, no município de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul. Sua formação em “Ciências Jurídicas e Sociaes” deu-se no ano de 1909, na cidade de Porto Alegre. Atuou como Juiz de Direito em Campos Novos de 1910 até 1912. No ano de 1931, Antonio Selistre de Campos mudou-se para a cidade de Chapecó, onde exerceu a magistratura.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* / Victor Nunes Leal. – 3 ed. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1997. p. 41-42.

<sup>62</sup> HASS, Monica. *Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense: Um Estudo do Poder Local – 1945-1965*. Chapecó: Argos 2000, p. 67.

<sup>63</sup> Idem, p.68.

<sup>64</sup> Idem, p. 97.

<sup>65</sup> “Cadernos do CEOM” Acervo On-Line. Disponível em:  
[http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq\\_imagem=5604&ficha=501](http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq_imagem=5604&ficha=501)

No jornal, ele foi um dos grandes entusiastas dos ideais propostos pelo periódico por *A Voz de Chapecó*. Suas publicações e artigos tiveram grande destaque principalmente, como abordarei no segundo capítulo, sobre os índios que residiam nos toldos Imbu e Banhado Grande, próximos do município de Chapecó.

Próximo de Bertaso e de Selistre esteve sempre Vicente Cunha, outro personagem envolvido diretamente na fundação do jornal. Advogado e jornalista, ele foi incumbido de dirigir o jornal, selecionando os artigos que poderiam ser publicados, trocando informações com os demais meios de comunicação, principalmente os periódicos de outras localidades, mantendo contato com os políticos da capital e recolhendo informações pertinentes para a publicação; a ele cabia também organizar o periódico e, acima de tudo, responder legalmente por aquilo que era publicado.<sup>66</sup>



Vicente Cunha (a direita) e Antonio Selistre de Campos, (a esquerda), s.d.

Acervo digital do CEOM. Chapecó SC.

Disponível em

[http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq\\_imagem=5660&ficha=501](http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?codseq_imagem=5660&ficha=501)

Os três principais fundadores do jornal, além de aliados nas páginas do periódico, eram também correligionários político-partidários. Nos anos de 1940, os partidos políticos que atuavam no município eram o Partido Liberal (PL) e o Partido

---

<sup>66</sup> “Expediente e Assinaturas” *A Voz de Chapecó*. 25 de junho de 1939.

Social Democrático (PSD). O primeiro tinha a adesão de figuras como o coronel Berthier de Almeida, Pedro da Silva Maciel; o segundo era o partido de maior destaque no município, recebendo inclusive o apoio dos padres da cidade, que por sua vez se envolviam ativamente na política.<sup>67</sup> A ele estavam filiados os três principais fundadores do *A Voz de Chapecó*, além do delegado Argeu Lajus e o filho de Bertaso, Serafim.<sup>68</sup>

Tanto o PSD quanto o PL foram partidos criados na virada da década de 1920 para a de 1930.<sup>69</sup> Posteriormente, a chamada Revolução de 1930 alterou o cenário partidário nacional. Com a chegada de Vargas na presidência, apoiado pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), formada pelos partidos PCB e PD, opositoristas do PRP. Posteriormente, membros dos partidos que apoiaram a subida de Vargas ao poder, deram origem ao PL (Partido Liberal).<sup>70</sup>

A mudança no cenário político-partidário nacional fez alterar o contexto das forças políticas regionais. Em Chapecó o grupo que congregava os fundadores do jornal perdeu espaço, porque os Bertaso faziam parte do Partido Republicano Catarinense, partido que perdeu o poder com a revolução de 30.<sup>71</sup>

O jornal, em relação à política nacional, tinha uma postura que não era de oposição contundente, mas não era também de apoio irrestrito. Esta postura está associada à interrupção da circulação do jornal entre 1942 a 1946 quando ele foi alvo da censura vigente no Estado Novo. Como sabemos, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) era um órgão criado pelo governo Vargas e tinha como uma de suas principais funções a censura aos meios de comunicação. Desta forma, no ano de 1942 o jornal foi alvo da intervenção do Departamento, e deixou de circular até o ano de 1946.<sup>72</sup>

Assim, como indicou Dirceu Luiz Hermes, é preciso considerar que

e a história da imprensa escrita de Chapecó registrada a partir de maio de 1939, com a fundação do jornal *A Voz de Chapecó*, tinha todo um atrelamento político-partidário a exemplo do que acontecia em Santa Catarina. Os supostos fundadores do jornal foram o cel. Ernesto Francisco Bertaso, o juiz Antônio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha, líderes políticos da época.<sup>73</sup>

---

<sup>67</sup> HASS, Mônica. *O linchamento que todos querem esquecer*: Chapecó, 1950 – 1956 / Mônica Hass. – 2. ed. rev. e ampl. – Chapecó; Argos 2007, p. 81.

<sup>68</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. p. 99.

<sup>69</sup> Idem, p. 74.

<sup>70</sup> Idem, p.78.

<sup>71</sup> Idem, p.99.

<sup>72</sup> SOLA, Lourdes: *O Golpe de 37 e o Estado Novo*: Brasil em perspectiva. Carlos Guilherme Mota (org.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.277.

<sup>73</sup> HERMES, Dirceu Luiz. “*Acervo Midiático Resgata a História da Imprensa Chapecoense*. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho”. Novo Hamburgo, RS – 2005.

Se os fundadores do jornal, como veremos, projetaram objetivos amplos para o periódico, ainda assim não podemos deixar de considerar que as páginas impressas pudessem ser, como foram, um espaço para projetar ainda mais os que já tinham um papel de destaque no cenário político da cidade.

Nesse sentido, estes sujeitos construía nas páginas do jornal, representações de si próprios. Estas representações valorizavam sua inserção na sociedade e destacavam suas características de civilidade. O jornal, desta maneira, era um espaço não só de divulgação desta elite econômica e política, mas também um local em que este grupo construía e divulgava uma auto-imagem específica. Era comum mencionarem-se no jornal participações destas e de outras personalidades em espaços importantes da cidade. Um exemplo disso é o comunicado sobre a organização administrativa do Hospital Santo Antonio, feito pelo jornal em 1939. Dizia a notícia:

Pela diretoria provisória do Hospital Santo Antonio, sob presidência do engenheiro civil Serafim Bertaso, foram organizadas as seguintes comissões:  
COMISSÃO ORGANIZADORA DE DONATIVOS  
Presidente, Paulo Marques; vice-presidente, Frei Ewaldo José Blasi; Oscar Negrão, Francisco Fausto Silva; José Negrão e Severino Trentin.  
COMISSÃO FISCAL  
Presidente, cel. Ernesto F. Bertaso; Domingos Giorno; Dr. Sólon de Miranda e Silva.  
COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO  
Presidente, Dr. Serafim Bertaso; Tte. René Verges; Vitério Franceschi; Alfredo Martins de Moraes.<sup>74</sup>

Em outras comissões ainda encontram-se: Dr. Selistre de Campos; Dr. Otávio Celso Rauen; Jonas Rauen; Dr. Cid Loures Ribas; Vicente Cunha; José Silva de Carvalho; Leopoldo Homrich; Alcindo Silva; e Agnelo Rebelo.<sup>75</sup> Grande parte das pessoas citadas assumiu funções públicas, administrava alguma empresa particular ou então trabalhava de forma autônoma. René Verges, por exemplo, foi prefeito de Chapecó até julho do ano de 1939, quando assumiu seu lugar o tenente Eloi Mendez.<sup>76</sup> Serafim Bertaso era engenheiro civil. Celso Rauen era Médico,<sup>77</sup> Domingos Giorno era tabelião oficial da comarca de Chapecó.<sup>78</sup> Cid Loures Ribas exercia a função de

---

<sup>74</sup> “Hospital Local” *A Voz de Chapecó*. 30 de julho de 1939.

<sup>75</sup> *Idem*.

<sup>76</sup> “Novo Prefeito”. *A Voz de Chapecó*. 06 de agosto de 1939.

<sup>77</sup> “Viajantes”. *A Voz de Chapecó*. 20 de agosto de 1939.

<sup>78</sup> “Mercado da Terra” *A Voz de Chapecó*. 20 de agosto de 1939.

Promotor Público da Comarca de Chapecó.<sup>79</sup> Vicente Cunha, Selistre de Campos e Ernesto Bertaso já são nossos conhecidos.

Todos esses nomes eram mencionados com muita constância e ênfase nas edições do jornal. Praticamente em todas as edições era feita alguma referência a essas pessoas, fosse pelas notícias, fosse pelo registro de participação em atividades públicas, ou por anúncios feitos no jornal.<sup>80</sup>

## 1.2 - O JORNAL: SEU FORMATO

Foi assim, por iniciativa destes “ilustres personagens”, que o periódico passou a ser publicado semanalmente, com edições especiais em datas comemorativas, dentre as quais o próprio seu próprio aniversário.

Não havia no jornal a informação de sua tiragem, mas em uma das primeiras edições registrou-se que estavam sendo impressos “algumas centenas de exemplares”<sup>81</sup>

O formato do jornal modificou-se durante o período de sua publicação. No ano de 1939 até sua censura no ano de 1942, o jornal não apresentava ilustrações desenhadas nem fotografias nas suas páginas. A escrita era basicamente dividida em quatro colunas por página, sendo que somente alguns artigos ocupavam o espaço de duas ou mais colunas. As principais mudanças surgiram com o seu retorno no ano de 1946, depois do período em que foi impedido de circular pela censura. Algumas características como a divisão das colunas permaneciam; no entanto; o jornal adquiriu maior dimensão, houve a inserção de alguns desenhos feitos a mão e, em 1948, foram inseridas imagens fotográficas nas suas páginas, o que tornou o jornal mais ilustrado.

Durante todo o período em que circulou, o jornal foi editado em preto e branco, inclusive as imagens. Inicialmente o periódico em geral compunha-se de quatro páginas, às vezes seis e, em ocasiões especiais – como datas comemorativas – podia chegar a ter entre dez e doze páginas. Comumente eram divididas em quatro colunas, com algumas exceções, em casos de anúncios, artigos e editoriais que podiam se estender por toda a página.<sup>82</sup> A maior parte do tempo, *A Voz de Chapecó* organizava-se de forma mais ou menos constante. Na primeira página havia o nome do jornal, que aparecia impresso em letras grandes. Logo abaixo, em letras menores, constava o termo “Semanário

---

<sup>79</sup> “Dr. Cid Ribas”. *A Voz de Chapecó*. 05 de novembro de 1939.

<sup>80</sup> Ver *A Voz de Chapecó*.

<sup>81</sup> “A Voz de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 23 de julho de 1939.

Independente”. Na sequência vinha o nome da cidade de Chapecó, o nome do estado de Santa Catarina, a data de publicação da edição, o nome do diretor, o endereço onde o jornal era produzido e o nome do gerente. A primeira página geralmente era utilizada para a publicação de artigos e editoriais que costumeiramente tinham como tema, a política nacional e tratavam de figuras importantes que faziam parte do cenário municipal, regional, estadual e nacional. Nesses editoriais também eram abordados assuntos de ordem econômica, problemas sociais, eventos da sociedade local, notícias científicas, abordagens culturais, dentre outros.<sup>82</sup> Às vezes, ao invés de conter editorial, este espaço da primeira página era ocupado por fotografia de uma pessoa ilustre, ou de algum cidadão cuja imagem se queria destacar.

A página seguinte jornal geralmente era ocupada por artigos referentes a assuntos do município, notícias do estado ou da nação, escritos sobre pessoas, dentre outros assuntos cuja informação era priorizada.

---

<sup>82</sup> *A Voz de Chapecó*. 03 de maio de 1939.

<sup>83</sup> Sobre assuntos referentes a cultura ver: “trovas populares”. *A Voz de Chapecó*. 25 de junho de 1939.

Raul Campos

# A VOZ DE CHAPECÓ

SEMANARIO INDEPENDENTE

ANO I

Chapecô, Estado Santa Catarina, 3 de Maio de 1939

Director: Vicente Cunha.

Redação e Oficinas: Avenida Getúlio Vargas.

Gerente: Octavio Silva.

## NOSSA AÇÃO

São hoje à luz da publicidade a VOZ DE CHAPECÓ.

É uma publicação modesta, como o seu pequeno formato faz ver. Não é leitura para letrados. Aos homens simples, que são a maioria dos nossos patrícios desta zona, e que não assinam os grandes jornais das capitais, pretendemos ser úteis, transmitindo notícias de acontecimentos de ordem geral na medida do possível.

Daremos noções de ciências, de artes, de higiene, de estatística bem como de exigências fiscaes, de modificações na legislação e o que for ocorrendo sobre commercio, indústrias, inclusive agricultura, tudo nos limites do nosso alcance intelectual.

Temos em vista servir aos altos interesses do municipio, do Estado, e, consequentemente, do Brasil, nosse querida Patria, procurando despertar nos moços o gosto pela leitura.

A tarefa a que nos vamos dedicar é ampla, imensa; acreditamos que ultrapasse nossas forças, mas a ela nos abalançamos, impelidos pelo idealismo que sempre inspirou nossos atos, de preferencia ao comodismo, que nos aconselharia o egoismo.

Nossas idéas sobre nacionalização, o que é hoje um dos principais problemas do país, e a que nos dedicaremos, especialmente dos meios colonias, que permanecem em plena florescência da influencia estrangeira, repousam na compreensão de que nossa acção deve ser persuasiva, norteada no espirito de harmonia, amizade e justiça e não no desejo de vinganças ou represalias agressivas.

Porque esses nucleos, de populações de origem estrangeira, não são responsáveis pelas condições, em que se acham, de alheamento à vida nacional, o que é decorrente da acção irrefletida de governos e partidos politicos anteriores, que se preocupavam preferencialmente em lhes cobrar impostos e monopolisar os votos nas empreitadas da politicagem.

Hoje, que se procura corrigir o mal de se ter deixado essa Inlidade de brasileiros na ignorância da lingua, historia e tradições patrias, não ha de ser com asperetas e ameaças, que se alcançará o objetivo desejado, nem lhes enviando autoridades truculentas, e sim pela persuasão, acção in-

teligente e bons exemplos, como bem compreendeu o Governo Federal.

Pretendemos evitar questões pessoais e pugnaremos pelo melhoramento dos serviços publicos desta comarca, especialmente em relação aos correios, estradas, escolas e ordem publica.

Não nos cansaremos de pedir a taes respeitois providencias dos governos, e nos esforçaremos por tornar conhecido, lá ao longe, o municipio de Chapecô, até hoje ignorado, e que é, sem favor ou espirito de bairrismo local um dos principaes do Estado e de mais brilhante futuro.

Aos governos queremos levar a nossa colaboração desinteressada e sincera, por meio de informações seguras e acção orientada em principios saos, visando a utilidade de serviço e bem publico, e sem cogitar de agradecimentos ou recompensas pessoais, porque temos em vista cumprir o nosso dever, a bem da coletividade, sem sacrificar a nossa independencia de pensar.

Sustentamos o regime politico da Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937, porque entendemos ser no momento a garantia da Segurança Nacional.

Em finanças, quer na ordem publica, quer na particular pregaremos a adopção da mais rigorosa economia, compressão de despesas fiel emprego dos dinheiros publicos.

Essa será a nossa acção e esperamos que o bom Deus n'ó s'ajudará na sua realisação, fazendo com que os nossos concidadãos compreendam os nossos sacrificios e nos prestem o seu auxilio.

## O DINHEIRO.

(Especial para A Voz de Chapecô)

— Mas como? Então achas que é o dinheiro a finalidade maxima da vida?

— Não é bem isso, mas quasi, disse o Lucas. O objetivo supremo da existencia deve ser a perfeição moral, verdade que vem do antigo Testamento com escala por Socrates e outros e cimentada pelo Cristianismo. Devemos procurar realiza-la, sejam quais forem os obices, sejam quais forem as pedras que encontrermos no caminho. A realidade é, porém, ou-

tra, mercê das rajadas de materialismo que sopram sobre o mundo.

E vemos então o homem desvencilado de preferencia dois esforços um no sentido de evitar a morte, outro no anseio de conseguir dinheiro. E este ultimo esforço é talvez mais vigoroso que o primeiro.

Pois que evitar a morte corresponde necessariamente a alimentar-se, vestir-se, ter conforto e certos gozos. Ora isso só se pode realizar e obter com dinheiro.

Dai a veemencia com que a Humanidade se atrai á conquista do ouro. A aspiração de Midas é de todos os tempos. De todos os homens. Em cada um de nós ha um Ali Babá sofego por se apossar do tesouro dos Quarenta Ladões. — Mas a honestidade, chape que abre muita porta, não pode aderir á furiosa caça ao "vil metal" a não ser para empregar processos perfeitamente licitos.

— A honestidade, meu caro, só tem valor como paz de consciencia, como tranquilidade intima. Nenhum prestigio aureola a fronte do mendigo mais honesto do mundo... Que esperança, têm o teu alfaiate, o teu padreiro, e entidades confinantes na tua ingenua retidão sem vintem? Nenhunas. Logo, o dinheiro se sobrepõe triunfalmente ás veleidades de honradez. Com esta qualidade, ainda que quinquessencial, não vestes. Ao passo que, com dinheiro, como disse, fazes tudo isso, independentemente, sem humilhações.

Ainda mais, faz-te merecedor dos cumprimentos e salamaleques dos basbaques.

Com muito dinheiro, ou mo recedo, empapado de orgias, como os sibiritas, ou acabas aos cem anos, como Rockefeller.

O ouro tanto pode fazer bem como pode ser nocivo. Por exemplo: rompe amizades. Dois homens pobres são amigos intimos. Enriqueça um deles, e essa amizade se extinguirá por iniciativa do rico. Entre o opulento e o necessitado ha uma incompatibilidade tacita e profunda. Tratando-se de um rico e um pobre, a apparencia de amizade cordial entre eles não é senão o efeito de alguma cumplicidade, que mais pode envergonhar o primeiro.

— E é possível existir amizade pura entre os ricos?

— Difícilmente. Riqueza individual é egoismo. Egoismo é inveja, o culto insocial da personalidade, não gera sentimentos nobres. Assim, em regra, as relações

entre os ricos são o resultado desse convencionalismo que atrai aos braços um do outro dois individuos que se malquerem.

Nas mãos dos poderosos o dinheiro é o bate-estacas destinado, em todos os tempos, a esmagar o fraco. Para o fraco é o dinheiro a arma fragil, alagada de suor, como o cabo da ferramenta, com que, nos desertos da miseria, ele realiza a conquista dolorosa do pão.

— Mas... ganhamos dinheiro, o soberano do mundo.

Dido Augusto.

## A Voz de Chapecô

Dificuldades multipias é o caminho que inquestionavelmente tom do trilhar este pequeno semanario, surgido no leringuigo Litterario Chapecôense, impellido por esforços unidos desta terra. A sua epigrafe diz claramente da verdade aninhada nos cérebros daqueles que o fundaram; outra coisa não os domina do que pugnar pelos interesses primarios do um territorio rico, bom, hospitaleiro e grandioso.

A finalidade traçada, o caminho a vencer, os obices que hão de surgir, são daqueles cuja coragem deve sobrepajar ao medo, até que se enraizem para que não tombe e desapareça em curta existencia.

Tres motivos levaram os seus fundadores a fazer circular A VOZ DE CHAPECÔ: - JUSTIÇA-PROGRESSO-VALER - motivos esses que se completam para que se atinja o alvo desejado, o tem estar de uma terra e de uma gente!

As intenções são altruisticas, despidas de interesses pessoais, rastando, por isso, agora, que o povo Chapecôense saiba aquilatar das dificuldades que rodeiam o seu jornalismo, animando-a com a sua acção, com o seu auxilio, para que assim se realice, se consolidando um bem coletivo.

Chapecô, Maio/1939.

V. O

## CHAPECÓ

O nosso apreçado colega A Noticia, de Joinville, em sua edição de 11 do mez proximo passado, publicou um interessante artigo assinado pelo escritor Rodrigues d' Oliveira sob o titulo Chapecô ou Xapecô?

Termina na 2a. pagina.

Capa da primeira edição do jornal A Voz de Chapecô de 03 de maio de 1939. Arquivo do CEOM - Chapecô. SC.

Muitos dos artigos e editoriais que eram publicados no jornal tinham o objetivo de chamar a atenção do governo estadual para os problemas do município. Um deles, referentes à educação, foi publicado em novembro de 1939, dizia:

Continua a situação deplorável a que se viram reduzidas as escolas públicas desta cidade. Desde o início do ano escolar, se verificava a falta de professores.<sup>84</sup>

Ainda nas primeiras páginas, o jornal buscava manter a população informada sobre decisões políticas que eram tomadas nos vários âmbitos dos governos. Muitas vezes esses escritos, tratando de aspectos da política nacional relacionado ao governo de Getúlio Vargas, vinham com um breve comentário final. Outras vezes, tinham um tom lacônico, que parecia querer dar a impressão de uma postura neutra. Os editores procuravam expressar-se sem emitir opiniões muito contundentes e isto certamente estava relacionado à prática da censura existente na época. Estes aspectos são evidenciados na nota:

Passou anteontem o segundo aniversário do estabelecimento do regime, chamado Estado Novo em nosso país.

Como o sabem os nossos leitores, a 10 de Novembro de 1937, S. Exa. o Sr. Dr. Getulio Vargas Presidente da República, com o apoio do Exército e da Marinha, organizou a Constituição Federal pela qual deixava de se realizar a eleição de Presidente da República, de que se estava tratando, e foram adotadas outras formas de governo.<sup>85</sup>

A maior parte dos artigos não tinha sua autoria indicada e vários artigos eram assinados somente com uma letra, ou com as iniciais do nome de quem escreveu; somente em certas ocasiões o artigo aparecia assinado com o nome completo de quem o havia escrito.

A terceira página do jornal era destinada à publicidade e às “variedades”. Neste espaço, por exemplo, parabenizavam-se os aniversariantes, como se vê no fragmento a seguir:

Completa mais um aniversário natalício a Exma. Sra. D. Zenaide Balista Bertaso, esposa do Sr. Cel. Ernesto F. Bertaso, colonizador.

Aniversariou-se no dia 9 do corrente a gentil senhorita Ione Saldanha da Cunha, filha do Sr. Jacinto Cunha, residente em Curitiba.<sup>86</sup>

Também os casamentos eram noticiados:

---

<sup>84</sup> “Escolas” *A Voz de Chapecó*. 05 de novembro de 1939.

<sup>85</sup> “Estado Novo” *A Voz de Chapecó*. 12 de novembro de 1939.

Consoiciou-se em Três Barras, com a gentil senhorita Irene, filha do Sr. Heleodoro Ferreira, no dia 9 do corrente, o Sr. Dr. Otávio Celso Rauem, médico desta cidade. Ao jovem par as felicitações d'A Voz de Chapecó.<sup>87</sup>

Também nesta seção, publicavam-se receitas de quitutes, como a do doce de leite a seguir:

Ferve-se duas garrafas de leite em uma caçarola esmaltada e deixa-se duas libras de açúcar refinado em ponto alto e vai ao fogo, mexendo-se sempre, para não pegar no fundo. Quando estiver no ponto bem alto, desce-se a caçarola do fogo, bate-se bem e antes que endureça, se despeja em uma tábua untada com manteiga, se espalhando o doce de todos os lados para ficar de uma grossura só. Antes que endureça de todo se corta em talhadas ou em quadradinhos.<sup>88</sup>

Algumas vezes neste espaço eram publicadas poesias ou quadrinhas populares, como esta:

*“O fogo quando se extingue  
Na cinza deixa o calor  
O amor quando se acaba  
No coração deixa a dor.”<sup>89</sup>*

Nas terceira e quarta páginas eram também publicados avisos, agradecimentos, informativos da prefeitura, comentários esportivos e havia uma coluna destinada a informar sobre o trânsito de pessoas de outras localidades pela cidade; informavam sobre parentes que vinham de outros lugares para visitar pessoas que residiam em Chapecó, ou simplesmente sobre pessoas que estavam de passagem:

Acha-se nesta cidade, vinda de Carasinho, a Senhora Germana Machado. Seguiu com destino a Florianópolis onde vai por ordem do Sr. Interventor do Estado, o Sr. João Praxedes Silva, recentemente nomeado escrivão cível...<sup>90</sup>

Neste espaço do jornal, também era publicados os avisos sobre realização de eventos, como festas, bailes, competições esportivas, dentre outros eventos que envolvessem a comunidade:

---

<sup>86</sup> “Aniversários” *A Voz de Chapecó*. 17 de dezembro de 1939.

<sup>87</sup> “Casamento” *A Voz de Chapecó*. 17 de dezembro de 1939.

<sup>88</sup> “Doce seco de Leite”. *A Voz de Chapecó*. 06 de agosto de 1939.

<sup>89</sup> “trovas populares”. *A Voz de Chapecó*. 25 de junho de 1939.

Realizar-se-á hoje no campo do Clube Esportivo Chapecoense uma renhida partida de futebol, entre o primeiro e o segundo quadros locais e o de Passo Bormann, com início as 15 horas. Ao meio dia haverá churrasco no local, seguindo-se algumas mais provas esportivas.<sup>91</sup>

Havia no jornal uma coluna “A Pedidos”, onde se publicavam textos enviados pelos leitores. No entanto, para que eles fossem veiculados, era necessário que estivessem assinados e registrados em cartório com firma reconhecida. A necessidade deste procedimento vinha explicitada em todas as edições do jornal, geralmente na primeira coluna da terceira página, como mostra o fragmento abaixo:

Publicação - a pedido, a seção livre, etc. só serão publicados com firma reconhecida no tabelião. Aceitam-se colaborações idôneas sobre assuntos concernentes ao interesse do município, literatura e noticiário, dentro do nosso programa. Todo e qualquer colaboração deve ser endereçadas ao diretor, Senhor Vicente Cunha. Os originais embora não publicados não serão devolvidos. Anúncios entrelinhados, pedidos de assinaturas e outros quaisquer, referentes ao ramo tipográfico devem ser dirigidos a gerência.<sup>92</sup>

Nestes espaços havia também anúncios de vários tipos. Alguns eram simples comunicações de oferta de coisas colocadas à venda ou que se desejava comprar:

“Compra-se uma vaca leiteira com cria nova. Tratar na redação deste jornal.”<sup>93</sup>

Outros ofereciam serviços:

“Dr. Cid Loures Ribas. Formado pela Faculdade de Direito do Paraná. Serviço gratuito as pessoas reconhecidamente pobres. Chapecó. Santa Catarina”;

“Serafim E. Bertaso. Eng. Civil. Executa quaisquer serviços de engenharia em geral. Chapecó. Santa Catarina”.

“Tabelionato e ofício de Registro de Imóveis. Em Chapecó. S. Catarina. Domingo Giorno. – Tabelião Oficial. Ary Carvalho Porto – Ajudante. Escritório Rua Duque de Caxias. Chapecó. S. Catarina.”

Ou faziam propaganda de produtos e empresas:

“Casa Silva. De Francisco Fausto Silva. Sortimento completo e variado de fazendas, ferragens, chapeos, calçados, secos e molhados, miudezas, etc. Chapecó. Santa Catarina”;

---

<sup>90</sup> *A Voz de Chapecó*. Semanário Independente. Chapecó, Estado de Santa Catarina. 25 de junho de 1939.

<sup>91</sup> “Futebol” *A Voz de Chapecó*. 28 de janeiro de 1940.

<sup>92</sup> Ver edições do jornal *A Voz de Chapecó* publicadas de 1939 a 1953.

<sup>93</sup> “Semanário Independente. Chapecó, Estado de Santa Catarina”. *A Voz de Chapecó*. 03 de maio de 1939.

“Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso. A propaganda de suas terras é feita pelos que já compraram e nelas residem. Escritório: rua Pereira e Oliveira. Chapecó. Santa Catarina”;  
“Casa de Octávio Santos. Verdadeiro Empório Comercial. Compra e Vende Gêneros do Paiz. Passo Bormann. Chapecó”.<sup>94</sup>

Um anunciante que mais aparece no periódico é a alfaiataria do senhor Fermino Vanzin. No jornal a propaganda era feita da seguinte forma:

Alfaiataria Vanzin, de Fermino Vanzin.  
Confecciona sob medida, ternos de casimira, brim e linho, de acordo com os últimos modelos.  
Trabalha também em casacos e costumes de senhoras.  
Chapecó. – S. Catarina.<sup>95</sup>

Vários foram os anunciantes do jornal ao longo do tempo de sua existência. Entre eles, destacavam-se: Livraria e tipografia minerva. De Elisa G. Zimmermann; Casa Matte; Morandini, De Marco e Cia; Oficina Mecânica de Alexandre Ferrari; Severino Trentim, Compra e Venda de Produtos Coloniais; Cia Seguradora Brasileira; Clínica dos Irmãos Rauen; Escritório Técnico Comercial de Jacy Bernardes.<sup>96</sup>

O jornal era um dos poucos meios de divulgação que existiam na época, por isso, os empresários e profissionais liberais aproveitavam para fazer propaganda em suas páginas. Os anunciantes eram, na sua grande maioria, pessoas ligadas ao comércio local, donos de estabelecimentos comerciais ou que ofereciam produtos e serviços. Alguns permaneciam anunciando por um longo período, como é o caso dos anunciantes já citados, outros ainda surgiam com o passar do tempo. Geralmente os anúncios eram feitos em um formato que se destacasse nas páginas impressas. Para tanto, os textos eram colocados dentro de pequenos quadros adornados, com letras chamativas e frases que despertassem a atenção do leitor. Tudo elaborado para que despertasse o interesse do público consumidor.<sup>97</sup>

Os anúncios eram muito importantes para a sobrevivência financeira do jornal. Da mesma forma, a comercialização do jornal era imprescindível para sua manutenção. O jornal era comercializado por meio de assinaturas ou por venda avulsa. No anúncio abaixo, vêem-se os preços cobrados em réis pelo jornal em 1939:

Expediente assinatura.

---

<sup>94</sup> *A Voz de Chapecó*, 03 de maio de 1939.

<sup>95</sup> “Anúncios” *A Voz de Chapecó*. 03 de março de 1941.

<sup>96</sup> *A Voz de Chapecó*. 09 de março de 1947.

<sup>97</sup> “Ver edições de *A Voz de Chapecó*”. 1941.

Por um ano.....12\$000  
6 meses.....7\$000  
Número avulso.....\$400  
Número avulso atrasado .....\$500  
Pagamento adiantado.<sup>98</sup>

O preço do jornal se alterou ao longo do tempo. No ano de 1946, mais precisamente no mês de novembro, por exemplo, o valor para assinatura do jornal, pago em cruzeiro, era o seguinte:

Assinaturas  
Ano .....Cr\$ 24,00  
Semestre.....20,00  
Nº. dia.... .....0.60  
Nº atrasado.....0.80<sup>99</sup>

No ano de 1947, o valor das assinaturas era outro. Mesmo que a assinatura semestral e os avulsos – atrasados ou não – continuassem com o mesmo preço, a assinatura anual sofreu reajuste de Cr\$ 6.00, passando a ser feita a assinatura anual com valor de Cr\$ 30.<sup>100</sup>

A venda e as assinaturas eram realizadas na editora do jornal, que ficava na rua Dr. Nereu Ramos s/n, mas também eram efetuadas por representantes comerciais autorizados pela direção do jornal. No ano de 1946, esses representantes abarcavam uma região pertencente a oito distritos, sendo que cada um desses distritos contava com um representante de vendas, assinatura e cadastro para anúncios do periódico. Assim, numa das edições daquele ano, o jornal comunicava:

Temos o grato prazer de comunicar aos distintos assinantes deste jornal, que foram nomeados nossos correspondentes nos distritos abaixo relacionados, os seguintes senhores aos quais estão autorizados a efetuar a cobrança das assinaturas, bem como angariar anúncios de outras publicações:

João Marquer Martins – Guatambu  
Ângelo Rolim de Moura – Caxambu  
Pedro Jose Werlang – Capanem  
Leopoldo Sander – Águas Termas  
Ruprecht Kuttner – Palmitos  
Abílio Daronch – Mondai  
Lindolfo Weis – Peperi  
Ávio Bittencourt Ribas – Xaxin.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> “Expediente e Assinaturas”. *A Voz de Chapecó*. 20 de agosto de 1939.

<sup>99</sup> “A Voz de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 03 de novembro de 1946.

<sup>100</sup> “A Voz de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 02 de março de 1947.

<sup>101</sup> “Correspondentes de A Voz de Chapecó” *A Voz de Chapecó*. 13 de outubro de 1946.

A situação financeira nem sempre foi favorável ao funcionamento do jornal, e algumas vezes os donos do periódico precisaram usá-lo para cobrar os assinantes, ou ainda para pedir ajuda o que garantiria a permanência de seu funcionamento. É o que se nota pelo anúncio que segue:

*Chapecó, 31 de Dezembro de 1939.*

Aos assinantes

Convidamos os nossos bondosos assinantes, que ainda não pagaram as respectivas assinaturas, terem a bondade de efetuar esse pagamento.

Por motivo da Guerra Europeia os preços de papel, tinta e outros materiais de jornais subiram extraordinariamente.

Não temos auxílios de quem quer que seja, senão por esse meio; não pleiteamos e não procuramos anúncios, de modo que propriamente o recurso para fazermos frente às inúmeras despesas a que estamos sujeitos, é o das assinaturas.

E se nos faltar compreenderão os nossos leitores que será difícil saber onde iremos parar.

A redação.

Vicente Cunha; Advogado. <sup>102</sup>

Havia também dificuldades de outra ordem. Em 1939, por exemplo, os editores comunicavam a seus leitores:

Surtem outros obstáculos, que interrompem as visitas do nosso jornalzinho aos seus assinantes no dia de hoje.

Estavam já compostos os nossos editoriais sobre escolas estaduais e nacionalização quando ao se fazer a impressão deu-se um desarranjo na respectiva máquina. Os reparos não puderam ser feitos com a rapidez que desejávamos, e assim *A Voz de Chapecó* deixa de circular hoje, para ser publicada no próximo domingo.

Com isso não haverá prejuízo assinantes, porque pela edição que não é distribuída hoje haverá compensação. Entretanto pedimos desculpas pela falta involuntária. <sup>103</sup>

À falta de dinheiro, máquinas quebradas, escassez de profissionais qualificados, em boa parte da década de 1940, somaram-se problemas com a censura. Neste período, o jornal sofreu várias intervenções do DIP. Estas intervenções podiam decorrer de disputas políticas locais, que desdobravam-se em denúncias contra o periódico. Embora se propusesse ser “A” voz da cidade, não havia um consenso em torno das ideias publicadas no jornal. Os opositores buscaram meios de inviabilizar a circulação do semanário quando, em meados do mês de novembro de 1939 o denunciaram à Interventoria do Estado acusando-o de fazer oposição aos governos estadual e principalmente federal.

---

<sup>102</sup> “Semanário Independente. Chapecó, Estado de Santa Catarina”. *A Voz de Chapecó*. 31 de dezembro de 1939

<sup>103</sup> “Aos Nossos Assinantes”. *A Voz de Chapecó*. 19 de novembro de 1939.

Essas denúncias foram comentadas no periódico, que por sua vez fez críticas pesadas àqueles que o denunciaram à Interventoria do Estado e acusou os delatores de estarem dispostos a atrapalhar a continuidade da elaboração e difusão do jornal. Os diretores utilizavam-se das próprias páginas impressas para dar ‘recados’ a quem buscava a Interventoria com o intuito de barrar a publicação do semanário:

Um cretino, um sacripante vive a denunciar A Voz de Chapecó, como jornal de oposição. Declaramos em forma clara e positiva, que não fizemos oposição a ninguém.<sup>104</sup>

Todo o embate deste período em torno da política nacional, relacionado com os interesses regionais, acabou comprometendo a circulação do jornal. Várias foram as vezes que *A Voz de Chapecó* sofreu ameaças de fechamento e também várias foram as vezes que, além das ameaças, o jornal foi obrigado a fechar por ordem da Interventoria do Estado. Isso ocorreu entre 1942, quando o jornal foi fechado e só voltou a circular em 1946, sob a direção não de mais de Vicente Cunha, mas de Cid Loures Ribas<sup>105</sup>, e continuou a ser publicado pelo menos até 1953, cujo último exemplar está datado de 20 de dezembro daquele ano. Neste exemplar não havia qualquer evidência de que o periódico estava saindo de circulação, pois nele havia até mesmo chamada para anunciantes.<sup>106</sup>

Nos pelo menos 15 anos em que circulou, o jornal se orientou por uma missão, que agregava seus idealizadores e os mantinha unidos no empreendimento a que se dedicaram.

### **1.3 - O JORNAL: SUA MISSÃO.**

O jornal que passara a circular em maio de 1939, cujos objetivos eram bem mais amplos que a projeção pessoal de seus proprietários e editores, tinha – segundo o próprio diretor do jornal - um formato bem simples e pretensões bastante grandes. Foi apresentado à sociedade nos seguintes termos:

---

<sup>104</sup> “Endereço errado” *A Voz de Chapecó*. 19 de novembro de 1939

<sup>105</sup> “Órgão Independente”. *A Voz de Chapecó*. 7 de julho de 1946.

<sup>106</sup> “A Voz de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 20 de dezembro de 1953.

Sai hoje [3/05/1939] à luz da publicidade A VOZ DE CHAPECÓ. É uma publicação moderna, como o seu pequeno formato faz ver.<sup>107</sup>

O corpo editorial identificava-se como sendo formado por idealistas, com objetivos voltados às questões de ordem pública. Assim, consideravam:

A VOZ DE CHAPECÓ, fundada, mantida e dirigida por um grupo de idealistas, reaparecendo hoje, traz as mesmas diretrizes, igual orientação e idênticos objetivos quais sejam, os de batalhar intransigentemente, na defesa dos interesses gerais do nosso município.<sup>108</sup>

Para os editores, suas orientações, diretrizes e objetivos estavam inspirados em grandes nomes do passado, que de alguma forma deixaram forte influência no pensamento humano e na religião, como evidencia uma passagem publicada na primeira edição do jornal:

O objetivo supremo da existência deve ser a perfeição moral, verdade que vem do Antigo Testamento com escala por Sócrates, e outros e cimentada pelo cristianismo.<sup>109</sup>

Já na primeira edição, os editores queriam deixar bem claros à população os objetivos do jornal. Para isso publicaram três editoriais referentes ao papel que este teria na sociedade chapecoense, bem como os valores que norteariam sua existência. Neste sentido, os editores diziam que:

Três motivos levaram os seus fundadores a fazer circular A VOZ DE CHAPECÓ: JUSTIÇA-PROGRESSO-VALOR, motivos esses que se completam para que se atinja o alvo desejado, o bem estar de uma terra e de uma gente.<sup>110</sup>

Os objetivos foram reiterados em 1946, quando o jornal voltou a circular depois da interrupção provocada pela intervenção federal:

Trazendo a público nosso jornal, temos a certeza de encontrar, da parte dos leitores a quem se destina, o necessário estímulo, o indispensável apoio e, sobretudo, uma inteligente compreensão. Aqui está a VOZ DE CHAPECÓ – como em sua primeira fase sempre o esteve – disposta a pugnar ao lado do que é justo, moral, cívico e verdadeiramente democrático.<sup>111</sup>

---

<sup>107</sup> Declaração do diretor do jornal, Sr. Vicente Cunha no lançamento da primeira edição do periódico *A Voz de Chapecó*.

<sup>108</sup> “Nova Fase”. *A Voz de Chapecó*. 29 de junho de 1946.

<sup>109</sup> “Dinheiro” *A Voz de Chapecó*. 03 de maio de 1939.

<sup>110</sup> “A Voz de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 03 de maio de 1939.

<sup>111</sup> “Nova Fase” *A Voz de Chapecó*. 26 de junho de 1946.

Os editores assim, nomeavam valores – justiça, civismo, democracia - que a eles pareciam importantes para a constituição da sociedade que pretendiam e que estava pautada por noções de progresso e desenvolvimento. Petrolli nos informa que “*através de análises dos editoriais do jornal, podemos perceber como essas questões foram “amarradas” por seus idealistas em um único plano: “nacionalizar, civilizar e desenvolver a região”*”.<sup>112</sup>

Os editores se diziam acima de tudo preocupados com o povo chapecoense. Isso os levou a querer fazer um jornal para que os munícipes pudessem ler e compreender com facilidade aquilo que estava sendo publicado. Em editorial de inauguração, diziam:

O Jornal a Voz de Chapecó não é uma leitura para letrados. Aos homens simples que são a maioria dos patrícios desta zona, e que não assinam os grandes jornais das capitais, pretendemos ser úteis, transmitindo notícias de acontecimentos de ordem geral na medida do possível.<sup>113</sup>

Os editores não deixaram de ter como referência os jornais maiores que circulavam nas capitais.

Daremos noções de ciências, de artes, de higiene, de estatística bem como de exigências fiscais, de modificações na legislação e o que for ocorrendo sobre comercio, indústrias inclusive agricultura, tudo no limite do nosso [redatores] alcance intelectual.<sup>114</sup>

Criar um jornal no contexto em que a sociedade chapecoense estava inserida seria também um grande desafio intelectual. Havia escolas no município, no entanto nem todos sabiam ler. As crianças que viviam na cidade podiam frequentar colégio, porém os filhos dos agricultores que não tinham escola em sua vila acabavam enfrentando sérias dificuldades em aprender a ler e escrever. Assim, os editores esclareciam que:

Temos em vista seguir altos interesses, do município, do estado, e, conseqüentemente, do Brasil, nossa querida pátria, procurando despertar nos moços o gosto pela leitura.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> PETROLLI, Francismar. *Discursos sobre civilidade: “memória, ordem e progresso” através do jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1951)* – Chapecó: Argos, 2006. p.26.

<sup>113</sup> CUNHA, Vicente Cunha, “A VOZ DE CHAPECÓ”, 03 de Maio de 1939, quando nesta data foi publicada oficialmente a primeira edição do referido jornal. Este trecho faz menção a um artigo que abre a primeira capa do jornal, falando exclusivamente da missão do jornal na cidade de Chapecó.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem.

Para seus fundadores, o jornal faria um trabalho importante de comunicação com outras cidades que recebiam o jornal editado pelos chapecoenses e com ele passaram a se corresponder. Mesmo com todo o processo de colonização desenvolvido no município de Chapecó a partir dos anos 1920, até o ano de 1939 havia ainda imensas dificuldades de comunicação a serem superadas. A distância com pólos maiores como Joaçaba, Palmas no Estado do Paraná, Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul dentre outros, fazia com que Chapecó estivesse isolada na região coberta de araucárias e mata virgem. Na maioria das vezes as notícias vinham por meio de viajantes que passavam pela região. O veículo de comunicação idealizado, assim, teria também o papel de promover a integração da cidade à região, ao estado e ao país.

De fato, o jornal era levado a vários outros municípios da região. O jornal *Imprensa Catarinense*, do município de Canoinhas, por exemplo, registrou em uma de suas edições:

Causou-nos agradável surpresa a vista no novo e simpático hebdomadário <<voz de Chapecó>> , que se edita na sede do rico e longínquo município da nossa fronteira com a República Argentina.<sup>116</sup>

Passou a se estabelecer uma relação de colaboração com vários jornais publicados na época. Isso possibilitou a divulgação de notícias de outras regiões do estado e de outros estados do Brasil. Essa integração visava manter as notícias atualizadas, o que não era uma coisa fácil dados os padrões de comunicação da época. Semanalmente, exceto quando os correios não conseguiam fazer as entregas em tempo hábil, ao jornal sempre chegavam outros periódicos e acabavam sendo usados para a elaboração e difusão das informações pertinentes.

Esse “trocar figurinhas” fez surgir também laços de amizade entre donos e redatores de jornais.

Esse jornal levará semanalmente ao valoroso confrade a palavra de fé e de nacionalismo do município de Canoinhas. Penhorados agradecemos as benevolentes palavras do prestigioso colega.<sup>117</sup>

Os editores do “jornalzinho de Chapecó”, como era chamado, mantinha relação com editores de periódicos de locais bastantes distantes, como Castelo, no Estado do Espírito Santo. Vicente Cunha, em agosto de 1939 registrou que:

---

<sup>116</sup> Artigo de “*A Voz de Chapecó*”. 20 de agosto de 1939.

De Castelo, Estado do Espírito Santo, recebemos a visita do nosso colega BRASIL NOVO, semanário de formato moderno sob a direção do Dr. Mario Correa de Lima, gerência de Antonio Pinto Queiroz, sendo redator Nerauto de Oliveira.<sup>118</sup>

Assim, um dos objetivos do jornal era promover a informação, noticiando fatos ocorridos na cidade e fora dela. Em 1946, por exemplo, o jornal publicava:

Segunda feira da semana finda, quando trabalhava na escavação da rua em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, o operário João Fortes, foi colhido por uma barreira, tendo sofrido luxação na coxa direita.

O acidentado foi transportado imediatamente para o Hospital Santo Antonio, onde foi atendido pelo Dr. Darci Camargo, ficando ali internado.<sup>119</sup>

Mas, além de noticiar fatos, o jornal pretendia também criá-los, defendendo projetos específicos, sobretudo para a cidade. Era pretensão dos seus fundadores que o jornal fosse também um canal de comunicação com os poderes públicos. Assim, registravam que:

Aos governos queremos levar nossa contribuição desinteressada e sincera, por meio de informações seguras e ações orientadas em princípios sãos, visando a utilidade de serviço e bem público, e sem cogitar de agradecimentos ou recompensas pessoais, porque temos em vista cumprir nosso dever, a bem da coletividade, sem sacrificar a nossa independência de pensar.<sup>120</sup>

A missão do jornal no sentido de promover ações necessárias à coletividade foi explicitada desde o número inaugural do jornal:

“Pretendemos evitar questiúnculas pessoais e pugnaremos pelo melhoramento dos serviços públicos desta comarca, especialmente com relação aos correios, estradas e ordem pública”.<sup>121</sup>

Pretendia-se que o jornal fosse a “voz” do município, no sentido de fazer com que as necessidades da cidade fossem ouvidas pelos governos estadual e federal. Por isso, desde sua criação, já na primeira edição, o periódico defendia a necessidade de políticas públicas que favorecessem a população chapecoense. *A Voz de Chapecó*,

---

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> “Brasil Novo” *A Voz de Chapecó*. 20 de agosto de 1939.

<sup>119</sup> “Acidente” *A voz de Chapecó*. 29 de setembro de 1946.

<sup>120</sup> “Nossa Ação”. *A Voz de Chapecó* 03 de maio de 1939.

<sup>121</sup> *A Voz de Chapecó*, 03 de maio de 1939. Este trecho é de um artigo que abre a primeira capa do jornal, falando exclusivamente da missão do jornal na cidade de Chapecó.

assim, parecia ser uma voz que pretendia representar a cidade no âmbito mais amplo da política nacional. Neste sentido, comentou-se no jornal:

E o seu nome [do jornal] foi bem escolhido. Para nos a leitura deste semanário é o mesmo da voz de brasilidade do distante pedaço da nossa terra, que chega até nos através de páginas impressas, num convite heróico de trabalho, pela pequena imprensa, em prol do nosso grande Brasil, pela maior união entre os brasileiros, de todos os quadrantes do nosso gigantesco país. Gratos.<sup>122</sup>

O jornal procurava também intervir em questões locais, como as relativas à organização do espaço urbano. Foi assim que, em uma de suas primeiras edições, comentava-se nas páginas impressas a condição das edificações da cidade. Falando sobre elas, o jornal registrava:

As construções, porém é que dão a primeira impressão aos que aqui chegam, muito deixam a desejar.

Salvo pequenas exceções, Chapecó não tem casas de habitação que mereçam esta denominação.

As nossas construções podem ser assim definidas: - um caixão com um telhado em cima. São sem gosto, sem estética e sem técnica.

A culpa, no entanto, não cabe a população, que não tem quem a oriente. Compete ao poder público lançar as normas para quem quer construir, como seja fixar as dimensões mínimas dos prédios, da sua janela, da altura das casas e exigir, pelo menos em algumas ruas previamente determinadas, a apresentação de um projeto, que merecerá ou não a aprovação do poder competente. Evitar-se-ia, assim, que o lastimável aspecto que produzem os galpões e casebres de nossa rua principal se propagasse.<sup>123</sup>

Um dos focos mais importantes de cobrança visando a atuação do poder público estadual dizia respeito à abertura de estradas, que integrassem a região ao restante do país. Neste sentido, os editores registraram logo no ano de sua fundação:

E é aos estados como organismos sociais que compete proteger e ajudar o progresso, o desenvolvimento de suas partes constituintes, os municípios e as regiões. E como realizar isso, senão possibilitando um contato direto e fácil entre as células em desenvolvimento e o centro direto, distribuidor de amparo e estímulo?<sup>124</sup>

Raul Campos, filho de Antonio Selistre de Campos, em um artigo que escreveu em 1939, fez uma analogia comparando o Estado a um corpo, no qual, as estradas cumpriam a função de veias que nutrem esse corpo. Com isso propunha ao Estado a intervenção em trechos de estrada que estavam intransitáveis e que precisavam ser reabertas. A condição básica para o progresso de Chapecó na década de 1939, segundo

---

<sup>122</sup> Artigo de “*A Voz de Chapecó*”. 20 de agosto de 1939.

<sup>123</sup> “As Construções em Chapecó” *A Voz de Chapecó*. 10 de maio de 1939.

<sup>124</sup> CAMPOS, Raul José. “Marchem cá para oeste”. *A Voz de Chapecó*. 25 de junho de 1939.

ele, era a possibilidade de saída da produção local e da entrada de produtos necessários para a sobrevivência da região, principalmente remédios, combustível, munição, ferramentas, sementes e sal. A ausência destas vias gerava o que os fundadores do jornal viam como uma carência para a cidade, que era por eles ressaltada nas páginas do periódico. Nesse sentido, mostravam suas pretensões de se fazer ouvir pelo governo estadual e de defender projetos para o progresso da região. No editorial em que defendeu tais ideias, Raul expressava sua posição da seguinte maneira:

Vemos que é dever dos estados abrir estradas, remodela-las, ou seja, abrir, desentupir veias por onde circule o elemento necessário a conservação da vida de um corpo, como é um município. Os municípios, pois, nada mais são do que corpos reclamando veias por onde escoe o seu sangue, composto como o humano, de elementos heterogêneos, tais com produtos agrícolas, industriais, extrativistas, a mesmo fabris. é um apelo vital que parte de cada município do oeste brasileiro.<sup>125</sup>

A cobrança de políticas públicas para a região foi um dos principais assuntos tratados no jornal. Praticamente em todas as edições havia cobranças dirigidas aos governos estadual ou federal acerca das necessidades do município. Era a missão que o jornal dizia pretender cumprir para como o município de Chapecó.

Outras vezes, o jornal empenhava-se em campanhas que procuravam mobilizar não o poder público, mas a população. Uma delas referiu-se à construção de uma casa de moradia para os sacerdotes que residiam na cidade. Para esta construção seriam empregados 8:165\$000 (oito contos, cento e sessenta e cinco mil réis). Até o dia 2 de março de 1940 haviam sido arrecadados 4:539\$000 (quatro contos, quinhentos e trinta e nove mil réis). Faltavam ainda 3:626\$000 (três contos, seiscentos e vinte e seis mil réis). Nesta ocasião o jornal teve a iniciativa de fazer uma campanha pedindo a compreensão da sociedade local para que colaborem doando recursos para o termino da casa dos padres.<sup>126</sup>

Outra campanha na qual o jornal se envolveu foi a referente à construção do hospital da cidade. Até então, os doentes da cidade só tinham duas opções: ou deixar a cidade e buscar um médico em cidades no Rio Grande do Sul, ou então apelar para medicamentos caseiros ou remédios trazidos por alguém que, os levassem para a cidade. Por isso, no ano de 1935, formou-se um movimento para a construção de um hospital, o

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> “Residência dos Rvmos”. Padres. *A Voz de Chapecó*. 10 de março de 1940.

que mais tarde seria chamado de Hospital Santo Antonio.<sup>127</sup> Num primeiro momento fundou-se uma sociedade que teria a função de organizar o processo da construção física da instituição. O presidente desta associação era Serafim Bertaso, filho de Ernesto Bertaso, nosso já conhecido.<sup>128</sup> A construção do hospital passou a ganhar destaque no jornal a partir do mês de Julho de 1939.

No referido mês, o jornal já incitava a população tomasse consciência da importância de tal construção e de seus benefícios para a cidade. Desta forma, o jornal se posiciona nos seguintes termos:

Esperamos que o povo de Chapecó corresponda aos esforços dos fundadores do aludido hospital, o que representa uma grande necessidade para este município.<sup>129</sup>

O periódico teve grande influência na construção da obra do Hospital Santo Antonio para a cidade. Suas páginas levavam não apenas as notícias da sua construção, mas também chamava a população para juntar as forças, o que facilitaria a realização de tal obra. Dessa forma, em edições seguintes àquelas do mês de julho, o jornal convidava a população:

Convém que todas as pessoas, que se interessam pelo louvável objetivo [de construção do hospital], e estamos convencidos que nesse numero, está a população de Chapecó, compareçam a próxima reunião a fim colaborar com suas ideias para se conseguir uma obra que a todos satisfaça.<sup>130</sup>

Várias das notícias eram também destinadas à denúncia. Assim, por exemplo, em 1941, o jornal considerava que:

Não é sem justo motivo que pela ocasião das chuvas recebemos em nossa redação seguidas queixas de balsas sobre os rios Goio-En, Chapecosinho e Chapecó Grande, por não oferecerem segurança alguma aos que delas necessitam.<sup>131</sup>

As intervenções do jornal eram reiteradas também pela série de denúncias que publicava em suas páginas. Eram relatados os problemas da cidade e de outras localidades. Tais problemas eram de toda ordem. Num deles o jornal considerava:

---

<sup>127</sup> HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó.* / Chapecó: Argos 2005, p.197.

<sup>128</sup> Idem. p.197.

<sup>129</sup> “Hospital”. *A Voz de Chapecó.* 17 de julho de 1939.

<sup>130</sup> “Hospital Santo Antonio”. *A Voz de Chapecó.* 19 de novembro de 1939.

Palmitos, núcleo colonial, onde muitas crianças não falam a língua brasileira, passou o ano a traços e barrancos, e agora, faltando um mês para o início das férias, as duas escolas, que funcionavam, com cento e trinta alunos de matrícula, fecharam e as professoras vieram embora.

<sup>132</sup>

Outras vezes, eram denúncias versavam sobre as condições enfrentadas pelos balseiros nos rios, a precariedade das escolas e estradas, a falta de infra-estrutura nos correios, as políticas governamentais, construções na cidade, lideranças importantes, descobertas da ciência, dentre vários outros assuntos que eram destaque no jornal *A Voz de Chapecó*. Todas elas, de alguma forma, faziam o jornal de posicionar e procurar intervir na elaboração e realização de políticas públicas.

Um dos âmbitos deste tipo de intervenção esteve relacionado aos indígenas que viviam na cidade de Chapecó e nas suas redondezas. As abordagens relacionadas aos índios foram destaques em várias edições do jornal, ocupando, inclusive, vários editoriais. Nestes, falava-se das figuras indígenas consideradas importantes e tratava-se dos problemas vividos ou provocados pelos indígenas.

O enfoque do jornal sobre os indígenas será objeto do próximo capítulo.

---

<sup>131</sup> “Balsas” *A Voz de Chapecó*. 20 de abril de 1941.

## CAPÍTULO 2 – OS INDÍGENAS EM LETRAS IMPRESSAS

### 2.1 - OS INDÍGENAS NA CIDADE

A presença indígena nas terras onde foi formado o município de Chapecó remonta há vários séculos, ou até vários milênios.

Segundo alguns estudos sobre a região oeste de Santa Catarina, a localidade teria a ocupação nativa mais antiga do estado, girando em torno de 10.000 anos atrás. Esta presença dos povos nativos nas regiões atualmente conhecidas como oeste do estado de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, noroeste do Rio Grande do Sul e grande parte do leste argentino e paraguaio, foram ocupadas principalmente pela existência dos rios que cortam estes locais.<sup>133</sup>

Os estudos arqueológicos realizados na região onde localiza-se o atual município de Chapecó, identificaram que a presença dos povos indígenas foi uma constante na história da região. Vários teriam sido os povos indígenas que deixaram registros de sua passagem pelas terras do atual oeste da Santa Catarina. Sua presença em outros tempos pode ser constatada através de objetos indígenas encontrados nos sítios arqueológicos espalhados pela região.<sup>134</sup>

Dentre todos os povos que habitaram o espaço geográfico onde está localizado atualmente o oeste de Santa Catarina, daremos destaque a um: são os Kaingang. Para D'Angelis, os Kaingang teriam ocupado as margens do Rio Chapecó há mais de 200 anos.<sup>135</sup>

Segundo alguns escritos sobre os Kaingang, os autores apontam que Telêmaco Borba teria traduzido a denominação 'Kaingang' com o significado 'homem'. Já na língua kaingang, o termo que nomeia este grupo significa "povo do mato".<sup>136</sup>

Estudos têm mostrado que os Kaingang formaram inúmeros toldos cuja presença ultrapassa os limites do território brasileiro. Na região do atual município de Chapecó,

---

<sup>132</sup> "Pelas Escolas" *A Voz de Chapecó*. 27 de novembro de 1939.

<sup>133</sup> ORTIZ, Hilda Maria Beatriz Dimitruk. *Ocupação pré-histórica do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 46

<sup>134</sup> Idem, p. 61

<sup>135</sup> D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu*. Série documento/ CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 14.

<sup>136</sup> NACKE, Analise. *Os Kaingang no Oeste Catarinense: tradição e atualidade / Analise Nacke...* [et al.] – Chapecó. Argos, 2007, p. 34.

os Kaingang encontraram, no passado, um extenso território com abundância de recursos naturais, o que garantia sua sobrevivência. Segundo alguns autores:

A caça, a coleta e a pesca constituíam as atividades mais importantes. O cultivo de diferentes espécies de milho, feijão, morangas e amendoins, em roças de pequena dimensão, através da técnica da coivara, complementava os recursos disponíveis na natureza.<sup>137</sup>

Nas matas, as atividades de coleta garantiam alimentos como o pinhão, palmito, mel, frutos, ervas comestíveis e medicinais, matéria prima para confeccionar artigos utilitários bem como recursos da natureza que serviam para confeccionar suas vestes. Ainda para garantir sua alimentação, os kaingang caçavam animais existentes nas matas da região. Os mais comuns eram as pacas, capivaras, tatus, tatetos, cotias, dentre outros. A caça, no grupo dos Kaingang era uma atividade delegada aos homens, que também ficavam responsáveis pela pesca nos rios da região.<sup>138</sup>

A vida dos Kaingang passou a sofrer profundas transformações a partir do contato com os colonizadores que passaram e se instalar nas terras de onde eram retirados os recursos para a sobrevivência destes grupos. Há relatos que registram a passagem dos primeiros europeus pela região, gerando os primeiros contatos, que se deram ainda por volta do século XVI. Segundo tais relatos, registrados por D'Angelis, os contatos iniciais teriam sido feitos por espanhóis que estiveram na região entre 1541 e 1542.<sup>139</sup>

A partir desses contatos outros ocorreram nas regiões do atual oeste de Santa Catarina, mas foi a partir do século XVII que a situação dos nativos da região sul do Brasil sofreu mudanças significativas.

Como registrou Monteiro, as incursões realizadas para a captura de índios visavam a obtenção de trabalhadores para a produção açucareira no planalto paulista, que na primeira metade do século XVII sofria carência de mão-de-obra. Desta forma, tendo os bandeirantes explorado grande parte da região central do Brasil em busca de índios e aprisionado a maioria deles, as expedições passaram e promover investidas na direção sul do Brasil, principalmente contra os índios da região do Guairá, no atual estado do Paraná e no Tape, localizado no atual estado do Rio Grande do Sul.<sup>140</sup>

---

<sup>137</sup> Idem, p. 39.

<sup>138</sup> Idem, p. 39.

<sup>139</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 145.

<sup>140</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* / John Manuel Monteiro. – São Paulo : Companhia das Letras, 1994, p.73.

Segundo Monteiro, tanto nos atuais estados do Paraná e Rio Grande do Sul havia reduções jesuítas, sendo neste último as reduções se chamavam Tape e Uruguai. Boa parte dos índios que viviam ou transitavam pelas terras do Paraná e Rio Grande do Sul passaram a fazer parte das reduções criadas pelos jesuítas. Devido à falta de mão-de-obra, principalmente em São Paulo e na região nordeste, muitos bandeirantes invadiam essas reduções com a finalidade de capturar nativos, que serviriam de trabalhadores nas fazendas paulistas.<sup>141</sup>

Segundo Montoya, as reduções, também chamadas de missões, no oeste do Paraná e posteriormente de outras no Rio Grande do Sul sofreram ataques dos bandeirantes em busca de índios. Para ele, de 1628 a 1630, os bandeirantes paulistas atacaram várias dessas missões. Os ataques eram executados com o interesse de capturar índios que seriam comercializados em São Paulo. Um dos bandeirantes que ficou famoso por esses ataques foi Raposo Tavares.<sup>142</sup>

Monteiro lembra ainda que os bandeirantes tiveram muita dificuldade em capturar os índios do Tape. Isso ocorreu devido a organização dos jesuítas que treinavam índios para atuarem como soldados na defesa das reduções.<sup>143</sup>

Sobre os índios capturados na região sul do Brasil, D'Angelis indica que os bandeirantes não tinham interesse em atacar ou molestar Xokleng e Kaingang, pois estes não tinham muito valor no comércio onde seriam vendidos para trabalhar. Uma das razões para a não captura de Kaingang e Xokleng, dava-se ao fato de que os bandeirantes não conheciam a língua desses dois povos, o que dificultava a comunicação entre ambos.<sup>144</sup>

O interesse maior dos bandeirantes era pelos tupis e guaranis. Para eles, os Kaingang e os Xokleng não tinham valor para o mercado escravista, o que fez com esses povos, nesses ataques, não sofressem grande perseguição.<sup>145</sup> Por isso, de alguma maneira, estes indígenas que habitavam a região oeste de Santa Catarina foram poupados desses ataques dos bandeirantes e mesmo das reduções.

---

<sup>141</sup> Idem, p.75.

<sup>142</sup> Montoya apud D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 148.

<sup>143</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* / John Manuel Monteiro. – São Paulo : Companhia das Letras, 1994, p.75.

<sup>144</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 149.

<sup>145</sup> Idem, p. 149.

Entretanto, houve várias investidas nas regiões onde habitavam Kaingang e Xokleng. As mais drásticas aconteceram no século XIX, período em que se dá o início da conquista de Guarapuava e dos Campos de Palmas para a criação de gado.<sup>146</sup>

Com a política do Império, os Kaingang que se encontravam nas áreas que foram designadas pelo governo a serem ocupadas, passaram a fazer parte de aldeamentos. Enquanto isso, as terras de onde era retirado o seu sustento passaram a ser desmatadas com a finalidade de introduzir atividades agrícolas e pastoris.<sup>147</sup>

Subjacente às políticas governamentais estava a ideia de que era necessário ocupar as terras pertencentes aos campos de Guarapuava e Curitiba. Desta forma, segundo Moreira Neto, o governo colonial considerava que a conquista dos campos situados entre Curitiba e Guarapuava deveria ser feita mesmo à custa de guerra com os índios. Como indica o autor:

Decidida a ocupação, Dom João VI, príncipe regente, assina a carta régia, de 05 de Novembro de 1808, dirigida ao governador da capitania de São Paulo, mandando “suspender os efeitos de humanidade” e: “considerar como principiada a guerra” contra os ‘índios bugres’, habitantes dos campos de Curitiba a Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai.<sup>148</sup>

Desta forma, para o Estado, o índio é visto acima de tudo como uma ameaça que precisa ser eliminada. Além disso, esta representação também comportava a ideia de que havia uma distinção entre os indígenas: havia os “índios bugres”, para os quais não deveriam vigorar os “efeitos de humanidade”. E havia os índios “mansos”, que não representavam perigo, com os quais se poderia estabelecer relações e fazer acordos.

Na região, um importante aliado dos povoadores que poderia ser um representante do que se considerava ser um índio civilizável, a ser incluído na sociedade brasileira<sup>149</sup> foi o índio Vitorino Condá, que a partir de 1812 passou a capturar índios para vender aos portugueses, auxiliando-os a prender e eliminar indígenas das terras das terras que pretendiam ocupar. Condá fazia parte de uma das duas nações indígenas que

---

<sup>146</sup> Idem, p. 154.

<sup>147</sup> CIMI - TOLDO CHIMBANGUE. *História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Toldo Chimbangue: CIMI - Regional Sul, 1984., p. 10.

<sup>148</sup> Moreira Neto apud D'ANGELIS, Wilmar da Rocha.. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 154.

<sup>149</sup> Idem, p.22.

aceitaram fazer aliança com os portugueses. Tais nações eram conhecidas por “Camés” e “Votorões”.<sup>150</sup>

Segundo relatórios do Conselho Missionário Indigenista:

Condá pertencia às hordas Kaingang que haviam aceitado a convivência pacífica com os fazendeiros em Guarapuava. Seu papel colaboracionista ficará marcado no apoio a penetração brasileira nos Campos de Palmas e, em seguida, de Nonoai, no Rio Grande do Sul.<sup>151</sup>

Condá tornou-se um elemento importante e muitas vezes indispensável para os colonizadores. Seja no auxílio a localização nas matas ou pela sua influência junto de outros índios, condá facilitou a entrada dos colonizadores e também de representantes do próprio governo na região. Além do mais, Condá aderiu as políticas de retirada dos índios, que muitas vezes era feita por especialistas em morticídios de índios, também conhecidos como bugreiros. Desta forma, a ação de Condá é considerada por alguns autores equivalente a ação dos bugreiros, homens que eram contratados por empresas colonizadoras ou mesmo por proprietários de terras para atacar comunidades indígenas e efetuar aquilo que chamavam de ‘limpeza’. Relatos de um desses bugreiros ilustram como era desenvolvido o trabalho de expulsão e extermínio dos índios.

No fim de semana de marcha, o Martinho fez a tropa parar e seguiu à frente sozinho. De tardinha voltou, sabendo ao certo do acampamento maior. Pela madrugada mandou atacar. O pai contava que o berreiro era dos infernos. As crianças se agarravam com as mães. Os homens atordoados não conseguiam sair do lugar. A turma nem tinha tempo de carregar as armas de novo. Iam de facão mesmo, subindo e descendo, cortando. O pai lembra que uma menina que saiu correndo para o mato quando o primo dele agarrou ela pelos cabelos e desceu o facão. O aço desceu pelos ombros até as partes. Cortou que nem bananeira. Depois tacaram fogo nos ranchos.<sup>152</sup>

Condá participou de várias ações que levaram outros índios a serem aprisionados e até mortos. Sua ação tornou desnecessária a atuação dos bugreiros, cumprindo ele próprio e seu grupo essa função.

Ainda segundo relatórios do CIMI:

Em 1843, o chefe Kaingang Vitorino Condá, de Guarapuava, foi estimulado pelo comandante militar da colônia a atacar os grupos indígenas que se concentravam nas regiões de Palmas, e pretexto de resgatar crianças brancas que estariam em seu poder e de forçá-los a vir aldear-se em Guarapuava. Como resultado final, um grupo de índios que tentava escapar ao aldeamento foi

---

<sup>150</sup> D’Angelis, Wilmar da Rocha. Para uma historia dos índios do oeste catarinense. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 156.

<sup>151</sup> CIMI - TOLDO CHIMBANGUE. *História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Toldo Chimbangue: CIMI - Regional Sul, 1984, p. 10.

<sup>152</sup> AUED, Bernardete Wrublevski. *História de profissões em Santa Catarina: ondas largas “civilizadoras”*. Florianópolis: ed. Do Autor, 1999, p. 18.

perseguido por uma escolta militar e vinte e tantos índios de ambos os sexos, inermes, sem oporem resistência ativa, foram assassinados. Vitorino Condá recebeu 220\$000 por sua participação e foi nomeado comandante dos índios que reduziu, o que da a sua condição de bugreiro em caráter oficial.<sup>153</sup>

Condá, após a consolidação do povoamento de Palmas, ajudou o Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures a abrir um caminho, também chamado de picadão, para ligar a freguesia de Ponta Grossa, no Paraná a vila de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.<sup>154</sup>

Vitorino Condá atuava principalmente no sentido de viabilizar a presença dos brancos em áreas que eram ocupadas por indígenas. Às vezes, tentando pacificar um conflito, como registra o relato:

“O índio Condá morara aqui (em Chapecó). Quem era mesmo dono de Nonoai era o Nonowõyn. O Nonowõyn não se dava com os brancos, sempre brigava, sempre brigava. O índio Condá foi lá dizer pra ele: vamos parar, vamos acalmar, então ele parou”.<sup>155</sup>

Condá faleceu em 1887, após muitas intervenções que possibilitaram a entrada dos povos de ascendência européia na região. Os índios que sobreviveram a esse processo conflituoso permaneceram residindo na margem direita do Rio Chapecó.<sup>156</sup>

A partir de então, eles se organizaram em comunidades que passaram a ser denominadas “toldos”. Os toldos eram locais de moradia construídos com recursos da floresta como galhos, folhas e palha de capim. Nesses locais eram realizados os rituais religiosos, as danças, festividades e outras atividades relativas à cultura do povo. O toldo, portanto, pode ser entendido como o espaço comunitário dos índios, onde eles realizam suas festividades e seus rituais religiosos, lugar de suas construções e monumentos. Porém, o termo toldo designa também o espaço territorial no qual os indígenas realizam atividades agrícolas, de coleta ou caça, responsáveis por prover os recursos para a sua subsistência.<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> CIMI - TOLDO CHIMBANGUE. *História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Toldo Chimbangue: CIMI - Regional Sul, 1984, p. 10.

<sup>154</sup> Idem, p. 12.

<sup>155</sup> Relato de Miguel Schimidt transcrita em “Relação dos não índios moradores nas terra do Todos Chimbangue. Apud CIMI - TOLDO CHIMBANGUE. *História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Toldo Chimbangue: CIMI - Regional Sul, 1984, p. 12.

<sup>156</sup> ORTIZ, Hilda Beatriz Dimitruk. *Ocupação Pré-Histórica do Oeste Catarinense*. Série Documento/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 28.

<sup>157</sup> D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu*. Série documento/ CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 09.

Com exceção de alguns índios que fizeram alianças com os colonizadores, a maioria deles sofreu várias formas de perseguições no processo de ocupação da região, porque muitos fazendeiros que ali ingressavam a partir dos campos de Palmas tinham interesse em ocupar as terras onde os indígenas permaneciam residindo. Sob o pretexto de proteger os índios, tomavam-se medidas que visavam retirar de vez os índios das terras para que elas ficassem disponíveis aos fazendeiros. Foi o que ocorreu com a instalação da colônia militar de Xanxerê, no ano de 1882, sob o comando de José Bernardino Bormamm, que considerou que era necessário auxiliar os índios da região com urgência.<sup>158</sup> Um relatório escrito pelo diretor dos índios, João Carneiro Marcondes, evidencia o que se pretendia então:

“(...) urge aldeá-los, obrigá-los ao trabalho, e assim apresentar uma grande porção de braços inúteis, com o que lucrará as propriedades dos fazendeiros assaltados por esses índios (...) um conto e quinhentos mil réis, ou dois contos de reis para compra de ferramentas para os índios, ordem para aldeá-los e um ponto conveniente para uma boa fiscalização do comportamento dos índios, seria um grande passo para melhorar a sorte deles.”<sup>159</sup>

Portanto, visava-se, ao mesmo tempo, desimpedir as terras para que fossem ocupadas pelos fazendeiros e, ao mesmo tempo, suprir estas terras de trabalhadores.

No início do processo de ocupação, uma primeira preocupação do governo foi enviar homens para fazer o reconhecimento das terras, bem como dar início as primeiras povoações na região. Com tal decisão, algumas expedições começaram a ser enviadas nas direções de Guarapuava e Curitiba. Uma das primeiras se deu no ano de 1809, sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Na ocasião partiram em direção aos campos de Guarapuava cerca de 200 homens, que chegaram ao destino em 17 de Junho de 1810.<sup>160</sup>

A política de ocupação das áreas pertencentes, em especial aos campos de Palmas e Guarapuava representou o desenvolvimento econômico da região, ao mesmo tempo que intensificou a degradação das culturas indígenas, e em algumas ocasiões o seu próprio extermínio. Esse fenômeno gerou vários conflitos entre índios e colonizadores, isso porque os indígenas não permaneceram indiferentes aos ataques sofridos por aqueles que passaram e disputar e ocupar a região. Segundo relatos do Pe.

---

<sup>158</sup> ORTIZ, Hilda Beatriz Dimitruk. *Ocupação Pré-Histórica do Oeste Catarinense*. Série Documento/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 28.

<sup>159</sup> Idem, p. 29.

<sup>160</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 155.

Chagas Lima, a partir dos anos de 1810, os índios passaram a retalhar as agressões, porém sem muito sucesso. Um desses casos de retaliação por parte dos índios ocorreu no dia 29 de Agosto de 1810. Foram seis horas seguidas de resistência. No entanto, por estarem em condições desfavoráveis, principalmente com relação a armamentos, os índios acabaram repelidos, inclusive com grande número de mortos pela ação de morteiros.<sup>161</sup>

Os problemas vividos pelos índios da região foram intensificados também na primeira metade do século XX, quando instalou-se no local a colonizadora Bertaso. Como vimos no Capítulo 1, a colonizadora foi criada em 1918, e a partir de então as terras foram comercializadas em larga escala.

Desta forma, os indígenas passaram a sofrer com a nova política colonizadora do estado, que passou para particulares posses de grandes áreas de terra para a colonização. Com relação a este processo, uma das estratégias utilizadas para expropriar das suas terras quem representasse algum empecilho à nova política colonizadora, foi expedir títulos de propriedade para os lotes rurais. Por meio destes títulos a terra passa a ter “donos legais”, excluindo aqueles que não possuíam o documento.<sup>162</sup>

Os indígenas, e também os caboclos que residiam na região não possuíam título legal de propriedade onde residiam. Dessa forma, com a chegada dos colonos com documentos que legalizavam a posse das terras, os indígenas não tinham como reivindicar a sua permanência nas terras. Os índios que insistiam em ficar acabavam sofrendo sanções mais duras por parte dos capatazes que, a mando dos donos das colonizadoras, tinham o compromisso de cuidar da ‘limpeza’ dos lotes. Sendo assim, Vicenzi comenta que:

A colonizadora Bertaso colocava capatazes, homens de confiança a disposição dos novos proprietários, encarregados de zelar pelas terras. Esses capangas eram instruídos para agir com a máxima severidade – ou seja, através da violência -, expulsando intrusos que penetrassem ou habitassem as terras vendidas.<sup>163</sup>

Existem documentos da empresa colonizadora Bertaso que apontam à existência de inúmeros “intrusos” dentro dos limites das áreas de terra demarcadas como propriedade da colonizadora. Esses “intrusos” acabavam representando sérios

---

<sup>161</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma historia dos índios do oeste catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995, p. 155.

<sup>162</sup> VICENZI, Renilda. *Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM – Chapecó: Argos, 2006, p.306

<sup>163</sup> Idem, p.307

problemas para as atividades mercantis e econômicas da empresa do coronel Ernesto Francisco Bertaso na região.<sup>164</sup>

Como nos tempos de Condá, também agora muitas vezes os indígenas e caboclos ajudavam os colonizadores a se encontrarem em meio a mata. Seus conhecimentos relativos à localização na mata eram imprescindíveis para os que nada conheciam da região. No entanto, Vicenzi comenta que após ajudar os colonos, os índios acabavam sendo desprezados. Segundo ela, tanto índios quanto caboclos foram grandes desbravadores das florestas. Eles abriam clareiras e picadas, proporcionando acesso mata a dentro. No entanto, após contribuírem abrindo caminhos e guiando os colonos, índios e caboclos passaram a sofrer as conseqüências do processo de implantação e crescimento da agricultura mercantil, que acabou por dominar e subalternizar esses dois povos.<sup>165</sup>

Por volta da década de 1930, os “intrusos” que eram expulsos das terras vendidas por Bertaso, e também por outras colonizadoras, viviam em alguns toldos no município de Chapecó. Entre eles destacavam-se os toldos Imbu, Formigas, Jacu, Banhado Grande, Xaçepó Grande e Chimbanguê.<sup>166</sup>

Esses toldos continuavam existindo no final da década de 1930 quando foi fundado o jornal *A Voz de Chapecó*. D’Angelis indica que alguns manuscritos cuja cópia se encontra conservada no CENDOC – Centro de Documentação Etnológica (Museu do Índio, Rio de Janeiro), informam que recenseamentos feitos no ano de 1938 apontam para a existência de 105 pessoas que permaneciam residindo no toldo Banhado Grande. Os números informam ainda que haviam 147 índios no toldo Pinhalzinho e mais 91 no toldo Imbú. Neste último, outro censo feito no ano de 1939, ano em que o jornal foi fundado, indica a presença de 153 índios residentes somente neste toldo.<sup>167</sup> Entre todos os toldos existentes no município no final da década de 1930, não há números exatos sobre a quantidade de índios. Entretanto, o jornal *A Voz de Chapecó* divulgou números que apontam a quantidade de índios que viviam no município de Chapecó no ano de 1940. Em edição de 28 de abril do referido ano, o jornal informou números de um censo que havia sido feito em alguns toldos do município. Na ocasião o jornal informou:

---

<sup>164</sup> Idem, p.308

<sup>165</sup> Idem, p.307.

<sup>166</sup> Série Documento/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 39.

<sup>167</sup> D’ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu. Série documento/ CEOM*: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 40.

Viajou os Sr. Leopoldo quadros até os Toldos Jacu, Banhado Grande e Pinhalzinho, tendo feito o recenseamento de 539 índios e estudado as condições de culturas.<sup>168</sup>

Um trabalho datado do ano de 1944, intitulado *Recenseamento dos Índios* há informações que em levantamentos realizados no ano de 1942 nos toldos de Chapecó, informa a existência de 212 unidades familiares, o que totalizava a quantia de 845 indígenas residentes nos toldos: Pinhalzinho, Umbu, Samburá, Banhado Grande, Toldinho, Lajeado Guarani, Serra Doce, Formigas e Irani.<sup>169</sup>

Eram estes os indígenas que mereceram a atenção de um importante redator de *A Voz de Chapecó* no final da década de 1930 e na década de 1940.

## 2.2 - OS INDÍGENAS DO BRASIL NAS PÁGINAS DO JORNAL

O jornal *A Voz de Chapecó*, durante quase todo o tempo em que esteve em circulação, tratou da temática indígena. A forte presença dos indígenas na cidade poderia ser uma das motivações para que o assunto adquirisse importância nas páginas do jornal. Este tema era abordado por um colunista em particular. Era Antonio Selistre de Campos, que, como vimos no Capítulo 1, além de integrar o corpo editorial do jornal, era juiz de direito da comarca de Chapecó no final da década de 1930 e o foi por quase toda década de 1940.

Em dezembro de 1939, Selistre inicia o que comporia uma série de artigos sobre os índios, escritos ao longo de vários anos. Esses artigos eram assinados com seu próprio nome ou usando o pseudônimo Z, que se tornou, no jornal, a sua “marca”.

A questão indígena interessava especialmente Antonio Selistre de Campos. Ele foi considerado, por vários autores e estudiosos, um respeitável conhecedor da questão indígena. Segundo Manfroi, Zedar Perfeito da Silva considerou Selistre “profundo conhecedor da vida dos índios desta região”<sup>170</sup>. A própria autora utilizou os escritos de Selistre para recuperar conhecimentos dos indígenas que são objeto de seu estudo. De fato, vários artigos de Selistre indicam que ele era leitor de obras que tinham a história

---

<sup>168</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 28 de abril de 1940.

<sup>169</sup> D’ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu. Série documento/ CEOM*: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 41.

dos indígenas e a história do oeste catarinense como tema. Entre eles, Selistre mencionava Lucas Boiteux – autor de *História Catarinense*,<sup>171</sup> - Luiz de Cléve, o conselheiro Mafra, Romário Martins – escritor paranaense, - José Joaquim Pinto Bandeira - “árbitro das questões surgidas entre os primeiros ocupantes dos Campos de Palmas”, o frei Mansueto Barcata, autor de um dicionário sobre os indígenas.<sup>172</sup> Também cronistas e memorialistas eram citados em seus artigos: Gabriel Soares de Souza, Cristóvão Colombo, padre Dutertre, Humboldt, Couto de Magalhães, além de Rondon.<sup>173</sup>

Os dois primeiros artigos escritos por Selistre em 1939 tratavam do que ele chamava de os “grandes índios”. Esse era um tema que, segundo ele, ocupara outros escritores. Viriato Correia era um deles, que tinha escrito um capítulo tratando exatamente dos grandes índios, falando de Tibereça, Jaguanharo, de Felipe Camarão - o grande chefe da confederação dos tamoios, considerado um herói por ter colaborado na expulsão dos holandeses do Brasil. No entanto, Selistre lembrava que outros, além dos citados por Viriato Correia, também mereciam ser lembrados. Entre eles, Tiriacú Sepé, que se tornou notável pela guerra contra a comissão demarcadora de fronteiras, logo após o tratado de 1750, entre Espanha e Portugal, na localidade onde hoje se constitui o estado do Rio Grande do Sul.<sup>174</sup> Com a retomada do nome daqueles que são considerados ‘grandes’, Selistre queria mesmo era chamar a atenção do leitor para um índio em especial: Vitorino Condá. Esse índio, conforme ele considerava, tinha uma grande importância na história da região:

“não se poderá escrever a história dos primitivos tempos da incorporação das terras e população da zona compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguai, à civilização, omitindo o nome do dito cacique.”<sup>175</sup>

Ao contar alguns dos feitos realizados por Condá, Selistre procurava dar a este índio o *status* de homem corajoso e valente, cuidadoso da sua honra, que, quando atacado, prometia vingar-se e cumpria a promessa.<sup>176</sup>

---

<sup>170</sup> MANFROI, Ninarosa Mozzato da silva. *A História dos Kaingáng da Terra Indígena Xaçepó(SC) Nos Artigos De Antonio Selistre De Campos de 1939 a 1952*. Tese de mestrado em História pela UFSC. 2008, p. 106.

<sup>171</sup> “Cacique Condá II”. *A Voz de Chapecó*. 10 de dezembro de 1939.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> “Índios VII” *A Voz de Chapecó*. 13 de maio de 1941.

<sup>174</sup> “Cacique Condá”. *A Voz de Chapecó*. 10 de dezembro de 1939.

<sup>175</sup> “Cacique Condá II” *A Voz de Chapecó*. 17 de dezembro de 1939.

<sup>176</sup> “Cacique Condá”. *A Voz de Chapecó*. 10 de dezembro de 1939.

Condá é sempre caracterizado como aliado dos colonizadores, o que é ressaltado em vários casos contados por Selistre. Num desses casos, o articulista narra que no ano de 1845, estava sendo construída uma estrada entre Guarapuava e as Missões do Rio Grande do Sul. Na ocasião, Condá foi um dos principais auxiliares na construção da obra, pois, quando os trabalhadores chegaram ao Goio-Ên encontraram os índios de Nonoai em atitude hostil. Naquele momento, coube a Condá “entender-se com os seus patrícios que viviam do outro lado do Rio Uruguai”, harmonizando-os com o comandante da obra - Rocha Loures. Também nos primeiros tempos de ocupação dos Campos de Palmas, quando houve uma série de lutas entre índios e os colonizadores, Condá teria defendido a povoação acionando seus “civilizados índios” contra os assaltos dos “outros selvagens”.<sup>177</sup> Segundo Selistre:

Por estas ligeiras notas escritas ao correr da pena, bem é de ver que o cacique Vitorino Condá não foi um índio vulgar, mas, ao contrário, destacou-se em sua vida por valor próprio, espírito de ordem e colaboração com os civilizados, desbravadores destes sertões, conhecidos na história do Sul do Brasil pela denominação de Campos de Palmas.<sup>178</sup>

Para Selistre, mais que ser um índio importante para a história do oeste catarinense, Condá devia ser alçado ao panteão dos heróis nacionais:

Chapecó também teve um índio, cujo nome está incorporado à história pátria, foi Vitorino Condá.<sup>179</sup>

Além de enaltecer a figura de Condá, Selistre parecia querer ressaltar o nome da cidade de Chapecó indicando sua importância na história nacional. Como vimos, Condá, de fato, faz parte da história do oeste catarinense. Tanto Selistre como autores que escreveram posteriormente sobre este índio indicam sua importância para desbravar as matas, abrir caminhos, fazer contatos com populações locais. A interpretação que Selistre deu às ações realizadas por Condá, entretanto, é bem distinta daquela dada pelos autores destacados na primeira parte deste capítulo. Para estes, inserindo-se nas primeiras bandeiras de ocupação que chegaram aos campos de Palmas e Guarapuava, Condá facilitou a escravização dos indígenas, chegando a ser considerado um “bugreiro oficial”. Segundo relatórios do CIMI:

---

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> “Cacique Condá II” *A Voz de Chapecó*. 17 de dezembro de 1939.

<sup>179</sup> “Cacique Condá”. *A Voz de Chapecó*. 10 de dezembro de 1939.

Em 1847 Vitorino Condá já assentara-se com um grupo dos seus em Nonoai, onde desenvolvia sua atividade de “bugreiro oficial”, isto é, a soldo da província do Rio Grande do Sul.<sup>180</sup>

Para Selistre, ao contrário, Condá foi um facilitador da civilização, um índio que, por esse motivo, deveria integrar o quadro de heróis da nação. E a cidade de Chapecó oferecia ao país esse herói.

Além de escrever sobre Condá, Selistre escreveu artigos sobre a história dos índios brasileiros. Para Selistre essa história foi marcada por uma sucessão de atos que espoliaram e promoveram a exploração dos índios:

Quando o almirante português Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, a 22 de abril do ano de 1500, aí começou o problema dos índios.<sup>181</sup>

No início da ocupação européia as terras onde viviam esses indígenas raramente eram visitadas por navios que faziam verificações na costa, ou ainda por piratas em excursões clandestinas. Nesse período, segundo Selistre, os indígenas não sentiram tanto o impacto da chegada européia. Entretanto, ele destaca que a partir de 1533 o território foi dividido em grandes lotes, maiores do que países e doados a fidalgos portugueses, sob a denominação de capitânicas hereditárias. Essa divisão do território teria iniciado o processo de expropriação das terras dos indígenas, pois instituiu-se a propriedade da terra.<sup>182</sup> O problema dos índios, então, começou a se agravar. Segundo ele:

Com o estabelecimento dos colonos, com o início do trabalho de exploração da terra e criação das lavouras, começou a escravização dos índios.<sup>183</sup>

Também a ação dos bandeirantes marcou a história dos indígenas. Estes faziam batidas nas reduções para aprisionarem os indígenas e os levavam para servir de mão-de-obra nas fazendas paulistas.<sup>184</sup>

Selistre, assim, construía a imagem de um índio que era vítima da história da colonização do Brasil. Por vários acontecimentos da história, os índios teriam sido escravizados e explorados. Selistre considerava que os índios eram os donos das terras e

---

<sup>180</sup> D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu. Série documento/ CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 18.*

<sup>181</sup> “Índios III”. *A Voz de Chapecó*. 26 de maio de 1940.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem.

que quando chegaram os primeiros colonizadores, estes submeteram os índios a trabalhos dos quais não estavam acostumados. Os índios, para ele, eram “vítimas há quatrocentos anos, morrendo à míngua e [na] penúria, baldos de todos os recursos”.<sup>185</sup>

Os colonizadores, de outro lado, eram os algozes nessa história. Em artigo escrito em 1940, ele considerou que, se houve ataque dos indígenas a viajantes e aos europeus que ocupavam as terras, houve também “celebres batidas, organizadas pelos chamados bugreiros”. Estes, para ele, eram “especialistas em morticínio em massa, verdadeiros hecatombes humanas, das quais há ainda testemunhas de vista.”<sup>186</sup> Os bugreiros, segundo Selistre agiam:

“nas caladas da noite, dava um assalto certo e fulminante, não encontrando a mínima resistência, pois, os atacados procuravam salvação na fuga, o que poucos podiam fazer. tudo isso aconteceu e até hoje cousas parecidas se vão verificando”.<sup>187</sup>

Assim, em contraposição aos “humildes índios”, Selistre colocava a “ambição dos colonos” e a ação violenta dos bugreiros.<sup>188</sup> Por isso, havia uma dívida a ser paga:

a grande dívida contraída desde os tempos dos nossos maiores, que foram invadindo o seu território, devastando a sua caça, furtando o mel das suas matas como ainda agora nos mesmo fazemos.<sup>189</sup>

Além de representar o índio como vítima, Selistre procurava apresentar uma imagem positiva dos indígenas. Retomando vários cronistas do século XVI e de períodos posteriores, ele indicava que os indígenas, ao contrário do que muitos consideravam:

“Não são maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados e fáclimos de crer em alguma coisa. Não matam aos que cativam na guerra, etc. Se encontram com gente branca não fazem nenhum dano, antes boa companhia, etc.”.<sup>190</sup>

Além disso, “não podia haver melhor raça.” (mencionando Cristóvão Colombo), era “povo mais feliz, mais ditoso, menos vicioso e mais sociável das nações do mundo.”

---

<sup>185</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 10 de março de 1941.

<sup>186</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 02 de junho de 1940.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> “Índios V” *A Voz de Chapecó*. 16 de junho de 1940.

<sup>189</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 20 de abril de 1941.

<sup>190</sup> Segundo Selistre, Gabriel Soares de Souza descrevia os índios como pessoas de boa índole, que não tinham más intenções, não tinham interesses em causar danos as pessoas e não eram vingativos. Desta

(citando o padre Dutertre); “uma raça diferente [cujos] olhos revelam inteligência e hábito de raciocinar. De graves maneiras etc. e de modos desdenhosos revelam sua superioridade.” (retomando Humboldt, falando sobre os Caraíba-Caribe que Selistre indicava serem o tronco originários dos Guaranis).

Selistre não desconsiderava os ataques realizados pelos indígenas:

Dirão os desafetos, que sempre os houve, dos índios:

- mas eles assaltavam viajantes, fazendas, casas de famílias, trucidando pessoas que encontravam.

É certo que às vezes assim aconteceu, mas, esses atos, considerados de selvageria, nada mais foram, e continuam sendo do que simples represálias, desforras ou vinganças, contra os tratos que aqueles humildes filhos da natureza receberam da parte daqueles que se diziam civilizados e atacaram, massacraram e escravizaram o índio brasileiro, donos da terra e desta espoliados.<sup>191</sup>

É possível perceber por meio dos escritos de Selistre, que, ao reportar-se à situação histórica que degradou os indígenas, ele se referia aos índios brasileiros e não aos indígenas da localidade em que vivia. Era no contexto da história colonial, da chegada dos europeus ao Brasil, da criação das capitânicas hereditárias, dos movimentos dos bandeirantes, da escravização desses povos que o processo de destruição ocorreu. Eram esses os movimentos históricos que tornaram os indígenas credores na história do Brasil. Esta interpretação eximia os personagens do cenário local, entre eles Bertaso, da responsabilidade sobre os problemas vividos pelos indígenas contexto em que Selistre vivia e escrevia.

### **2.3 - OS ÍNDIOS DE CHAPECÓ NAS PÁGINAS DO JORNAL**

No jornal, além de tratar dos indígenas brasileiros – de forma mais geral – Selistre também se dedicou a escrever sobre os índios de Chapecó. Seus artigos procuravam informar os leitores quais os grupos que habitavam a região. Assim, em março de 1940, ele registrou:

Em nosso município há alguns toldos de índios, chamados coroados.

Estão localizados entre o Rio Chapecó e seu grande afluente o Chapecosinho, distando da estrada geral de dez a quinze quilômetros.<sup>192</sup>

---

forma, Selistre compatibiliza do pensamento de Gabriel Soares, usando sua fala para enaltecer a figura do índio. Ver “Índios VII” *A Voz de Chapecó*. 13 de maio de 1941.

<sup>191</sup> “Índios VII” *A Voz de Chapecó*. 13 de maio de 1941.

<sup>192</sup> “Índios Coroados” *A Voz de Chapecó*. 31 de março de 1940.

Ao tratar dos indígenas que viviam no município de Chapecó, ele procurava também informar aspectos dessas populações. Um desses aspectos por Selistre destacado tratava da nomenclatura que designava os grupos indígenas:

Nos livros e jornais são chamados de kaingang, constando haver um dicionário com essa denominação, da autoria do frei Mansueto Barcata.

O Sr. Romário Martins, em sua história do Paraná, diz que deve escrever-se Caingang, porque a palavra vem do caing, que significa mato, e ang, gente.

Entre os índios chapecoanos caingang quer dizer simplesmente - índio.<sup>193</sup>

Selistre fez várias considerações acerca dos índios kaingang, cuja população podia ser encontrada dentro dos limites do município de Chapecó. Dentre as considerações aparecem as formas de parentesco, ligações ou laços afetivos, cerimoniais, algumas leis praticadas pelos grupos, punições a aqueles que infringirem as leis, e também elementos da crença espiritual kaingang. Desta forma, Selistre caracterizou esse povo pelas seguintes práticas:

Os Caingangs são polígamos; grupo de homens e de mulheres que moram numa comunidade. Não se conhecem cerimônias nupciais nem divórcios. Quando os membros de uma comunidade se levam mal, dissolve-se o grupo. Se parte dos homens, porém se opõe a separação, lutam a morte. Se morre uma criança, dizem que a alma voltou a mãe e que nascera de novo.<sup>194</sup>

Ao caracterizar os índios de Chapecó, Selistre destacou também as organizações políticas internas destes grupos. Abordou em especial as festividades, as rezas, bem como algumas cerimônias religiosas em particular, bem como elementos, como é o caso de uma bebida, que compõe certas cerimônias espirituais, que Segundo o jornal:

[...] todos realizam em conjunto o seu cerimonial, no qual hoje intervêm contos e rezas, pelos seus mortos, apreendidas no cristianismo. Durante as aludidas festividades bebem uma bebida preparada de mel e água, deixada anteriormente em fermentação.<sup>195</sup>

Além de inserir nos seus artigos aspectos dos costumes, crenças e tradições dos Kaingang, as festividades realizadas nos toldos da cidade ganhavam destaque nos escritos de Selistre. No entanto, ele lembra que durante as festas, os rituais religiosos praticados pelos índios já possuíam elementos de outras religiões. Entre os costumes mencionados por Selistre, as festas ganhavam destaque:

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> “Índios Caingangs”. *A Voz de Chapecó*. 03 de abril de 1949.

No dia 15 do mês passado realizou-se a festa geral dos ditos índios, a que denominam fandango. Esta cerimônia conserva um fundo de tradição, mas está impregnada de ritos religiosos, adotados do cristianismo.<sup>196</sup>

Também as atividades econômicas dos indígenas da região eram elucidadas. Seus escritos procuravam informar alguns processos econômicos pelos quais os índios da região foram atravessando. Ao tratar da economia indígena, Selistre remonta ciclos econômicos regionais dos quais os índios tiveram participação ativa, sendo também elementos importantes para a economia. No entanto, Selistre aponta que os índios se encontram num momento onde a economia local já não oferece mais aos indígenas opções para adquirirem algum recurso necessário a sua subsistência. Desta forma, Selistre afirmou que:

Em tempos passados quando a indústria de extração de erva mate era florescente, e esse comércio próspero, os índios tinham aí um meio para ocupar sua atividade e adquirir recursos, parco embora, para sua subsistência. Hoje essa indústria morreu em Chapecó, apesar dos ervais magestosos; e os índios passam fome.<sup>197</sup>

Ao tratar das atividades econômicas do município, Selistre chega a constatação de que tais transformações ocorridas, principalmente na atividade extrativista, deixaram o índio sem trabalho. Como indica Selistre, o resultado deste processo que excluiu a mão-de-obra indígena gerou sérios problemas para as populações do município. Desta forma, segundo ele:

[...] continuam aquela quatro ou cinco centenas de índios se debatendo em absoluta pobreza, digamos claramente, em plena miséria e pauperismo, desgovernados, sem haver quem possa atendê-los na necessidade em que eles se acham ou guia-los nos seus desejos de trabalho.<sup>198</sup>

Selistre insistia na questão do abandono sofrido pelos índios do município. Ele considerava que esses povos estariam necessitando de alguém que os organizasse, encaminhando-os para o trabalho.

Nos seus artigos, procurava deixar bem evidente a miséria que os índios do município estavam vivendo. As situações levantadas por Selistre indicam que os índios estavam deficientes das condições mais básicas para sobreviver. Para ele, os índios além

---

<sup>195</sup> “Índios Coroados.” *A Voz de Chapecó*, 31 de março de 1940.

<sup>196</sup> “Chapecosinho” *A Voz de Chapecó*. 07 de julho de 1940.

<sup>197</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 30 de janeiro de 1941.

<sup>198</sup> *Idem*.

da falta de trabalho e comida sofriam com sérios problemas de saúde. Desta forma, Selistre chamava atenção para a necessidade de provisão de assistência médica aos indígenas, embora reconhecesse que os serviços médicos eram precários também para a população em geral.<sup>199</sup> Buscando sempre dramatizar o problema dos índios, ele falava das necessidades dos mesmos na questão da saúde, dando alguns diagnósticos das doenças que estavam levando os índios a óbito, mas também reforçando a imagem da miséria sofrida pelo povo:

Os pobres índios estão morrendo à mingua, disse-nos o nosso informante, mas o bom Deus sempre fornece um consolo aos infelizes. O mal que os vai vitimando, dizem, é a febre, uma espécie de tifo.<sup>200</sup>

Para convencer da miséria, pobreza, sofrimento dentre outras situações de extrema dificuldade dos índios, Selistre escreve um texto em tom dramático, apontando alguns consolos que chagavam ao povo indígena na tentativa de aliviar seu sofrimento nos momentos que antecederiam a morte. No entanto a situação dos índios, como Selistre indicava, era tão ruim que até a ajuda que chegava a eles era pior que as suas próprias dificuldades:

Nesse emergência dolorosa de sofrimento e desamparo, o conforto aos morituros surge na pessoa de um humilde curandeiro, o Ricardo, preto, velho, analfabeto, mais pobre do que os índios, que se vão extinguindo, na indigência, morador de um pleno sertão, algumas léguas longe dos enfermos, fatalmente condenados à morte, mas, aos quais, nesse transe irremediável, lhes vem trazer a solidariedade de ser humano, nessa última esperança de medicação ilusória. Os índios estão morrendo e cessam de sofrer, mas Ricardo sempre humilde, bondoso, ignorante, continua vivendo, sofrendo, consolando. Parece literatura, porém não é.<sup>201</sup>

Assim, Selistre procurava comover os leitores, mobilizando a atenção para dificuldades vividas pelos índios. O articulista se preocupou em levar para o jornal as mais diversas formas de problemas enfrentados nos toldos da cidade. Além dos daqueles que já vimos, Selistre indica que os indígenas estariam tendo dificuldades em questões de organização interna dos grupos. Os desacertos estariam causando aquilo que Selistre chamou de 'levante'. Motivados por divergências internas, os indígenas estariam provocando situações, das quais Selistre descreve:

---

<sup>199</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*, 10 de março de 1941.

<sup>200</sup> “Índios estão morrendo” *A Voz de Chapecó*, 19 de dezembro de 1948.

<sup>201</sup> *Idem*.

Mais um levante ocorreu nos toldos de Chapecosinho. Não faz dois meses que os índios dos toldos Jacu, Banhado Grande e Chapecosinho se reuniram e destituíram o chefe major Fidêncio Loureiro, aclamando para substituí-lo interinamente o índio Bonifácio Batista, que passou a ser considerado major.<sup>202</sup>

Não eram apenas através das informações elaboradas através de textos que Selistre tentava comover os leitores quanto aos problemas que os índios da cidade estariam enfrentando. Nos títulos dos artigos, Selistre buscava transmitir o sentimento de lamento pela situação dos índios. Num desses artigos, cujo título era: *Índios Brasileiros de Chapecó, mais uma vês sacrificados*<sup>203</sup>, além de tentar comover o leitor e mostrar que os índios estariam sendo submetidos a situações dolorosas e degradantes, Selistre também buscava chamar a atenção para o fato de que esses índios eram de brasileiros, levando o problema para além das competências do município, alçando a responsabilidade aos órgãos nacionais.

Em outro artigo intitulado *Índios de Chapecó*, Selistre continua na sua incansável tentativa de comover os leitores sobre as dificuldades dos Kaingang chapecoenses. Desta vez ele aborda os indígenas da cidade iniciando com as seguintes palavras:

Mais uma vez estão os índios de Chapecó ameaçados de serem espoliados de grande parte de suas terras.<sup>204</sup>

Selistre não se dedicou a falar somente dos problemas enfrentados pelos índios de Chapecó. Ele também se destinava a falar de indígenas de outras localidades, sempre colocando-os como vítimas de abandono e exploração. Num artigo escrito em julho de 1940, denunciou que “os índios que ocupam as terras denominadas S. Jerônimo, no estado do Paraná” estavam correndo risco de perder as terras. Naquele texto ele considerou que:

Apareceram, como soe sempre acontecer, homens inteligentes, que consideram mal empregadas as terras reservadas à habitação dos índios e se julgam mais bem indicados para gozá-las ou explorá-las.<sup>205</sup>

É importante ressaltar que ao caracterizar os indígenas habitantes da região de Chapecó e tratar das suas dificuldades, Selistre procurava dar um estatuto de verdade às

---

<sup>202</sup> “Chapecosinho” *A Voz de Chapecó*. 07 de julho de 1940.

<sup>203</sup> “Índios Brasileiros de Chapecó, Mais uma vês sacrificados” *A Voz de Chapecó*. 23 de março de 1952.

<sup>204</sup> “Índios de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 09 de março de 1952.

suas formulações. Como nos escritos em que falava sobre a história dos índios do Brasil, nos quais ele buscava referenciar autores, estudiosos, cronistas, nos seus artigos sobre os índios da região de Chapecó ele utilizava informantes, que eram os próprios índios ou pessoas que com eles conviviam. Isso porque Selistre também considerava que existiam pessoas que tinham interesse pela veracidade das questões referentes aos índios. Em um artigo em que falava sobre o significado do termo Kaingang, ele indicava que:

Publicamos estas notas, que nos foram fornecidas por pessoa que conviveu com os ditos índios, por acharmos que envolveu certa importância as pessoas que se ocupam com estes assuntos.<sup>206</sup>

Outro aspecto que precisamos ressaltar é o fato de, ao tratar dos índios de Chapecó, Selistre não ter relacionado sua condição precária à história por eles vivida. Como vimos no início deste capítulo, a colonização da região, empreendida pela empresa de Ernesto Bertaso, ocasionou uma verdadeira desgraça à vida dos indígenas. Os índios foram expropriados da terra, foram usados para viabilizar a ocupação, foram considerados intrusos, foram mortos. Tudo isto faz parte da história dos indígenas da região. Essa história, entretanto, não foi contada por Antonio Selistre de Campos. Os conflitos de terra, a expropriação, a escravização, tudo isso ele reconhecia no passado. Ele remetia esses processos à ocupação colonial, à criação das capitânicas hereditárias, à ação dos bandeirantes. Eram, portanto, processos que estavam inseridos na história da colonização do Brasil, em geral. Ao tratar dos grupos indígenas da região, a história da expropriação não foi abordada. Ela foi silenciada. Talvez pelo fato de Ernesto Bertaso ser seu amigo<sup>207</sup> e, como vimos no Capítulo 1, ser sócio no jornal em que escrevia.

Como veremos no próximo capítulo, a história e as narrativas sobre a situação dos índios escritas por Selistre estavam relacionadas a motivações pautadas nas relações que eram não somente pessoais, mas também político-partidárias.

---

<sup>205</sup> “Índios VII”. *A Voz de Chapecó*. 14 de julho de 1940.

<sup>206</sup> “Índios Coroados”. *A Voz de Chapecó*. 31 de março de 1940.

<sup>207</sup> A amizade de Selistre e Bertaso é referida pela neta deste na biografia que escreveu sobre o avô. Segundo Maria Adelaide, Bertaso e Selistre tinham uma grande afinidade. Às vezes se encontravam durante a semana e passavam horas conversando. Falavam sobre vários assuntos que iam desde a política, colonização, Getúlio Vargas, até assuntos de outros países. As vezes se reuniam para contar anedotas e dar gostosas gargalhadas. No domingo de manhã, após a missa, o coronel tinha costume de visitar Selistre que já lhe esperava com biscoitos Dona Benta. Ver HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó. / Chapecó: Argos 2005, p. 232.

## CAPÍTULO 3 – SELISTRE E O SPI: INDÍGENAS DE CHAPECÓ DA PROTEÇÃO À PERSEGUIÇÃO

### 3.1. UM ORGÃO EM DEFESA DOS ÍNDIOS

No dia 10 de dezembro do ano de 1939, como já vimos, Selistre de Campos iniciou a série de artigos que faziam referência aos índios da cidade de Chapecó. Nesta data, em que ele publicou o primeiro artigo deste assunto, Selistre também registrou a visita de um encarregado do Serviço Proteção ao Índio, o SPI, ao município. O acontecimento noticiado por meio do jornal parecia um sinal positivo para a possibilidade da instalação de um posto do Serviço na cidade. A partir de então, o articulista passou fazer várias menções ao órgão, tendo como foco de abordagem os indígenas associados à atuação do SPI.

Antes da data de 10 de dezembro de 1939, nenhuma menção havia sido feita por Selistre, ou por qualquer outro colunista do jornal *A Voz de Chapecó*, com referência ao SPI.

O órgão governamental denominado SPI foi fundado como Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), um dos departamentos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O Serviço de Proteção aos Índios foi criado no ano de 1910, a partir de amplas discussões realizadas desde 1908, tendo como grande responsável por sua criação o então diretor do museu paulista, Hermann Von Ihering e Candido Mariano da Silva Rondon.<sup>208</sup> Além da função básica de proteger os índios, o Serviço tinha ainda como finalidade fixar no campo os trabalhadores não estrangeiros, que seriam, basicamente, oriundos do regime escravocrata. O órgão tinha ainda o compromisso de treinar trabalhadores nas unidades chamadas de “centros agrícolas”.<sup>209</sup>

Segundo Lima, tanto a criação do SPI quando do SPILTN fizeram parte de políticas estratégicas nas primeiras décadas do pós-abolicionismo. Como registra o autor, as novas configurações do trabalho rural exigiam políticas que reordenassem as massas de trabalhadores, tendo como perspectiva básica a regeneração agrícola do Brasil.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. “ *O governo dos índios sob a gestão do SPI*”. História dos Índios no Brasil/ organização Manuela Carneiro da Cunha – São Paulo: Companhia das Letras: secretaria municipal da cultura: FAPESP’, 1992, p. 156.

<sup>209</sup> Idem, p.156.

<sup>210</sup> Idem, p.157.

Por volta do ano de 1906, uma elite cafeicultora hegemônica que tinha efetiva participação nas decisões políticas do Brasil influenciou para que o governo federal implementasse serviços para o meio rural. A consolidação destes serviços foi garantida a partir do decreto N.º1606/1906, que assegurava a prática da catequização e civilização dos índios.<sup>211</sup> Após uma série de discussões, no ano de 1910, Rodolpho Miranda convidou Cândido Rondon para dirigir o novo serviço que fora criado. Tendo formação na carreira militar, Rondon possuía vários anos de contato com os índios, principalmente por conta de seu trabalho na construção de linhas telegráficas, que eram estratégicas para o Brasil. No mesmo ano de 1910, Miranda lançou a ideia de um aparelho governamental responsável pela catequese dos índios e reabilitação de trabalhadores rurais.<sup>212</sup>

Depois da criação efetiva do SPI, a finalidade original do serviço começou a se modificar.<sup>213</sup> A primeira mudança mais consistente se deu no ano de 1911, quando o serviço deixou de ser responsável pela localização de trabalhadores nacionais e passou a organizar políticas que segundo Lima visavam “transformar os índios em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem”.<sup>214</sup>

A partir de um decreto do ano de 1928, os índios foram atingidos pelo código civil, estando o SPI no monopólio legal para intervir junto dos indígenas da forma que parecesse necessária. Os primeiros contatos com os índios foram feitos por militares, principalmente aqueles que eram designados para construir linhas telegráficas ou proteger fronteiras. Muitos dos soldados do exército eram preparados para situações em que, quando atacados por índios, se mantivessem na defensiva com a finalidade de estabelecer diálogo e construir relações pacíficas, isso porque, segundo Lima:

Tratava-se de atrair e pacificar, conquistar terras sem destruir os ocupantes indígenas, obtendo, assim, mão-de-obra necessária à execução de ideais de Couto de Magalhães, de desbravamento e preparação das terras não colonizadas (para uma posterior ocupação definitiva por brancos).<sup>215</sup>

Segundo Lima, as políticas voltadas aos índios nas primeiras décadas do século XX remontavam ações governamentais ainda do período colonial. O governo entendia que os índios deviam ser agrupados em aldeamentos onde desenvolveriam atividades

---

<sup>211</sup> Idem, p. 158.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem, p. 159.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Idem, p.160.

agrícolas. Estes aldeamentos deveriam se localizar principalmente em áreas de fronteira, assegurando a proteção ao território.<sup>216</sup>

Na década de 1930, projetos governamentais alteraram as diretrizes dos trabalhos desenvolvidos pelo SPI. Nas diretrizes implementadas, constavam algumas práticas e conteúdos educativos que deveriam ser incorporados na educação indígena, desenvolvendo nos mesmos habilidades e saberes agrícolas, cultivando também noções morais e cívicas. O interesse em despertar nos índios o civismo tinha por objetivo estimular neles o patriotismo, visto como elemento necessário para a defesa das fronteiras.<sup>217</sup>

O anúncio dado por Selistre de que um encarregado do Serviço de Proteção aos Índios visitaria a cidade foi o início de uma campanha que ele empreenderia pelo jornal com a finalidade de levar um posto do SPI para Chapecó. Tendo esta perspectiva em vista, o colunista parecia querer construir, por meio de seus artigos, uma boa relação entre os diretores e funcionários do SPI, as autoridades do município, e a imprensa chapecoense. A visita realizada pelo funcionário do órgão governamental, no mês de novembro de 1939, também levou para a cidade a possibilidade da implantação de um posto pertencente ao aparelho administrativo federal. Como vimos no primeiro capítulo, os donos do jornal muito cobravam do governo assistências em várias áreas e exigiam que os recursos também acompanhassem as políticas nacionais de *marcha para oeste*. Com este cenário se formando, Selistre parecia não querer desperdiçar a oportunidade de contribuir no sentido de implantar o órgão na cidade.

Ao visualizar novas possibilidades para a cidade, o colunista aproveitou para colocar de vez seu projeto em prática, afirmando que o encarregado do SPI, em visita aos locais de moradia dos índios, “*compreendeu a necessidade imperiosa de fazer alguma coisa aos humildes silvícolas*”.<sup>218</sup>

No início da série de artigos em que Selistre se referia ao SPI, ele passou a tratar basicamente do processo de implantação do posto na cidade. Segundo informações que o próprio articulista dizia receber, a instalação do posto no município de Chapecó era um acontecimento há muito esperado, mas que por vários motivos vinha sendo protelada. Isso porque, segundo ele, havia alguns atrasos na execução dos trabalhos que deveriam estar concluídos ainda no ano de 1940.

---

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Idem, p. 165.

<sup>218</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 10 de dezembro de 1939.

O colunista destacou que, para a instalação, havia a necessidade de serem nomeados encarregados que teriam o compromisso de desenvolver as atividades da agricultura e da indústria junto dos índios.<sup>219</sup> Vislumbrando essa possibilidade para os índios e para o próprio município, a iniciativa governamental mereceu apoio de Selistre, que o manifestou nos seguintes termos:

Não regatearemos aplausos a esses louváveis propósitos do aludido departamento da administração pública.<sup>220</sup>

No ano de 1939, o articulista deu continuidade ao assunto que mencionava o SPI, comentando algumas modificações que estariam acontecendo no Ministério da Agricultura. Segundo ele, um decreto assinado pelo Ministro da Agricultura teria criado um conselho específico para cuidar dos índios. Constituído de sete membros, o conselho seria formado por pessoas designadas por decreto do Presidente da República.<sup>221</sup> Selistre destacou os predicados dos membros do conselho afirmando que tais representantes eram:

[...] pessoas de ilibada reputação e comprovada dedicação à causa da integração dos silvícolas a comunhão brasileira, de cujo conselho farão parte o diretor do Serviço de Proteção aos Índios, um representante do Museu Nacional e um representante do Serviço Florestal.<sup>222</sup>

De acordo com Selistre, o conselho seria formado por um presidente, um vice-presidente, ambos designados pelo Presidente da República. Ao conselho competiria o estudo das questões que tiverem relação com a assistência e proteção aos índios. Caberia ao conselho promover discussões sobre os costumes e línguas indígenas, podendo sugerir, junto ao SPI e ao governo, medidas necessárias e projetos a serem desenvolvidos junto dos índios.<sup>223</sup>

O articulista do *Jornal A Voz de Chapecó* manifestava o seu engajamento em uma campanha pela instalação SPI no município em que vivia. Em abril de 1940, ele já escrevia considerando avanços no processo de implantação do posto em Chapecó. Suas considerações estavam embasadas no fato de que um encarregado do órgão, chamado Leopoldo Quadros, teria feito um recenseamento nos Toldos Jacu, Banhado Grande e

---

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 17 de dezembro de 1939.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem.

Pinhalzinho, levantando dados demográficos que indicavam uma população de 539 índios. Na visita, o encarregado teria estudado as condições culturais dos indígenas residentes nesses locais, escolhendo também o espaço para a construção do posto.<sup>224</sup>

Selistre não hesitava em defender a instalação do órgão de proteção aos indígenas no município de Chapecó. Seus interesses e posições referentes à questão tornavam-se evidentes pelo enaltecimento da entidade e dos funcionários que dela faziam parte. Isso fica ainda mais explícito em artigo publicado em maio de 1940, no qual ele destacou a importância da instituição, afirmando que:

As iniciais do SPI querem dizer Serviço de Proteção aos Índios.  
É um dos departamentos mais úteis da Administração Pública.<sup>225</sup>

Em situações nas quais o SPI não conseguia atingir os objetivos esperados, Selistre procurava justificar o insucesso dos trabalhos pelas dificuldades financeiras, ou mesmo por empecilhos burocráticos que afetavam a boa atuação do serviço. No ano de 1940, por exemplo, ele afirmou que o SPI passava por dificuldades financeiras, e usou da condição econômica desfavorável do serviço para nobilitar o órgão e seus representantes, se posicionando de forma a animá-los para a função, que segundo ele:

Mas, parece que afinal o governo, orientado pela experiência dos militares que tem estado e que estão à frente do S.P.I., prosseguira na campanha redentora, de humanidade e patriotismo, pelo amparo dos humildes silvícolas e suas incorporações a nacionalidade brasileira.<sup>226</sup>

Nos seus escritos, Selistre procurava enfatizar o trabalho de incorporação dos índios à nação brasileira. O serviço realizado pelo SPI, nesse sentido, era entendido por ele como uma ação redentora que promoveria a inserção dos indígenas à pátria.

Por meio do jornal, o articulista várias vezes ressaltou o empenho dos funcionários do SPI. Seus artigos procuravam dar destaque ao esforço dos trabalhadores do órgão no sentido de instalar o posto no município. Sobre tais esforços, em certo artigo, Selistre enfatizou visitas feitas por um encarregado do serviço no município de Chapecó. Ele destacou o empenho do funcionário afirmando que:

É certo que o Sr. Paulinho de Almeida, encarregado de responder pela inspetoria do Serviço de

---

<sup>224</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 28 de abril de 1940.

<sup>225</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 19 de maio de 1940.

<sup>226</sup> *Idem*.

Proteção aos Índios de Paraná, S. Catarina e Rio G. do Sul, tudo tem feito para conseguir a organização do posto de proteção aos índios de Chapecó.<sup>227</sup>

O colunista não destacou somente o processo de instalação do posto na cidade de Chapecó. Houve artigos nos quais ele elogiou o esforço dos funcionários que trabalhavam em outras localidades, reconhecendo a bravura dos mesmos em chegar até os pontos onde os indígenas habitavam. Nesse sentido, o destaque por ele dado residia no fato de que:

Foram criados postos de proteção aos índios e os funcionários federais esforçam-se em entrar em relação com os humildes silvícolas, que viviam arredios dos centros civilizados [...] <sup>228</sup>

Ainda referindo-se aos membros do SPI, o colunista retomou parte da história do serviço, ressaltando a importância do mesmo para os indígenas do país. Os elogios eram direcionados também aos funcionários que atuavam no âmbito federal, atingindo nomes como Fonseca Vasconcelos, um dos chefes do órgão. Ao citar tal nome em seus artigos, ele procurou destacar a coragem e a valentia do representante do serviço, observando que este era alguém preocupado com a espoliação dos índios. Sobre o assunto, os artigos do colunista registravam que:

O Sr., coronel Vicente P.F. da Fonseca Vasconcelos, chefe do SPI, em minucioso e bem documentado memorial, fez ver que a preocupação do citado decreto [nº. 9214, de 15 de dezembro de 1911, que determinava a prestação de assistência aos índios do Brasil] antes de tudo, foi assegurar aos índios a posse tranquila da terra em que vivem. E acrescente que foi nesse terreno que travou sua grande luta, desde então até a sua presente data, em que o SPI tem sido vítima de calúnias e perseguições, daqueles que visam permanente espoliação dos índios. <sup>229</sup>

Selistre, ao mesmo tempo em que procurava construir toda uma aura de heroísmo sobre o SPI, passava uma imagem dos índios como seres espoliados, como já vimos no capítulo 2. Ao fazer isso, ele reforçava a necessidade de implantação de um órgão que se responsabilizasse pelos índios da cidade de Chapecó. Nessa operação, o colunista, ao mesmo tempo em que vitimizava os índios, engrandecia a capacidade dos funcionários do SPI, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo órgão governamental. Para ele, o serviço tinha uma atuação heróica, era responsável pela defesa índios e garantia que eles continuariam a ter posse das terras que lhe pertenciam. Em um de seus

---

<sup>227</sup> “Índios VIII” *A Voz de Chapecó*. 21 de julho de 1940.

<sup>228</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 02 de junho de 1940.

<sup>229</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 19 de maio de 1940.

artigos, o colunista destacou uma situação pontual em que o serviço logrou êxito em favor dos índios, lembrando que:

Apareceram, como sempre acontece, os homens inteligentes, que consideram mal empregadas as terras reservadas a habitação dos índios e se julgam mais bem indicados para gozá-las ou explorá-las.

Surgiu então a ação do S.P.I., em defesa aos índios. O debate e a luta vem aberto há alguns anos, de um lado os índios e seus defensores, de outro, o Governo do Paraná e os pretendentes as aludidas terras.<sup>230</sup>

Selistre abordava tais situações de maneira que ficasse clara a sua posição perante o trabalho do SPI, continuando sua campanha em favor da instalação do posto em Chapecó. Ele enfatizou que a atuação do órgão junto aos índios era de suma importância dado que estes, segundo sua posição, eram carentes de alguém que os amparassem de possíveis negócios mal feitos. Desta forma, considerou que:

Naturalmente, se os índios ficassem entregues ao seu arbítrio e alvedrio e o S.P.I. com eles não se envolvesse, seria mais fácil levá-los aos negócios desastrosos.<sup>231</sup>

Dando sequência a sua campanha, o articulista mobilizou a história da entidade, ressaltando sua importância desde o momento da fundação. Ele reiterou pelas páginas do jornal as repercussões da criação do serviço no ano de 1910.<sup>232</sup> Para dar mais destaque à importância do SPI, Selistre retomou o contexto da criação do serviço destacando a repercussão na imprensa internacional com a fundação do órgão. Referente a isto, o articulista argumentou que:

A imprensa dos jornais de Londres, Berlin, Nova Iork, e outros centros culturais, referiam-se ao instituto brasileiro recentemente criado, com grandes louvores.

Mensagens dos Srs. Drs. Presidente da República posteriormente, como por exemplo, respectivamente, em 1913, e 1921, esta última ao tempo do Dr. Epitácio Pessoa, ainda consignavam as benemerências a louváveis finalidades do empreendimento.<sup>233</sup>

Como ressaltava Selistre, não apenas no cenário internacional, mas também no nacional foi enaltecida a criação do serviço. Ele enfatizou o empenho de cidadãos brasileiros que, na sua visão tiveram participação importante na implantação e desenvolvimento do órgão federal para todo país. Sobre este aspecto, o colunista assinalou que:

---

<sup>230</sup> “Índios VII” *A Voz de Chapecó*. 14 de julho de 1940.

<sup>231</sup> *Idem*.

<sup>232</sup> “Índios II” *A Voz de Chapecó*. 10 de fevereiro de 1941.

A Sociedade de Geografia, escritores com o Sr. Roquete Pinto, o major Lima Figueiredo, general Rondon, Luiz Horta Barbosa e tantos outros, muito se tem preocupado com o índio brasileiro, e sua proteção.

Verbas foram votadas pelos orçamentos públicos visando a cada vez mais realizar e melhorar o Serviço de Proteção aos Índios.

Não eram grandes quantias obtidas, mas pouco a pouco e em zig zags foram aumentando as dotações até 1930, em que atingiu a 3.800:000\$000.<sup>234</sup>

A eficácia e o sucesso do projeto estabelecido pela campanha de Selistre muito dependia da postura que ele tomava em seus escritos. Sendo assim, o colunista procurou ficar do lado do SPI, mesmo quando eram feitas críticas pela própria imprensa, defendendo o órgão federal de acusações sofridas por jornais de outras cidades. Nesse sentido o articulista citou o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, que no ano de 1931 havia denunciado funcionários do órgão de terem agredido índios que viviam em Pernambuco.<sup>235</sup> Colocando-se a favor do SPI, Selistre embasou sua defesa amparado em uma carta de um pároco pernambucano que se posicionou a favor do órgão e contra as críticas do jornal. Segundo Selistre:

Foi tão injusta a crítica do aludido jornal, que o reverendo padre Alfredo Pinto Damasco, ex-pároco de Águas Belas, no Estado de Pernambuco, publicou um folheto, refutando aquelas e outras agressões mentirosas e pondo em destaque os relevantes e humanitários serviços prestados pelo referido departamento, em favor dos índios brasileiros.<sup>236</sup>

Outros jornais também foram alvo do colunista de *A Voz de Chapecó* por não contribuírem divulgando os feitos do SPI. Nesse aspecto, Selistre criticava outros jornais, julgando-os a partir de elementos nos quais segundo ele:

Quem estuda a imprensa dos jornais do país, verifica, conforme alguém já fez notar que além do centro do Rio de Janeiro, há outros como Porto Alegre, S. Paulo, Bahia e Recife, que tem uma vida própria, um conjunto de jornais modelares.

Um corpo redatorial seletivo. Intelectuais, poetas, prosadores, críticos, enfim, grandes mentalidades que fazem honra ao adiantamento e cultura da nossa terra.

Ficamos então admirados, surpresos, verdadeiramente perplexos, em ver a indiferença, o pouco caso, o esquecimento completo, em que é deixado o serviço de assistência, educação e proteção aos índios brasileiros.<sup>237</sup>

Ao criticar a postura de parte da imprensa nacional, o articulista demonstrava-se favorável e seguro quanto às atitudes dele e do jornal em relação ao SPI. Segundo

---

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Idem.

<sup>235</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 02 de junho de 1940.

<sup>236</sup> Idem.

implacável na defesa do órgão governamental, Selistre manifestava sua posição sobre quem deveria de fato ser responsável pelos cuidados dos índios no Brasil. Sua afirmação serviu, inclusive, como crítica ao jornal carioca *A Noite* que teceu comentários depreciativos ao Serviço de Proteção aos Índios. Ele reafirmou sua postura dizendo:

Há gente que sem maior exame e estudo do problema, opina e preconiza que a catequese deve ser feita pelas ordens religiosas.  
Preferimos a ação do S.P.I. e no nosso próximo número melhor espanaremos nosso ponto de vista.<sup>238</sup>

Nos artigos que escrevia, Selistre deixava claro que considerava que o Estado – por meio do SPI – é que deveria ser o responsável pela atuação junto aos indígenas. Assim, ele rejeitava enfaticamente a ação da Igreja e das ordens religiosas neste empreendimento. Neste sentido ele destacou que, desde o surgimento do Serviço de Proteção aos Índios, ocorreram diversos desacordos por parte deste órgão em relação às ordens religiosas. Com isso, o articulista apontou as vantagens do trabalho do SPI, fundamentando sua afirmação em escritos do coronel chefe do serviço Vicente P. F. da Fonseca Vasconcelos. Sobre este assunto, Selistre dizia que:

O Sr. coronel chefe do S.P.I. Vicente P.F. da Fonseca Vasconcelos, em um memorial relativo ao assunto escreveu, <<1º) o S.P.I. por lei é obrigado a defender a terra dos índios e a integrar esse na posse das mesmas ao passo que a missão salesiana se apropria das ditas terras, as registrando em seu nome, deixando os silvícolas para sempre desapropriados delas, 2º) o S.P.I. não desenraiza os índios de suas terras, ensinando-os ai mesmo, por meios suasórios, a utilizá-los em benefício dos índios, até os incorporar como proprietários na vida nacional. Os salesianos não tem essa preocupação e consideram o índio como mão de obra a serem encaminhados a trabalharem em propriedades alheias etc. >><sup>239</sup>

Selistre citava o memorial escrito por Vicente Vasconcelos se referindo ao modo como os religiosos salesianos concebiam a organização indígena. Ao fazer tal citação, o colunista aproveitou para, novamente, reafirmar que o trabalho junto dos índios deveria ser feito por um órgão governamental e não por entidades religiosas, dando a entender que o melhor tipo de encaminhamento para as dificuldades enfrentadas pelos indígenas não era incorporando-os como mão de obra, mas como proprietários das terras que seriam utilizadas por eles para sua subsistência e também para, desta forma, pertencerem a nação.

---

<sup>237</sup> Idem. .

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Idem.

Toda a campanha desempenhada por Selistre criticando a imprensa brasileira da década de 1940 buscava criar um lugar também para o jornal *A Voz de Chapecó*, cujo periódico, como já vimos no primeiro capítulo, pretendia representar os interesses de seus editores e proprietários. Ao denunciar o desinteresse de outros jornais, além de criar uma relação amistosa com o SPI, o articulista reafirmava-se como defensor das causas do serviço dos índios, enaltecendo também a figura do jornal do qual fazia parte e de si próprio.

A propaganda que Selistre fez do SPI, na tentativa de fazer com que o posto fosse instalado na cidade, pareceu dar certo. No entanto, o trabalho desenvolvido pela entidade no município frustrou suas expectativas. Por motivos que, talvez, não fossem relacionados à proteção dos indígenas estritamente, mas tivessem implicações mais ampla, associadas ao jogo político regional.

### 3.2. “TRISTE COISA É PERDER UMA ILUSÃO”

Em 1941 ocorreu o que Selistre esperava: o Serviço de Proteção aos Índios foi instalado em Chapecó. Temos a satisfação, dizia ele pelo jornal em maio de 1941, de noticiar que está em organização o Posto de Proteção aos Índios do Chapecosinho.<sup>240</sup> Daí em diante iniciaram suas demonstrações de decepções quanto ao órgão do governo.

Antes mesmo do início da atuação do órgão, alguns problemas já provocavam contrariedades no colunista. Ao mesmo tempo em que apoiava as iniciativas e os esforços dos funcionários para que fosse instalado o posto do SPI no município, ele criticava a demora, lamentava as dificuldades de contratação de funcionários, que pareciam ser o grande empecilho para a implantação do posto.<sup>241</sup> Às vezes responsabilizava os diretores do serviço pelo atraso no processo de instalação e funcionamento do posto. Segundo ele, nem todos os funcionários indicados tinham interesse em trabalhar com os índios. Um dos indicados que deveria ter assumido o posto acabou, na última hora, desistindo de morar junto dos índios. As dificuldades pareciam deixar Selistre furioso. Isso ficava evidente no artigo no qual ele dizia que:

Já fora indicado o Sr. Lindolfo Guimarães para ir como trabalhador morar no dito toldo, mas a última hora este cidadão deixou de fazer a sua mudança.

Essas nomeações estão sendo por demais retardadas. É a eterna história, os doutores e coronéis

---

<sup>240</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 12 de maio de 1940.

<sup>241</sup> “Índios IV” *A Voz de Chapecó*. 02 de junho de 1940.

das capitais e grandes cidades não podem compreender as necessidades do sertão. E assim vai ficando para o dia seguinte.<sup>242</sup>

O articulista parecia não gostar do que estava acontecendo com o processo de instalação do posto do SPI na cidade de Chapecó. Muitas vezes, ele se demonstrava impaciente com a demora para a contratação e início dos trabalhos juntos dos índios da cidade. Sendo assim, os problemas pareciam aumentar cada vez mais e os artigos que eram publicados no jornal informavam as mais diversas dificuldades que impediam a implantação do posto. Mas a contratação de funcionários parecia ser o principal problema e a burocracia parecia um obstáculo a mais. Como registrou:

Convidado um cidadão deste município para o lugar de futuro encarregado do posto, que ia ser fundado, constava que no início do corrente ano seria feita a respectiva instalação. Também deveriam ser nomeados um mestre escola e dois trabalhadores diaristas. As pessoas indicadas tiveram de fornecer documentos, provando quitação militar, boa conduta, saúde e capacidade física, todos selados, com firmas reconhecidas. Isso não se faz com simples conversa. Tudo leva selo e custa dinheiro.<sup>243</sup>

Outras vezes a implantação e o funcionamento do posto esbarravam em dificuldades de escolha de funcionários, os quais muitas vezes foram impugnados. Situações como esta pareciam deixar o articulista ainda mais incomodado, pois atrasava e até comprometia a instalação do posto que, nas palavras dele:

Dizem que tem um subprefeito em Mondai, e que também foi de Caxambu, impugnou a nomeação da pessoa indicada para o lugar de encarregado. Não é de acreditar que tal tenha acontecido, entretanto, hoje tudo é possível, e o que é certo é que até esta data ainda não saíram as nomeações.<sup>244</sup>

Como a instalação do posto fosse creditada à falta de recursos financeiros, Selistre passou a fazer um apanhado geral das contas do órgão do ano de 1930 em diante, indicando que o orçamento da entidade havia sofrido uma retração e que isto dificultava a instalação esperada. Desta forma, Selistre construiu um histórico do orçamento do SPI, considerando que os poucos recursos financeiros do órgão demonstravam o quão ilusória era de que ele atuasse com sucesso. Segundo o colunista:

Esse ano de 1930 foi o da gloriosa arrancada de Outubro. Ano das grandes esperanças.

---

<sup>242</sup> “Chapecosinho” *A Voz de Chapecó*. 07 de julho de 1940

<sup>243</sup> “Índios VIII” *A Voz de Chapecó*. 21 de julho de 1940.

<sup>244</sup> Idem

Das maiores decepções.

Quer cair-nos da pena a expressão de que triste coisa é perder-se uma ilusão.

Quer dizer, quando morre uma ilusão coletiva.

Pois é o que aconteceu.

No ano imediato, 1931, a verba destinada ao S.P.I. passou a ser 1.560:000\$.

Desnecessário é dizer que desmornou toda a organização, indo, como foi, águas abaixo, quase todo o trabalho de 20 anos.

No ano seguinte a dita verba foi descendo, descendo até chegar a 909.000\$ no ano de 1935, nesse caso nos 900 permanece no ano de 1936 e 1937, passando depois a subir novamente.<sup>245</sup>

Ao indicar as limitações de atuação do SPI, Selistre fazia antes de mais nada a exposição de sua desilusão com o governo instituído em 1930, sobretudo quanto à forma como definia sua política indigenista. Seus ataques eram destinados ao órgão mas, acima de tudo, ao governo federal. A chegada de Vargas ao poder em 1930 provocou um redimensionamento das forças políticas não só em âmbito nacional, mas também nas várias regiões do Brasil. Em Chapecó, a revolução de 1930 provocou uma retração dos espaços de poder do Partido Republicano Catarinense, ao qual se vinculavam personagens aos quais, posteriormente, Selistre se aliaria, entre eles, o coronel Bertaso.<sup>246</sup> Neste período, como sabemos, foi implantado o Estado Novo, o governo foi exercido de forma ditatorial, os sindicatos estiveram sob estrito controle do governo, a imprensa foi severamente censurada.<sup>247</sup> O grupo ao qual Selistre estava ligado manteve então uma postura crítica – embora cautelosa – aos encaminhamentos que o governo federal dava às questões regionais. Assim, os artigos de Selistre serviam tanto para apregoar a necessidade de proteção aos índios como para mostrar a ineficácia da atuação do governo federal neste empreendimento. Por trás da defesa dos indígenas Selistre promovia a crítica ao governo Vargas, defendendo as posições do grupo ao qual se ligava.

A postura oposicionista durou até maio de 1944, quando os Bertaso se aproximam politicamente de Vargas pela nomeação de Serafim Bertaso para ser prefeito de Chapecó.<sup>248</sup>

Ainda no ano de 1941, após instalado o posto na cidade, os encaminhamentos foram detalhadamente acompanhados e descritos por Selistre no jornal. Ele noticiou que

---

<sup>245</sup> “Índios II” *A Voz de Chapecó*. 10 de fevereiro de 1941.

<sup>246</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*.

Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. p, 97, p. 98-99

<sup>247</sup> Sobre a chamada “Era Vargas” e o Estado Novo, cfe.: FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Fund. do Desenvolvimento. da Educação, 1995. SOLA, Lourdes: *O Golpe de 37 e o Estado Novo: Brasil em perspectiva*. Carlos Guilherme Mota Org. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>248</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. p, 97.

havia sido contratados dois trabalhadores, um deles Lindolfo Guimarães e o outro Demétrio Santos. Escreveu ainda que, no toldo principal já estava funcionando uma escola municipal, cujo professor era o Sr. Felício Belino. No posto já havia regular quantidade de ferramentas para os índios trabalharem na lavoura, sendo algumas delas para o uso nas construções das moradias dos empregados.<sup>249</sup>

O colunista destacou também algumas dificuldades que deveriam ser enfrentadas. Lembrou que mesmo com a abundante floresta de pinhais existente no local, havia problemas em se conseguir madeira para as construções. Isso ocorria porque segundo ele não havia serrarias na região.<sup>250</sup> Outra dificuldade lembrada por ele era a falta de estradas que ligassem o toldo à estrada geral. No entanto, segundo ele, era um trecho de 9 ou 10 quilômetros, em terreno suave e de pouca pedra, de modo que com relativa facilidade poderia ser construída a ligação.<sup>251</sup>

Ao mesmo tempo em que Selistre mostrava as fraquezas do serviço, ele procurava apontar alternativas para que o posto funcionasse. Assim, com relação à falta da estrada, ele sugeria:

Certamente que às vezes surgem imprevistos, como por exemplo, esse orçamento da estrada do Passo do Chapecosinho, na estrada geral, aos toldos Jacú e Banhado Grande, calculado a dois contos de réis por quilometro, num total de 15 Km.

Nossa opinião, que externamos com toda franqueza, é que essa despesa pode ser muito reduzida, fazendo a estrada de três metros de largura e não de quatro como está sendo projetada.<sup>252</sup>

Em setembro de 1941, Selistre começou dar demonstrações cada vez mais evidentes de que estaria decepcionado com relação ao órgão, cuja instalação ele defendeu. O tão sonhado posto já estava funcionando na cidade, no entanto, segundo ele a situação dos índios pouco teria melhorado.<sup>253</sup> Quanto a isso, o articulista, num primeiro momento se deteve em tecer elogios aos funcionários subalternos, direcionando suas críticas para os diretores do órgão. Dessa forma o colunista fez os seguintes comentários.

O Sr. Leodonio Quadros, nomeado encarregado, muito tem se esforçado, mas pouco tem conseguido.

Autorizado por seus superiores hierárquicos, iniciou os trabalhos para a construção de um galpão maior e dois menores, para sua moradia provisória e dos trabalhadores, abriu uma grande picada na mata, para comunicação com a estrada de rodagem que passa distante quinze quilômetros do

---

<sup>249</sup> “Índios III” *A Voz de Chapecó*. 03 de março de 1941.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> *Idem*.

<sup>252</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 20 de abril de 1941.

<sup>253</sup> “Índios” *A Voz de Chapecó*. 03 de setembro de 1941.

toldo banhado grande, ocupou diversos índios na extração, falquejamento e arrastamento de madeira, há diversos meses e o pagamento não foi feito.<sup>254</sup>

Selistre não poupou ataques ao governo federal. Um deles foi à falta de orçamento para pagar os trabalhadores do SPI, o que, segundo ele:

Até os ordenados dos ditos funcionários estavam atrasados até julho.  
Ignoramos se saiu ou não pagamento em Agosto.  
Saísse ou não, essa situação é intolerável.<sup>255</sup>

No início das críticas feitas ao SPI, o articulista não visou os funcionários, mas aos superiores da entidade bem como os diretores, que trabalhavam em posições mais privilegiadas dentro do órgão. Sendo assim, Selistre foi categórico ao afirmar:

Ministros, altos funcionários, com vencimentos fabulosos são pagos mensalmente.  
Não tem classificação esse retardamento em pagar aquilo que percebem humildes funcionários.  
Havia muito que escrever, mas por hoje paramos por aqui.<sup>256</sup>

Pelo jornal, ele procurava mostrar-se cada vez mais desapontado com o órgão governamental. Seu empenho na campanha para levar o SPI para Chapecó teria resultado, muito mais em problemas para os índios do que melhoras para suas condições de vida.

Depois dessas manifestações críticas em relação à conduta do governo federal em relação ao funcionamento do SPI, feitas todas no ano de 1942, como vimos no Capítulo 1, o jornal foi fechado pelo governo, voltando a funcionar somente em 1946, no chamado período de redemocratização. Então, o cenário político federal se recompunha, com a subida ao poder do general Eurico Gaspar Dutra. O grupo político partidário ao qual Selistre estava ligado mantinha uma relação de aliança com o governo federal. Bertaso e Vicente Cunha, por exemplo, ambos sócios fundadores do jornal *A Voz de Chapecó*, pertenciam às fileiras do Partido Social Democrático, o mesmo ao qual pertencia o presidente. Vicente Cunha em 1948 seria eleito prefeito do município, pelo PSD.<sup>257</sup>

---

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Sobre a política regional e estadual ver: HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000, p. 153, 180 e PIAZZA, Walter F., *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)*. Walter F. Piazza.

As críticas expressas por Selistre à atuação do SPI não desaparecem e, antes, se tornam ainda mais contundentes. Numa frase de efeito, em 1948, ele considerou que:

O Serviço de Proteção aos Índios, que há quase mais de 40 anos vem atuando no país, passou agora a ser Serviço de Perseguição aos Índios.<sup>258</sup>

Embora não tenham sido abandonadas as críticas em relação ao serviço, Selistre se dirigia ao governo federal com uma postura mais cuidadosa, antes cobrando que acusando. Em uma dessas manifestações, ele registrou que:

De novo manifestamos nosso desejo de que S.Ex<sup>a</sup>. o Sr. General Candido Mariano da Silva Rondon tome conhecimento e que o Eminentíssimo Presidente da República, o Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, não permita que o seu governo, honrado e digno, se inscreva na História Brasileira, com a mancha indelével de agressão aos nossos humildes índios, tantas vezes no passado explorados dos seus incontestáveis direitos.<sup>259</sup>

O articulista procurava, como já vimos e como este fragmento evidencia, construir uma imagem de um índio vitimizado e espoliado. A intenção dele era a de fazer com que o governo federal se responsabilizasse pelos índios que restaram no município de Chapecó. Dessa forma ele apelava para as autoridades do governo como o Marechal Rondon e Eurico Gaspar Dutra. Quando o governo não intervinha por meio de seus apelos, Selistre retribuía a indiferença das autoridades tecendo críticas aos mesmos que faziam parte da administração pública, nos níveis federais. Nas afirmações que fazia, o colunista sugeria que as autoridades não tinham alguns princípios e valores para estarem à frente da administração pública. Ele considerou que isso fosse resultado da ignorância e falta de honestidade por parte dos funcionários do governo. Neste sentido, em um de seus artigos, ele se posicionou da seguinte forma:

Mas, nas esferas governamentais deve haver autoridades justas e dominadas por espírito de humanidade.

Não acreditamos que a ignorância, a venalidade, a falta de critério, ou de bom senso, a ambição e má fé, seja a regra geral.<sup>260</sup>

No ano de 1948, sete anos após a instalação do posto do Serviço de Proteção ao

---

2 ed. Ver. E ampl. \_ Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994, p. 331-332.

<sup>258</sup> “O serviço de proteção aos índios passa a ser de perseguição aos índios”. *A Voz de Chapecó*. 24 de outubro de 1948.

<sup>259</sup> “SPI significa serviço de perseguição aos índios”. *A Voz de Chapecó*. 31 de outubro de 1948.

<sup>260</sup> “O serviço de proteção aos índios passa a ser de perseguição aos índios”. *A Voz de Chapecó*. 24 de outubro de 1948.

Índio no município de Chapecó, Selistre demonstrava-se completamente decepcionado com o órgão. Além disso, ele acusou o serviço de desrespeito a lei máxima do país, considerando que “a lei constitucional, a lei das leis, para o S.P.I. não existe”.<sup>261</sup> Ainda em dezembro de 1948, Selistre noticiou ter recebido, fazia poucos dias, a notícia do falecimento do índio Chripim Chaves. Segundo ele, esse índio era chefe do Toldo do Chapecosinho, no ano de 1923. Ao dar a notícia, o articulista aproveitou para acusar o SPI de negligência e de provocar desgraça dos índios, já que, segundo ele:

Além dessas duas mortes, de índio nossos conhecidos, temos notícia de haverem ocorridos outros óbitos, não só de homens, mas também de mulheres e crianças. Desnecessário é dizer: faleceram esses sem assistência médica.<sup>262</sup>

Além das mortes cuja causa era associada ao descomprometimento das autoridades governamentais, ele ainda afirmava que outros índios sofriam de problemas diversos, causados pela falta de assistência, o que na posição do articulista demonstrava que os posto do SPI não estava cumprindo com sua finalidade. Segundo o colunista, como resultado do descaso e falta de comprometimento do órgão, os Kaingang continuavam a sofrer perseguições, tendo que procurar trabalho fora do toldo.<sup>263</sup> Ainda as perseguições que estariam sofrendo, novamente o articulista recorreu as autoridades nacionais, dentre as quais apelou para a figura do Marechal Rondon. Ao fazer isso, Selistre acusava negligência também por parte deste que, segundo ele:

Enviamos nossas publicações anteriores a S. Excia. o Sr. General Candido Mariano da Silva Rondon, dirigidas a Secretaria do Ministério da Guerra, porém, queremos crer que não chegaram as mãos do respeitável general protetor dos índios, porque nenhuma providência foi tomada.<sup>264</sup>

Enquanto o colunista criticava o SPI, ele se colocava, juntamente com os demais redatores e donos do jornal *A Voz de Chapecó*, como os verdadeiros defensores dos interesses dos índios, atribuindo ao órgão toda e qualquer responsabilidade pelos problemas enfrentados pelos indígenas da cidade. Desta forma, Selistre apontava que cabia ao governo federal, e não ao município, cuidar dos índios, eximindo as autoridades locais – muitas delas pessoas com as quais mantinha estreitas relações pessoais e afinidades políticas - das obrigações pelo que ocorria com o povo kaingang

---

<sup>261</sup> “SPI significa serviço de perseguição aos índios”. *A Voz de Chapecó*. 31 de outubro de 1948.

<sup>262</sup> “Índios estão Morrendo”. *A Voz de Chapecó*. 19 de dezembro de 1948.

<sup>263</sup> “Índios desprotegidos”. *A Voz de Chapecó*. 13 de fevereiro de 1949.

residente na cidade. Ainda mais, ele retirava de seus correligionários a responsabilidade sobre os danos que suas ações – inclusive as relacionadas às atividades produtivas – causavam à população indígena. Basta lembrar que, como vimos no Capítulo 1, o coronel Bertaso era proprietário de uma companhia de colonização que envolvia a venda de terras, muitas delas ocupadas pelos índios. Seu filho, Serafim Bertaso também participava do processo, principalmente no comércio da madeira, dado que ele, em determinado período, era representante direto de uma empresa extratora.<sup>265</sup>

Com relação a alguns dos problemas enfrentados pelos índios, Selistre afirmou que o prefeito municipal, Vicente Cunha, sócio fundador do jornal e então prefeito de Chapecó no ano de 1949, recorreu aos superiores do funcionário para comunicar e exigir providências sobre as possíveis agressões que os índios estariam sofrendo. O colunista aproveitou a situação para dar destaque, em um de seus artigos, ao empenho do prefeito municipal em solucionar o problema dos índios. Em artigo, o colunista escreveu que:

Por esse motivo, o Sr. Vicente Cunha, Prefeito Municipal, atendendo as solicitações que lhe foram dirigidas, comunicou-se com o Sr. Dr. Roberto Donatini Dias da Cruz, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios do Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo levou os fatos ao conhecimento do Sr. Dr. Nereu Ramos, D.D. Vice-Presidente da República.<sup>266</sup>

Segundo Selistre, o empenho do prefeito teria resultado em respostas positivas do então Vice Presidente da República. Na ocasião, o articulista afirmou ter o chefe do executivo municipal recebido resposta da autoridade governamental, realçando que:

Logo em seguida [às solicitações feitas pelo prefeito municipal ao Vice Presidente da República] viu a resposta do Sr. Dr. Nereu Ramos, comunicando ter pedido providências ao Sr. Diretor do S.P.I. na cidade do Rio de Janeiro.

Agora, por Exa. o Sr. Vice-Presidente da República foi enviada ao Prefeito Municipal de Chapecó a contestação recebida do Sr. diretor do S.P.I.<sup>267</sup>

Selistre reforçava a ideia de que os donos da *Voz de Chapecó* eram os verdadeiros defensores dos índios, as autoridades do município faziam a sua parte, enquanto o SPI se tornava o principal responsável pelo desamparo dos índios da cidade. O articulista insistia nessa questão, publicando afirmações como a que, em artigo do

---

<sup>264</sup> “Índios desprotegidos”. *A Voz de Chapecó*. 13 de fevereiro de 1949.

<sup>265</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000, p. 130.

<sup>266</sup> “Ainda os índios”. *A Voz de Chapecó*. 20 de março de 1949.

<sup>267</sup> Idem

dia 7 de novembro de 1948, dizia que o SPI amparava a injustiça, enquanto os colonistas e proprietários do jornal continuavam protestando contra aquilo que eles consideravam má atuação do órgão.<sup>268</sup>

Respondendo também pelos demais donos do jornal, Selistre procurava pontuar quais eram as dificuldades pelas quais os índios do Chapecosinho estariam passando. Ao fazer isso, ele também se colocava como um dos que havia reclamado soluções para os índios do município, principalmente no que se referia à assistência médica. E segundo ele, isso teria feito da seguinte forma:

Não faz muito tempo subimos no alto de nossos tamancos e perguntamos a um ilustre diretor do S.P.I. se haveria possibilidade de prestar assistência médica aos índios.<sup>269</sup>

Outros problemas enfrentados pelos índios seriam causados pela falta de terra. O próprio Selistre evidenciou essa questão ao afirmar, em tom irônico, que os funcionários não tinham solução, mas que ele estaria propondo uma, gerada a partir da seguinte situação:

Ah, respondeu o ilustre funcionário do S.P.I. - "infelizmente a esse problema ainda não podemos dar solução"  
Terra nosso maravilhoso!...  
Terra? Não. Governos nossos maravilhosos!...<sup>270</sup>

Segundo Selistre, vários índios o procuravam ou recorriam ao jornal e à autoridades do município de Chapecó para reclamar do tratamento que estariam recebendo dos funcionários do SPI.<sup>271</sup> Ele chegou a chamar o funcionário responsável pelo Toldo Chapecosinho de troglodita, acrescentando:

Compreende-se ser inútil recorrer-se ao aludido funcionário, que mostrava não ser dotado dos requisitos indispensáveis ao desempenho de sua humanitária função.<sup>272</sup>

Após as denúncias feitas pelo prefeito municipal e por Selistre, contra as práticas abusivas do funcionário do SPI para com os índios do Toldo Chapecosinho, o encarregado foi enviado a Curitiba, onde ficava a sede da seção sul do Serviço de

---

<sup>268</sup> “Pobres Caingangs. O SPI diz sim e nos dizemos não”. *A voz de Chapecó*. 07 de novembro de 1948.

<sup>269</sup> “Índios estão Morrendo”. *A Voz de Chapecó*. 19 de dezembro de 1948.

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> “Ainda os índios”. *A Voz de Chapecó*. 20 de março de 1949.

<sup>272</sup> Idem.

Perseguição dos Índios.<sup>273</sup> Enquanto o funcionário fora dar explicações para seus superiores, Selistre ressaltou que “os índios descansaram, sentiram-se aliviados da opressão, e todo mundo esperava que o cidadão Wismar [o tal funcionário] não mais voltasse”.<sup>274</sup>

Contudo, o funcionário não permaneceu na cidade de Curitiba por muito tempo. Ao menos é o que se pode evidenciar nas palavras do colunista, que se demonstravam pouco amistosas ao fato de Wismar ter retornado para o município de Chapecó. Sobre essa questão, Selistre escreveu que:

A ilusão durou pouco, a decepção surpreendeu a uns e a outros, com o reaparecimento do espantalho dos índios de Chapecó.<sup>275</sup>

Nas críticas encaminhadas à atuação deste funcionário do SPI, se evidencia todo esforço de Selistre em desqualificar o órgão que, para ele, era cúmplice nos atos de violência cometidos contra os índios. Segundo o articulista, o serviço não estava respeitando os direitos dos índios e ao fazer isso se colocava na ilegalidade e compactuava com a impunidade.<sup>276</sup>

A partir de então, Selistre não mediu esforços para denunciar a relação de cumplicidade dos funcionários do serviço em casos de agressão contra os índios de Chapecó. Ao fazer isto, o colunista aproveitou para dizer que a situação dos índios não era levada em consideração por ninguém das grandes cidades, se colocando novamente como os únicos que se interessavam pela questão.<sup>277</sup>

Os ataques de Selistre ao SPI se tornaram ainda mais contundentes quando ele, pelas páginas do jornal, se posicionou em relação a uma disputa travada entre indígenas e um grande proprietário de terras e comerciante da região. Esta disputa foi mediada pelo SPI e no seu desenrolar estiveram presentes as tensões e embates entre grupos políticos locais.

### **3.3. SELISTRE E O CASO BERTHIER**

Como vimos, as referências às perseguições sofridas pelos índios do município

---

<sup>273</sup> “Serviço de PERSEGUIÇÃO aos índios. *A Voz de Chapecó*. 05 de junho de 1949.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> Idem.

de Chapecó, no final da década de 1940, serviam também para que fossem marcadas e defendidas posições político-partidárias. Foi neste sentido que Selistre que, como também já vimos, era simpatizante do PSD, escreveu um artigo falando do posicionamento de seus correligionários na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, criticando seus adversários. Para demonstrar as posições dos deputados, Selistre afirmou:

[...] publicamos em nossa edição passada um discurso do deputado Dr. Cid Loures Ribas, representante do P.S.D. e outro do deputado udenista, Dr. Valdemar Rupp. O deputado Ribas pugnava por providências a favor dos índios e o deputado Rupp negava o seu apoio, em nome dos seus correligionários, e a pedido do seu colega.

As disputas político partidárias em Chapecó e no Brasil como um todo, passaram a ser mais consistentes a partir do ano de 1945, ano que, segundo Piazza, é o “grande marco da ‘redemocratização’ do Brasil, porquanto é a primeira eleição direta em que participa o povo brasileiro, após o inverno ditatorial iniciado em 1937.”<sup>278</sup>

Com o fim do regime político conhecido como Estado Novo e a realização das eleições pelo voto, os partidos começaram a se organizar para disputar cargos públicos. Mesmo com o fim do governo de Getulio Vargas, as forças que o apoiavam criaram duas correntes: o PSD e o PTB. O Partido Social Democrático tinha predominantemente como representantes fazendeiros e proprietários rurais, como é o caso do Coronel Ernesto Bertaso.<sup>279</sup> Cabe aqui lembrar que os sócios fundadores do jornal Vicente Cunha, Ernesto Bertaso, seu filho Serafim Bertaso, o filho de Selistre Raul Jose de Campos e Olintho Zimmermann faziam todos parte do PSD, e tiveram grande participação na política municipal e estadual.<sup>280</sup>

Tanto quanto no cenário nacional, também no colégio eleitoral catarinense o PSD teve um desempenho bastante expressivo. O partido elegeu vários deputados federais e estaduais, senadores, e o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra.<sup>281</sup>

Essas conquistas do partido não foram somente nas eleições de 1945. Nos anos seguintes, a prefeitura de Chapecó foi administrada por membros do partido. Entretanto,

---

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> PIAZZA, Walter F., O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994). Walter F. Piazza. 2 ed. Ver. E ampl. \_ Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994. p. 331.

<sup>279</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000, p. 145.

<sup>280</sup> Idem, p.137.

<sup>281</sup> PIAZZA, Walter F., O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994). Walter F. Piazza. 2 ed. Ver. E ampl. \_ Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994. p. 333.

este predomínio não se fez sem embates e disputas entre o PSD e os demais partidos do município, como a UDN, PTB, PSP e PL.<sup>282</sup>

Nesse aspecto, assuntos referentes aos índios de Chapecó se tornaram elementos a partir dos quais se definiam os embates político partidários, não só no município, mas também em âmbito estadual. Referindo-se às violências praticadas pelo funcionário Wismar a que nos referimos há pouco, Selistre aproveitou para enaltecer seu colega de partido, Cid Loures Ribas, considerando:

A propósito desse episódio [que envolveu o funcionário Wismar] a bancada trabalhista, na Assembléia Legislativa Catarinense, por um de seus deputados elaborou a seguinte declaração: Votamos a favor do requerimento do senhor deputado Cid Ribas, em vista da denúncia formulada pelo Senhor Prefeito Municipal de Chapecó, em que narra a violência praticada pelo encarregado do Serviço de Proteção aos Índios contra os aborígenes localizados naquela região. A medida pleiteada pelo nobre deputado Cid Ribas, a nosso ver é justa e certamente virá por fim as perseguições que estão sendo vítimas os pobres silvícolas. Sala de Sessões, 24.5.1949.<sup>283</sup>

Além de ter repercussão na política estadual, o caso dos índios do município de Chapecó, da forma como estava sendo publicada pelo jornal *A Voz de Chapecó*, fez com que a questão fosse levada à imprensa carioca. Esse acontecimento foi comentado pelo próprio Selistre, que dizia:

Sabemos de fonte segura, que há dias atrás, foi passado, desta cidade, a diversos jornais da Cidade do Rio de Janeiro, o seguinte telegrama:  
Chapecó, 28  
Comunico a esse conceituado jornal da imprensa brasileira que o semanário local, *A Voz de Chapecó*, está publicando artigos, nos quais afirma que S.P.I. significa Serviço de Perseguição aos Índios de Chapecosinho. Existem neste município toldos de índios da antiga tribo Coroados ou Caingangs desde tempos imemoriais em terras que lhes foram reservadas, no ano de 1902, pelo Governo Paranaense, ao tempo de sua jurisdição nesta zona, donde um cidadão pretende desalojá-los, sem ter direito, pleiteando o dito cidadão que o Governo Catarinense lhe forneça título de propriedade sobre uma área de oitenta e dois milhões de metros quadrados. O S.P.I. concordou com essa pretensão destituída de fundamento jurídico. - peço publicar. - atenciosas saudações. (omitimos assinatura)<sup>284</sup>

Quem levantou essa questão, fazendo com que ela chegasse até a imprensa do Rio de Janeiro, possivelmente tinha os mesmos interesses de Selistre. A carta ao mesmo tempo criticava o SPI e apontava as perseguições sofridas pelos índios do Chapecosinho, cujo problema era ainda mais grave, pois estavam ameaçados de ser retirados de suas terras, que eram demandadas por Alberto Berthier de Almeida. O

---

<sup>282</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. p. 137.

<sup>283</sup> “O caso dos índios”. *A Voz de Chapecó*. 03 de julho de 1949.

coronel Berthier, como era chamado, natural de Passo Fundo (RS), era proprietário de uma vasta área de terras na região de Chapecó, da qual extraía erva-mate e madeira.<sup>285</sup> Essa disputa judicial, portanto, envolvia terras que eram demandadas por indígenas e por um poderoso personagem da região. As terras, segundo Selistre registrou no jornal, teriam sido reservadas pelo governo do Paraná, em 1902 - quando a região se encontrava sob sua jurisdição - para habitação, uso e gozo dos índios coroados, que ali se achavam localizados desde muito tempo. Era uma ampla área, localizada no ângulo formado pelos rios Chapecó e Chapecosinho. Segundo o articulista, 20 anos depois, as terras passaram a ser reivindicadas por Alberto Berthier, que alegava ter obtido de caboclos desconhecidos uma procuração em causa própria, requerendo medição das terras quando as mesmas já tinham passado para jurisdição catarinense.<sup>286</sup>

O colunista procurou dar detalhes da situação legal dos direitos de Berthier sobre as terras pretendidas. No jornal, ele dizia que o comerciante procurava fundamentar o suposto direito dos caboclos que lhe assinaram a transferência das terras, em uma escritura de hipoteca feita em Guarapuava no ano de 1859, a um caboclo chamado Joaquim Jose Gonçalves. No entanto, segundo Selistre, esta escritura não tinha valor, porque nunca fora reconhecida por Joaquim e as terras jamais foram demandadas legalmente pelo mesmo.<sup>287</sup> Ainda segundo o articulista, não existia o registro exigido pelo regulamento de 1854 referente às terras nacionais, e as mesmas nunca foram inventariadas, nunca foi pago imposto de transmissão de propriedade. De acordo com Selistre, situações como esta eram comuns.<sup>288</sup>

Por haver uma série de ilegalidades, algumas já citadas por Selistre, no ano de 1927, o procurador geral do estado, Américo Nunes, achou por bem que a medição não deveria ser aprovada. No entanto, por despacho do governador, ficou aprovada a medição.

Segundo o colunista, mesmo tendo sido aprovada a medição da área, Berthier não solicitou o título de posse, talvez porque as terras fossem de pouco valor e a indústria da madeira estivesse em crise.<sup>289</sup> Alguns anos depois, como informou, o panorama havia se modificado e uma colônia de 10 alqueires que valia 2.000 cruzeiros

---

<sup>284</sup> “O caso dos índios” *A Voz de Chapecó*. 07 de novembro de 1948.

<sup>285</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000, p. 93.

<sup>286</sup> “O serviço de proteção aos índios passa a ser de perseguição aos índios”. *A voz de Chapecó*. 24 de outubro de 1948.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Idem.

por volta do início da década de 1930 passara a custar 15.000 cruzeiros na segunda metade da década de 1940. Quanto à madeira existente nas terras, um pinheiro, que se comprava por três ou quatro cruzeiros, em menos que 15 anos passou a valer cerca de 80.<sup>290</sup> Selistre, assim, considerou que a mudança de atitude de Berthier estava relacionada com as novas configurações econômicas surgidas para a região de Chapecó no final da década de 1930 e início da década de 1940. Nesse sentido, lembrou que:

Dai justifica-se o esforço do Sr. Berthier em obter o título de propriedade do qual por muito tempo desinteressou-se, e afinal conseguiu afastar todos os obstáculos, inclusive as objeções que o S.P.I. fazia por intermédio dos antigos diretores, Coronel Cunha Vasconcelos, Dr. João Maria de Paula, e funcionário do S.P.I. Paulino de Almeida, e sempre reiteradamente ofereceram.<sup>291</sup>

Ao propor esta explicação, Selistre procurava caracterizar como ilegítima a intenção de Berthier às terras, relacionando-a ao oportunismo financeiro. Pode ser que Berthier sempre estivesse interessado na aquisição das terras, e a medição que deveria ter sido efetuada no ano de 1927, pode ter demorado, ocorrendo somente anos mais tarde. Sendo assim, no início da década de 1930, o coronel Berthier retomou a questão pela via judicial no sentido de ter a posse legal das terras até então pertencentes aos índios que viviam em quatro toldos situados entre os rios Chapecó e Chapecosinho. Mas pode ser que Selistre tivesse de fato razão e que o interesse tivesse se recomposto em razão da valorização das terras e da madeira nelas existente.

Segundo as considerações do articulista, as primeiras investidas de Berthier de forma mais consistente se deram no ano de 1933, ano em que um engenheiro enviado pelo Ministério do Trabalho foi a Chapecó para fazer as medições das terras requisitadas pelo comerciante gaúcho.<sup>292</sup>

Na ocasião foi realizada uma audiência em Xanxerê, na época distrito de Chapecó, para decidir como deveriam ser feitas as medidas e onde ficariam as divisas das terras que seriam repartidas. Na ocasião se encontravam em reunião 25 índios, o engenheiro Dinis, responsável pela medição da área, o requerente Alberto Berthier, Epaminondas Ribas, Euclides Melo, Antonio Rebolho, Fidencio de Melo dentre outros. Na audiência ficou decidido como se daria a medição e onde seriam as novas divisas. No entanto, com o acordo firmado entre os presentes, os índios, representados pelo

---

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Idem.

cacique Crispim Chaves, se comprometeram a realizar a mudança dos toldos, que ficariam em território requerido por Berthier.<sup>293</sup> As partes acertaram que a mudança seria feita no ano seguinte. Apesar disso, como contou Selistre, faltando cerca de 10 dias para o fim do prazo estipulado para a mudança, alguns índios foram até a sede do município de Chapecó para conversar com o juiz de direito. Embora não seja certo, não é impossível que tivesse sido ele próprio o juiz a que ele se refere no artigo em que narra o ocorrido. Segundo registrou, na ocasião os índios perguntaram se eram mesmo obrigados a se mudar, já que a maioria não era de acordo com a transferência, exceto aqueles que se encontravam na audiência. Os dois índios explicaram para o juiz que eles tinham em suas terras pequenas plantações, moradias, arvoredos, pastagens, suas criações e alguns ervais de onde retiravam seus sustentos.<sup>294</sup> Ouvindo o que os dois índios tinham a dizer, o juiz, segundo Selistre, determinou que eles não eram obrigados a se mudar das terras onde residiam.

Tendo os dois índios regressados aos toldos, fizeram assembleia com o grupo e depuseram as suas autoridades, aclamando outras. No entanto, um dos dois índios, que foi falar com o juiz de direito, chamado João Albino, teria sido assassinado algum tempo depois.<sup>295</sup>

Essa questão que envolvia Berthier foi uma das que mais levou Selistre a criticar o SPI. O assunto parecia enfurecer o articulista que tratava da questão de forma incisiva. Isso ficava evidente nos artigos que escrevia sobre o assunto, e de modo especial em um publicado em outubro de 1948 quando ele dizia que:

Agora o S.P.I. manda entregar as terras os Sr. Berthier.  
São 82.000.000 de metros quadrados, representando um valor de mais de 10 milhões de cruzeiros, pelo grande pinhal que nas mesmas terras existe.  
O S.P.I. manda índios se mudarem para outras terras, o próprio S.P.I. vai mudar o posto, benfeitorias, casas e escolas que lá construiu.  
É necessário possuir-se uma calma de santo para escrever-se sobre o assunto com serenidade.<sup>296</sup>

A questão da retirada dos índios das terras onde residiam fez com que Selistre se dirigisse ao Presidente da República para manifestar sua insatisfação com o trabalho do governo e, indiretamente demonstrar desagrado com as atividades do SPI. Dirigindo-se

---

<sup>292</sup> “Índios V”. *A Voz de Chapecó*. 20 de março de 1941.

<sup>293</sup> *Idem*.

<sup>294</sup> *Idem*.

<sup>295</sup> *Idem*.

<sup>296</sup> “O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de perseguição aos índios”. *A Voz de Chapecó*. 24 de outubro de 1948.

à autoridade maior do país, ele escreveu:

Da humildade dos recantos destes sertões, com o devido respeito, levamos este brado de alarma a S. Exa. o Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Eminentíssimo Presidente da República.

A consumação da empreitada em marcha constituirá em mancha indelével na história de qualquer governo digno e honrado, como vem sendo o de S. Exa., para honra e glória do renome brasileiro.

Não tenha S.Exa. dúvida alguma e este respeito. <sup>297</sup>

Muitas foram as vezes que Selistre se mostrava indignado com o que acontecia aos índios do município de Chapecó, principalmente com referência à atuação do SPI no ‘caso Berthier’. Foram incessantes os ataques promovidos pelo articulista aos diretores do órgão, e ele o fazia utilizando-se das mais variadas estratégias, mobilizando seus conhecimentos jurídicos e legais. Pode-se constatar isso em um de seus artigos que dizia:

Apesar dessa ausência de direito, mau grado não haver sombra de fundamento para a pretensão do requerente, inobstante não existir papel, escritura, documento, certidão, recibo ou hipótese de base contra o direito dos índios, o consultor jurídico, Dr., ou não Dr. Cildo Meireles, em parecer incrível opina que o S.P.I. deve fazer os humildes silvícolas se mudarem do lugar que ocupam a justo título, desde tempos imemoriais, e transferir o posto, chamado até ontem de proteção aos índios, com suas casas, escolas, armazéns e outras benfeitorias, para outro ponto, afim de favorecer o pretendente sem direito. E o diretor do S.P.I. concorda com esse absurdo. <sup>298</sup>

Para continuar com sua campanha contra o SPI e contra as pretensões de Berthier, Selistre fez uso até da Constituição Federal. Ao mesmo tempo em que se colocava na defesa dos índios, atacava o órgão governamental, dizendo que:

A Constituição Federal de 16 de Julho de 1945, dizia: - será respeitada a posse de terra dos silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas (art. 154).

A C.F. de 18 de Setembro de 1946 estabelece: - será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem (art. 216) <sup>299</sup>

Com referência à questão das terras em disputa pelos índios e por Berthier, Selistre comentou no jornal que fora emitido um parecer por Cildo Meireles, funcionário do SPI de Curitiba. No parecer Meireles passava o caso da disputa territorial para o Governo Catarinense, solicitando a aprovação da medição feita pelo engenheiro Dinis Carneiro, realizada ainda no ano de 1934. No mesmo parecer Meireles pediu ao

---

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> “SPI significa Serviço de Perseguição aos Índios”. *A Voz de Chapecó*. 31 de outubro de 1948.

governo catarinense para que fosse expedido o título de propriedade ao Sr. Berthier, sendo que, com isso, deveria ser realizada a transferência da sede do posto do SPI das terras compreendidas na posse e propriedade de Berthier.<sup>300</sup>

No parecer acima referido estariam compreendidas as competências do SPI. No entanto, o mesmo parecer determinava que Berthier não podia molestar os índios que seriam transferidos. Se caso os índios não quisessem sair, Berthier deveria aguardar a permanência dos mesmos nas terras até que o serviço os convencesse a fazer a mudança. Berthier deveria concordar com a permanência das casas e demais construções do SPI até que os funcionários do órgão pudessem realizar a mudança. O requerente das terras deveria ainda se comprometer em arcar com os gastos da transferência do posto das suas terras para a nova localidade. No parecer continha ainda uma cláusula que dava a Berthier direito amplo sobre as terras, sem qualquer entrave do governo, e com possibilidade de implementar na área qualquer espécie de indústria.<sup>301</sup>

Após o parecer de Meireles, o advogado de Berthier, no dia 6 de Agosto de 1948, em Curitiba, entrou com uma petição com a qual acatava o parecer.<sup>302</sup>

A partir deste parecer, foi feito um acordo entre o governo catarinense e o SPI, definindo que o governo de Santa Catarina poderia vender as terras dos índios do Chapecosinho. Este acordo pareceu enraivecer Selistre, que expressava sua indignação muitas vezes de maneira irônica.<sup>303</sup> Para ele, o acordo revelava uma

coisa assombrosa - o S.P.I. passa, de adversário até 5 de Agosto último, a ser hoje aliado do Sr. Berthier, contra os pobres índios Caingangs de Chapecó, para conseguir que o Estado de Santa Catarina abra mão de uma parcela valiosa do seu patrimônio, em favor do Sr. Berthier, e a este dê título de propriedade.<sup>304</sup>

Selistre novamente utilizou-se da disputa de terras entre os índios de Chapecó e Berthier para promover seus correligionários. Mencionando os trabalhos da Assembleia Legislativa, o articulista noticiou que o deputado Cid Loures Ribas, do P.S.D. havia ocupado a tribuna da Câmara para levar ao conhecimento da Casa um ato de violência cometida contra os índios chapecoenses por Alberto Berthier.

---

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> “Pobres Caingangs. O SPI diz sim e nos dizemos não”. *A Voz de Chapecó*. 07 de novembro de 1948.

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> idem.

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Idem.

Os ataques que Selistre fazia a Berthier tinham como motivação central a defesa das terras e dos interesses dos indígenas que estavam fixados na área que fora destinada ao coronel. Entretanto, tais ataques também estavam relacionados a disputas político-partidárias que existiam deste período anterior. Em 1932, Berthier fora nomeado prefeito de Chapecó. Nesse período, Vargas havia se aliado aos coronéis que não faziam parte da máquina política predominante no governo anterior. Berthier fazia parte deste grupo que ascendeu localmente no governo Vargas. Ele permaneceu frente à prefeitura até o ano de 1934.<sup>305</sup>

No ano de 1936, Berthier e Selistre tiveram um embate muito forte por uma questão política local. Em abril daquele ano, ocorreram eleições municipais, sendo que Berthier logrou êxito no pleito, se tornando o prefeito eleito do município de Chapecó pelo Partido Liberal. Ocorreu que na época, por estar viajando, Berthier teria perdido o prazo para tomar posse, que seriam de 30 dias após a realização das eleições. Selistre, como já vimos no capítulo 1, era Juiz de Direito da Comarca de Chapecó e, no uso dos poderes a ele conferidos como magistrado, impediu a posse do prefeito eleito. Ele também reuniu a Câmara de Vereadores do município para tornar prefeito o presidente da casa, Pedro da Silva Maciel, também do PL.<sup>306</sup>

Assim, os embates em torno da questão das terras reivindicadas por Berthier não ocorreram somente nas páginas dos jornais ou no âmbito judicial. Eles foram levados também para a Assembléia Legislativa, cuja maioria era formada por deputados do PSD, que tinha 22 representantes na casa.<sup>307</sup> A propósito da disputa, o deputado Cid Loures Ribas, correligionário de Selistre, se posicionou emitindo um comunicado ao ministro da Guerra:

*Exmo.SR. General Ministro da Guerra, - RIO.*

*Esta Assembléia tomando conhecimento através das palavras do deputado representante do Município de Chapecó, temos acordo firmado entre S.P.I. Curitiba e advogado de Alberto Berthier de Almeida, onde este aparece como proprietário e posseiro das terras que desde os tempos imemoriais e ainda hoje são ocupadas pelos índios Coroados, apela vossência sentido não permitir se efetive medidas constantes aludido acordo por serem ilegais, injustas e contrarias aos aborígenes ali radicados.*

*Atenciosas saudações*

*Sr. inspetor regional Serviço de Proteção os Índios - Curitiba.*

---

<sup>305</sup> HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Mônica Hass. – Chapecó: Argos, 2000. p, 94.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> PIAZZA, Walter F., *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)*. Walter F. Piazza. 2 ed. Ver. E ampl. \_ Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994. p, 333.

*Levo conhecimento V.S. esta Assembléa fez consignar ata trabalhos hoje voto protesto formulado pelo deputado Cid Ribas, representante do Município de Chapecó, face termos acordo feito entre S.P.I. e advogado Alberto Berthier de Almeida, que aberra todos os princípios de direito, advertindo que efetivação acordo continuara verdadeiro esbulho, prejuízo, ilegalidade e injustiças praticadas contra os índios localizados no Chapecosinho. Saudações.*<sup>308</sup>

Referindo-se à nota feita por Ribas na Assembleia Legislativa Catarinense, bem como à indicação para telegrafar ao Ministro da Guerra, Selistre aproveitou para se posicionar, bem como posicionar seus colegas de partido na questão da disputa territorial. Referindo-se a estes, ele registrou: “vê-se assim que não somos os únicos a erguer nossa voz em defesa dos humildes índios de Chapecó”.<sup>309</sup>

Nas esferas de poder municipal a questão índios versus Berthier também serviu para promoção no cenário político, com favorecimento dos correligionários do PSD. Selistre aproveitou a ocasião para prestigiar os trabalhos dos vereadores do seu partido, transcrevendo em um de seus artigos um trecho do discurso do vereador e representante pessedista João Balista Zecca, que se manifestou em reunião da Câmara Municipal de sobre a questão da disputa da seguinte forma:

Tenho a honra de apresentar a essa respectiva câmara a presente indicação e requeiro, Sr. Presidente, que seja consultada a casa se está de acordo ou não que se telegrafe ao exmo. Sr. Dr. Governador do Estado em exercício, reafirmando o aplauso e solidariedade desta câmara ao Patriótico Governo Catarinense, pela maneira esclarecida, cautelosa, humanitária e justa como se tem conduzido no estudo deste aludido problema, administrativo, econômico e jurídico, com a firme convicção, que a todos nós nos inspira, que a solução final será pela salvaguarda do direito, da lei e dos altos interesses do município, do estado e da pátria.

Requeiro, outrossim, que seja a presente indicação transcrita em ata, ao mesmo tempo, com aplausos ao aludido deputado Cid Loures Ribas, pela sua atenção destemerosa, competente, patriótico na defesa do direito e do justo, contra o erro e a injustiça, se telegrafando também ao dito Sr. Deputado e ao Exmo Sr. Dr. Presidente da Assembléa Estadual do Estado.<sup>310</sup>

Nos artigos que escrevia, Selistre procurava destacar a validade das providências encaminhadas pelos membros do PSD, e fazia questão de reafirmar que a intervenção de seus colegas de partido era bem sucedida. Suas expectativas e seu entusiasmo quanto ao trabalho dos membros do PSD ficava evidente em trechos de artigos como o que segue, no qual o articulista dizia que:

Como em a ocasião noticiamos, o Sr. Dr. Cid Loures Ribas, Deputado a Assembléa Legislativa do Estado, formulou em sessão um protesto contra o acordo realizado pelo Sr. A.B.A. com o S.P.I., para despojar os índios das terras que lhes eram reservadas, requerendo fosse telegrafada aos Srs., General Ministro da Guerra e ao Diretor do S.P.I. e assim foi feito.

<sup>308</sup> Defesa dos índios de Chapecó. *A Voz de Chapecó*. 14 de novembro de 1948.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Idem.

As aludidas autoridades deram à devida atenção ao assunto, o qual está sendo investigado para final solução consertânea com o direito e a lei, como se deseja e se espera.<sup>311</sup>

A disputa entre Berthier e os índios do Chapecosinho, terminou em fevereiro de 1949. Jose Agostineli, advogado de Berthier esteve no município de Chapecó na tentativa de se apropriar da gleba de 82.000.000 de metros quadrados de terras reservadas aos índios. Em conversa com o seu amigo Arthur Argeu Lajus, disse que o governo catarinense havia expedido o título de propriedade da terra a favor de Berthier.<sup>312</sup> No entanto Selistre colocava em dúvida a informação, considerando que:

O Governo Catarinense foi alertado para não decidir a aludida questão, como é de seu dever e de repetida praxe, sem o prévio parecer de um jurista idôneo.

Esta expressão tem um tanto de pleonástica, porque se presume que todo jurista é idôneo, pois se não for idôneo, também não será jurista.

Diremos, portanto, não acreditar que o aludido título tenha sido expedido, porque, para parodiar velha frase das letras históricas: - ainda temos governo em Santa Catarina.<sup>313</sup>

Alguns meses depois, entretanto, ele reconheceu que a vitória de Berthier era um fato consumado. Sendo assim, nos termos do acordo firmado, os índios que ocupam os Toldos de Jacu e Banhado Grande, deveriam ser transferidos para uma área limítrofe às terras que agora eram de Berthier.<sup>314</sup> A notícia da transferência da posse das terras indígenas pareceu causar um acesso de fúria em Selistre, que demonstrou isso da seguinte forma:

Não queremos acreditar na veracidade da informação [referente ao acordo que daria posse das terras a Berthier], pois essa encarna tanto absurdo que vai além das raias do bom senso, porém a consignamos porque as vezes ocorrem tais coisas, que ultrapassam o limite da mais fértil imaginação

A tragédia do índio, que começou com a entrada dos primeiros colonos portugueses no século XV continua ainda.<sup>315</sup>

No jornal não consta informações acerca da retirada dos índios das terras dos toldos Jacu e Banhado Grande. Uma narrativa publicada por D'Angelis, no entanto, nos permite saber como ela ocorreu, a partir de um relato de Vicente Fókê, um indígena nascido no toldo Imbu que provavelmente presenciou a remoção dos índios do local. Sobre o ocorrido, D'Angelis registrou que a retirada iniciou numa manhã de inverno de

---

<sup>311</sup> “Ainda os índios”. *A Voz de Chapecó*. 20 de março de 1949.

<sup>312</sup> “Índios desprotegidos”. *A Voz de Chapecó*. 13 de fevereiro de 1949.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> “O caso dos índios”. *A Voz de Chapecó*. 03 de julho de 1949.

<sup>315</sup> Idem.

1949 e que dela participou o funcionário Wismar da Costa Lima, que anteriormente já havia sido qualificado por Selistre como o “espantalho” dos índios. Os kaingang, segundo D’Angelis, foram removidos dos toldos Imbu e Banhado grande, local onde tinham seus carijos e soque de erva-mate, da seguinte forma:<sup>316</sup>

Encontrando um bom número de famílias indígenas ali arranchadas, Wismar deu dinheiro a algumas crianças para comprarem “caramelos” no comércio próximo e reuniu, então, todos os índios para uma “conversa”. Segundo testemunhas deste encontro, o então encarregado do SPI no Posto Chapecó disse aos kaingang que havia ordens do Governo Federal para que os índios fossem transferidos todos à sede do posto, nas aldeias do Jacu e Banhado Grande. Segundo algumas pessoas, Wismar os teria enganado falando de uma transferência temporária, para executarem o serviço. Segundo outras, o funcionário já revelava aos kaingang que a terra do imbu ia ser entregue pelo governo a pessoas com direitos mais antigos sobre elas.<sup>317</sup>

O próprio encarregado do SPI, Wismar, teria preparado a retirada dos índios das terras do Imbu, que estava na área das transferidas a Berthier. Na ocasião, segundo D’Angelis, Fókâe lembra que:

Entre incrédulos e assustados, os kaingang viram passar o dia seguinte para, na manhã chuvosa do segundo dia, serem surpreendidos pelo aparecimento do funcionário Wismar Lima com dois caminhões fretados. Rapidamente foram obrigados a reunir suas coisas e colocar nos caminhões. Apavorados percebiam que perderiam suas roças e suas criações, desde muares, porcos, galinhas e até caixas de abelha.<sup>318</sup>

Após a retirada dos indígenas, o jornal fez algumas referências à área que passou a pertencer a Berthier. Em 1951, segundo o jornal, as matas onde ficavam as terras do coronel começaram a ser exploradas, principalmente através da retirada da madeira, abundante na região.<sup>319</sup> Segundo o jornal, os índios que passaram a viver nas terras do Chapecosinho estariam reconstruindo suas lavouras como plantio de trigo, respondendo à campanha do governo de incentivo ao plantio do cereal, visto que na época era uma necessidade nacional.<sup>320</sup> Desta forma, os índios deram seqüência a suas atividades, mesmo com várias dificuldades seguiram residindo nas margens do Rio Chapecosinho.

O que trouxemos neste capítulo permite perceber que a atuação de Selistre em defesa dos índios envolvia questões político-partidárias. Acredito que ele tivesse de fato

---

<sup>316</sup> D’ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. Toldo Imbu. Série Documento/ CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 43.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem, p. 44.

<sup>319</sup> “Índios de Chapecó”. *A Voz de Chapecó*. 24 de junho de 1951.

<sup>320</sup> “Índios Plantando Trigo”. *A Voz de Chapecó*. 14 de setembro de 1952.

empenhado em defender os interesses dos indígenas na disputa que travaram em torno das terras dos toldos Jacu e Banhado Grande e em outras questões referidas, como a promoção da saúde, a defesa dos interesses em negócios realizados, entre outras. Entretanto, torna-se evidente que a defesa dos índios era também uma oportunidade para prestigiar o grupo político-partidário ao qual se aliava. Além do mais, a responsabilidade dos problemas enfrentados pelos indígenas e a obrigação de solucioná-los eram desviadas para fora do município, imputadas a autoridades federais.

## Considerações finais

Os indígenas de Santa Catarina, e mais especificamente aqueles que vivem na região do município de Chapecó definiam o tema de interesse no início deste trabalho.

Na região de Chapecó, existiram e continuam existindo, vários grupos de índios, sendo que os mais encontrados são os Kaingang. Desde minha infância, muito ouvi falar sobre a presença de índios nas terras do oeste do estado de Santa Catarina. Ouvi várias histórias sobre a presença destes povos que habitavam a região no período que se da a comercialização das terras pelo processo de colonização. Como essas questões fizeram parte da minha vida, por ser um assunto muito comentado pelas pessoas de mais idade que conviviam comigo, sempre tive interesse em conhecer melhor como esses grupos humanos se organizavam, e principalmente como foram os primeiros contatos com os grupos colonizadores. Por meio da pesquisa de mestrado, percebi uma oportuna chance de historicizar esse assunto que me é interessante.

Outro aspecto que sempre me chamou muito a atenção, era a relação estabelecida entre colonizadores e indígenas que viviam na região, é algo que, para mim, desperta muito interesse e curiosidade, dado que fez parte de um período relativamente recente, deixando marcas reais e simbólicas que ainda podem ser sentidas nas relações entre as pessoas da região. Esse elemento da pesquisa me entusiasmou devido à proximidade com realidades ainda presentes na localidade. Filhos e netos de personagens do período da pesquisa ainda vivem. O assunto é sempre muito discutido no meio acadêmico local, e também nas conversas das pessoas mais antigas do lugar. Desta forma, esta dissertação pretende contribuir com novos elementos nas discussões já realizadas sobre o assunto, podendo auxiliar nas futuras produções acadêmicas.

No processo de ajustar o tema às fontes disponíveis, a proposta temática foi reajustada e definida como estudo das concepções e posturas de Selistre frente à questão indígena. Duas questões estimulavam: a importância e o destaque que é dado a Selistre. A sociedade de Chapecó vem procurando cultuar a memória deste personagem da história local. Fazem isso por meio de estudos históricos realizados sobre ele e outros sobre a cidade que de alguma forma o consideram, mas principalmente através de monumentos e construções na cidade que levam seu nome, como é o caso do museu da cidade que tem o nome de Selistre. Outra questão que nos chamou a atenção foram os escritos dele no jornal *A Voz de Chapecó*, que, por sinal, tratavam de índios. Desta

forma, percebemos a possibilidade de “juntar” índios e Selistre a partir dos escritos dele no jornal.

A ideia original era ver como os índios apareciam em sessões diversas do jornal. Primeira surpresa; eles não apareciam, só apareciam quando referidos por Selistre.

Passamos então a investigar mais detalhadamente o jornal, e por consequência a vida de cada um dos proprietários e sócios fundadores do periódico, incluindo o próprio Selistre. Através dessas leituras percebemos que o jornal, assim como demonstramos no capítulo 1, havia sido criado com o objetivo de divulgar visões de mundo e defender interesses do grupo que o fundou, como fazer propaganda da indústria e comércio de pessoas que eram sócias do periódico, dar *status* e visibilidade aos donos do jornal, bem como seus familiares, criar e difundir valores que eles consideravam necessários para a sociedade, e também, procuravam se impor em questões políticas e jurídicas na tentativa de consolidar seus projetos.

Com referência às questões políticas, o grupo que era proprietário do jornal tinha um forte vínculo político-partidário, e também se unia por meio de suas funções, fossem elas públicas ou privadas, já que dividiam cargos públicos ou atuavam no mesmo setor do comércio ou da prestação de serviços local. Nesse sentido, por meio do jornal, eram difundidos os ideais que este grupo projetava para a cidade de Chapecó, ganhando destaque assuntos referentes ao progresso da região, ao comportamento das pessoas que residiam na cidade e a interesses pessoais que tinham a ver com os negócios desenvolvidos por cada membro associado ao periódico. Entre todos esses projetos que eram mencionados nos escritos do jornal, os índios não apareciam porque havia um ideal de progresso para a cidade que não os incluía.

O fato de somente Selistre escrever sobre os indígenas, nos leva a considerar que os índios eram “vistos” como população separada da cidade de Chapecó, que tinha como principal ideal dos seus fundadores o progresso gerado pelo trabalho, pela ordem e pela civilidade, elementos que não eram compatíveis com o comportamento cultural dos índios.

Quando os indígenas são contemplados nos escritos de Selistre, como procuramos explicitar no capítulo 2, eles eram representados como um povo que fora espoliado desde a descoberta das Américas. Selistre procurou construir uma imagem de índio vítima de vários tipos de violência, principalmente, segundo ele, causadas pela ausência do Poder Público responsável, representado na época pelo SPI. Constatamos

desta forma, que os indígenas são objeto de Selistre principalmente porque este requer a intervenção do Estado.

Fica evidente, como destacamos no capítulo 3, que o colunista estava fazendo o possível para que o SPI se instalasse no município e se responsabilizasse pelos índios. Quando fora cogitada a possibilidade da instalação de um posto do serviço no município, ele procurou criar um bom relacionamento como os funcionários do órgão, demonstrando seu entusiasmo pela presença de um aparelho federal na recém nascida cidade. Surgidos alguns conflitos sobre posse de terras da região que envolvia os índios e um fazendeiro, Selistre passa a atacar o SPI, culpando-o por aquilo que ele chamou de “tragédia do índio”. Esse posicionamento do colunista pareceu acobertar algumas questões locais que envolviam seus sócios e amigos. Em nenhum dos artigos de Selistre, em que ele se refere aos índios, há cobranças sobre o poder público municipal para que tome alguma providência no sentido de auxiliar os indígenas. Além do que, às vezes que ele envolveu essas pessoas próximas a ele, procurou enfatizar que elas estavam fazendo o possível para solucionar as dificuldades enfrentadas pelos índios.

Não questionamos as reais intenções de Selistre em ajudar os índios que viviam em Chapecó no período das décadas de 1930 e 1940, entretanto, seus escritos não estiveram isentos de outras inserções que diziam respeito à política, aos ideais de seu grupo e mesmo de questões pessoais. Notamos que nos escritos dele, houve momentos em que o assunto dos índios era usado para defender a atuação e os interesses de seu partido e dos correligionários dele. Percebemos ainda, que uma das figuras mais importantes na colonização da região, no qual era seu amigo e sócio, não havia, em momento algum, seja direta ou indiretamente, mencionado por fazer parte do processo que levou a desocupação de uma extensa área de terra onde tradicionalmente os índios residiam, e por conta deste fenômeno ter sido responsável por uma parcela das dificuldades que os índios estavam passando.

Na segunda metade da década de 1940, a partir das disputas dos índios e de Berthier, Selistre pareceu aproveitar para fazer todas as críticas possíveis aos governos. Ao fazer isso, ele parecia responsabilizar ainda mais as esferas estadual e federal por aquilo que ele mesmo chamava e salientava como ‘tragédia do índio’. Terminado a disputa, os índios foram mencionados por Selistre apenas em mais três artigos. Nos exemplares do jornal que encontramos, o colunista parou de escrever sobre os índios ainda no ano de 1951. Desse período em diante ele se dedicou muito mais a temas relacionados à política, à legislação, às questões sociais, às relações internacionais,

dentre outros, que já faziam parte de seu *menu* temático desde o lançamento do periódico em 1939.

Por fim, esperamos que este estudo contribua no entendimento de como foram se desencadeando as relações entre índios e colonizadores na região que compõe o oeste catarinense.

Nossas investigações foram realizadas tomando por fonte jornais, que nos auxiliaram na compreensão do papel histórico que os periódicos tem para a análise e entendimento de eventos do passado, e para nós, de modo especial, a inserção dos indígenas na sociedade chapecoense.

## Bibliografia e Fontes

### Fonte

Periódico A Voz de Chapecó de 1939-1942 e 1946-1953

### Bibliografia

ARRUDA, Mara Paulina Wolff de; SILVA, Augusto da. *Antonio Selistre de Campos "O guardador da cidade"*. 202, 67 f : Pós-Graduação (Parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista em História) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2002 .

AUED, Bernardete Wrublevski. *História de Profissões em Santa Catarina: ondas largas "civilizadoras"*. Florianópolis: ed. Do Autor, 1999.

BARBOSA, Pedro Luiz Navarro. *Análise do Discurso e o Diálogo entre Jornalismo e História*. Mestrado em História. UFPR. 2008-2010.

BELLANI, Eli Maria. *Para Uma História do Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM. 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no Jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. *A Voz de Chapecó: Artigos de Antonio Selistre de Campos, 1939-1952*. Chapecó, SC: Argos, 2004. 253 p.

CHARTIER, Roger: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIMI - TOLDO CHIMBANGUE. *História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Toldo Chimbangue: CIMI - Regional Sul, 1984.

D'ANGELIS, Vilmar da Rocha; FÓKÂÊ, Vicente Fernandes. *Toldo Imbu*. Série documento/ CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994.

\_\_\_\_\_. *Para Uma História dos Índios do Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM. Chapecó: UNOESC. 1995.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Fund. do Desenvolvimento. da Educação, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- HASS, Mônica. *O linchamento que todos querem esquecer: Chapecó, 1950 – 1956* / Mônica Hass. – 2. ed. rev. e ampl. – Chapecó; Argos 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense: Um Estudo do Poder Local – 1945-1965*. Chapecó: Argos 2000.
- HERMES, Dirceu Luiz. “Acervo Midiático Resgata a História da Imprensa Chapecoense. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho”. Novo Hamburgo, RS – 2005.
- HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó.* / Chapecó: Argos 2005.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. – 3 ed. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”.  
CUNHA, Manuela Carneiro da (org) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MANFROI, Ninarosa Mozzato da silva. *A História dos Kaingáng da Terra Indígena Xaçepó(SC) nos Artigos de Antonio Selistre de Campos*. Dissertação de mestrado em História pela UFSC. 2008.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. */ negros da terra: os índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* / John Manuel Monteiro. – São Paulo : Companhia das Letras, 1994.
- NACKE, Analise. *Os Kaingang no Oeste Catarinense: tradição e atualidade* / Analise Nacke... [et al.] – Chapecó. Argos, 2007.
- ORTIZ, Hilda Beatriz Dimitruk. *Ocupação Pré-Histórica do Oeste Catarinense*. Série Documento/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 28.
- PETROLI, Francismar. *Discursos sobre civilidade: “memória, ordem e progresso” através do jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1951)* – Chapecó: Argos, 2006.
- PIAZZA, Walter F., O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994). Walter F. Piazza. 2 ed. Ver. E ampl. \_ Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Colonização de Santa Catarina*. – 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- POLI, Jaci. “Caboclo: pioneirismo e marginalização”. Cadernos do CEOM. 1989.
- RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense / Arlene Renk. 2. ed. rev. – Chapecó: Argos. 2006.

Série Documento/CEOM: Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994, p. 39.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil* / Nelson Werneck Sodré. 4 ed. [atualizada]. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLA, Lourdes: *O Golpe de 37 e o Estado Novo: Brasil em perspectiva*. Carlos Guilherme Mota Org. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

VALCARENGHI, Cleusa Dileta Sottili; RENK, Arlene An lia. *A história de vida de Ant nio Selistre de Campos defensor dos Kaingans*. 1997, 60 f. : Monografia (Especializa o em História e Museologia) Universidade do Estado de Santa Catarina, 1997.

VICENZI, Renilda. *Colonizadora Bertaso e a (des)ocupa o no Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM – Chapecó: Argos, 2006.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e Ocupa o do Espaço no Oeste Catarinense. A Atua o da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.